

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CSA**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas - PCE**

**WILLIAM OURA SUZUKI**

**A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL NO BRASIL NA  
TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI**

**Maringá**  
**2013**

**WILLIAM OURA SUZUKI**

**A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL NO BRASIL NA  
TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Michellon

**Maringá  
2013**

**WILLIAM OURA SUZUKI**

**A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL NO BRASIL NA  
TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá sob apreciação da seguinte banca examinadora.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Prof. Dr. Ednaldo Michellon**  
**Universidade Estadual de Maringá**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. José Luiz Parré**  
**Universidade Estadual de Maringá**

---

**Prof. Dr. Wilson João Zonin**  
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná**

## **AGRADECIMENTOS**

Quero deixar meus agradecimentos a todos pelo apoio das diversas maneiras neste desafio da pós graduação, especialmente:

Ao Prof. Dr. Ednaldo Michellon, pelo estímulo ao conhecimento, feito das mais variadas formas: fornecimento de materiais, incentivo à participação de eventos com assuntos referentes ao tema dessa dissertação de mestrado e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto.

Aos membros da banca, Prof. Dr. José Luiz Parré e Prof. Dr. Alexandre Florindo Alves pela contribuição na elaboração da estrutura deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wilson João Zonin pelas críticas construtivas e pelas questões a serem levantadas e incorporadas no presente trabalho.

À secretária do programa de pós graduação Denise, pelas prestações de serviço, sempre de forma rápida e eficiente.

E à CAPES, pelo apoio financeiro ao longo deste curso de mestrado.

## RESUMO

Essa pesquisa investigou as razões da redução da mão-de-obra empregada na agricultura brasileira a partir dos anos 1980. Para atingir este objetivo, foram testadas as seguintes hipóteses para justificar a saída dos trabalhadores do campo: as cidades oferecem melhores oportunidades, a tecnologia dispensa mão-de-obra rural e a reforma agrária evitou maior fluxo migratório. Assim, a metodologia utilizada envolveu as análises pontuais do processo de modernização da agricultura brasileira, do mercado de trabalho (agrícola e não agrícola), da tecnologia empregada no campo com ênfase na agricultura familiar, dos programas e serviços de ATER realizados para esses produtores e dos programas de reforma agrária ocorridos até o momento. Para isso, foram apresentados dados sobre a evolução das populações urbana e rural, a evolução do Pronaf ao longo dos anos e o número de assentamentos realizados e de famílias beneficiadas por esses projetos a partir dos anos 1980. Assim, esse estudo revelou que as cidades oferecem diversas vantagens como os maiores salários e a facilidade de acesso à saúde e à educação, incentivando a saída da população rural, em especial os jovens. Ademais, a tecnologia, embora tenha contribuído para o desenvolvimento rural, dispensou os trabalhadores do campo, atuando, simultaneamente, a favor e contra os produtores. Os agricultores familiares foram os maiores afetados por representarem quase 75% da mão-de-obra empregada nesse setor. Esse grupo passou a receber maior atenção somente a partir dos anos 1990 com a criação do Pronaf, considerado ainda o principal instrumento de política agrícola na atualidade para esse segmento. Os dados apresentados revelam maior quantidade de agricultores atendidos pelo programa, porém a distribuição dos recursos aplicados ainda é desigual no país, com maior concentração no Sul. Já o Nordeste merece maior atenção por concentrar muitos estabelecimentos agropecuários do Brasil, sendo a maioria agricultores de menor renda e com baixo nível de instrução. Por fim, verificou-se que a reforma agrária, por meio de assentamentos e da consequente geração de emprego e renda às famílias antes sem acesso à terra, evitou maior fluxo migratório. Porém, embora beneficiadas pelo programa, há famílias ainda com dificuldades para produzir alimentos nos assentamentos, sugerindo-se, assim, os seguintes desafios às políticas públicas: investimento em educação rural, valorização do trabalho agrícola, melhor distribuição dos recursos pelo Pronaf, inclusão digital no campo, melhoria dos assentamentos já existentes e continuar implantando novos projetos de distribuição de terras com a garantia de ATER.

**Palavras-Chaves:** Mercado de Trabalho, Agricultura Familiar, Pronaf, Inovação Tecnológica e Reforma Agrária.

## ABSTRACT

This paper aims to verify the causes of the reduction in the labor employed in the field from the 80s. To achieve this goal, the following hypotheses were tested to justify the removal of field workers: Do cities offer better opportunities? Does technology dispense farm worker? Has agrarian reform avoided major migration? Methodology involved the occasional analysis of the modernization process of Brazilian agriculture, labor market (agricultural and non-agricultural), the technology used in the field emphasizing family farms, programs and ATER services performed for these producers and programs agrarian reform occurred so far. For this, data were presented on the evolution of urban and rural populations, the evolution of Pronaf over the years and the number of settlements made and families benefited from these projects from the 80s. Thus, this study revealed that cities offer several advantages such as higher wages and easier access to health and education, encouraging the exit of the rural population, especially young people. Moreover, the technology, although it contributed to rural development, dismissed the field workers, working simultaneously for and against the producers. Family farmers were the most affected because they represent almost 75% of the labor employed in this sector. This group received greater attention only from the 90s with the creation of Pronaf, still considered the main instrument of agricultural policy nowadays for this segment. Data showed a higher number of farmers served by the program, but the distribution of the funds invested in the country is still uneven, with higher concentration in the South. Northeast deserves greater attention because concentrates many agricultural establishments in Brazil, mostly poor farmers with low education level. Finally, it was found that agrarian reform, through settlements and the consequent generation of employment and income for landless families, prevented greater migration. But despite benefited from the program, there are families still struggling to produce food in the settlements, suggesting the following challenges to public policies: investment in rural education, enhancement of agricultural labor, better allocation of resources by Pronaf, digital inclusion in the countryside, improving existing settlements and continue implementing new projects for land distribution with ATER warranty.

**Key Words:** Labor Market, Family Farming, Pronaf, Technological Innovation and Agrarian Reform.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução do Desemprego no Brasil por Região em % - 1998 a 2010.....	33
<b>Gráfico 2</b> - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários – Brasil (milhões) .....	38
<b>Gráfico 3</b> - Distribuição Regional da População Ocupada na Agropecuária (média – 1970 a 2006) – Brasil .....	39
<b>Gráfico 4</b> - Quantidade Utilizada de Tratores no Brasil (mil unidades).....	47
<b>Gráfico 5</b> – Recursos Disponibilizados pelo Pronaf para a Agricultura Familiar (R\$ milhões) - Brasil (1995/96-2013/14) .....	60
<b>Gráfico 6</b> – Distribuição % dos Grupos do Pronaf – Brasil (2006).....	65
<b>Gráfico 7</b> - Quantidade de Contratos no Brasil (mil unidades) – 1996 a 2012 .....	67
<b>Gráfico 8</b> - Recursos Aplicados no Brasil pelo Pronaf (R\$ milhões) – 1996 a 2012.....	67
<b>Gráfico 9</b> - Número de Famílias Assentadas no Brasil (mil famílias).....	84
<b>Gráfico 10</b> - Evolução dos Recursos - PAA – Brasil (R\$ milhões).....	97
<b>Gráfico 11</b> - Número de Ocupações no Brasil – 1995 a 2010.....	98
<b>Gráfico 12</b> - Número de Famílias em Ocupações no Brasil (mil famílias) – 1995 a 2010 .....	98

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Classificação dos Agricultores Familiares beneficiados pelo Pronaf por Grupo .62



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Variação da População Ocupada (em %) – 1992 a 1997 .....	32
<b>Tabela 2</b> - Evolução do Desemprego no Brasil por Região por Gênero em % (1998-2010) ..	34
<b>Tabela 3</b> - População Residente no Brasil (em milhões) – 1950 a 2010 .....	37
<b>Tabela 4</b> - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários – Por Região (milhões) ..	38
<b>Tabela 5</b> - Área dos Estabelecimentos Rurais por Estrato – Brasil (milhões de ha) .....	41
<b>Tabela 6</b> - Situação dos Agricultores Familiares em 1995/96 (%).....	51
<b>Tabela 7</b> - Uso de Energia Elétrica nos Estabelecimentos Agropecuários (%).....	51
<b>Tabela 8</b> - Quantidade Produzida em 2006 (mil toneladas) .....	52
<b>Tabela 9</b> - Quantidade de Estabelecimentos e Área Destinada em 2006 .....	54
<b>Tabela 10</b> - Estabelecimentos e Área Destinada em 2006 – Brasil (por região) .....	54
<b>Tabela 11</b> - Estabelecimentos Familiares e Área Destinada – Brasil (por região) – 1995/96 e 2006.....	55
<b>Tabela 12</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (1996-98) (valor em R\$ milhões).....	62
<b>Tabela 13</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (1999-2001) (valor em R\$ milhões).....	63
<b>Tabela 14</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2002-2004) (valor em R\$ milhões).....	63
<b>Tabela 15</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2005-2007) (valor em R\$ milhões).....	64
<b>Tabela 16</b> - Distribuição dos Estabelecimentos dos Grupos do Pronaf – Brasil (2006).....	64
<b>Tabela 17</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2008-2010) (valor em R\$ milhões).....	65
<b>Tabela 18</b> - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2011-2012) (valor em R\$ milhões).....	66
<b>Tabela 19</b> - Quantidade de Famílias Agrícolas dos Empregados (2001 e 2004) .....	71
<b>Tabela 20</b> - Quantidade de Famílias Pluriativas dos Empregados (2001 e 2004).....	71
<b>Tabela 21</b> - Total de Projetos de Assentamento (PAs), Capacidade de Assentamento (CA), Nº de Famílias e Área Total Desapropriada (ATD) - Brasil – 1985 a 2001 .....	82
<b>Tabela 22</b> - Implantação de Projetos de Assentamento (PA) – de 2003 a 2009.....	83
<b>Tabela 23</b> - Distribuição de Renda por Família em % por Salário Mínimo (SM) - 1992 .....	86
<b>Tabela 24</b> - Produção Agrícola por Assentamento (toneladas) – Safra de 1990/91 .....	88
<b>Tabela 25</b> - Produção Agrícola nas Principais Lavouras (mil toneladas) – 1995/96.....	88

<b>Tabela 26</b> - Valor Total Produzido (VTP) nos Estabelecimentos Beneficiados pela Reforma Agrária - 2006 .....	90
<b>Tabela 27</b> - Estrutura Fundiária por Classe de Área – Brasil (imóveis em mil unidades e área total – AT – em milhões de ha) .....	92
<b>Tabela 28</b> - Pessoas Ocupadas em Estabelecimentos Beneficiados pela Reforma Agrária – 2006 .....	92
<b>Tabela 29</b> - Estrutura Fundiária por Região (quantidade de imóveis em mil unidades) .....	94
<b>Tabela 30</b> - Estrutura Fundiária por Região (área em mil ha) .....	95
<b>Tabela 31</b> - Imóveis Rurais – Brasil - 2003 (mil unidades).....	96
<b>Tabela 32</b> - Imóveis Rurais – Brasil - 2010 (mil unidades).....	96
<b>Tabela 33</b> - Variação na Produção Agrícola nas Principais Lavouras (mil toneladas) – Brasil – 1995/96 e 2006 .....	100

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-9	Ato Institucional nº 9
AO	Índice de Ação Operacional
AT	Área Total
ATD	Área Total Desapropriada
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
Ates	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Capacidade de Assentamento
Caisan	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
Conab	Companhia de Abastecimento
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATALUTA	Banco de Dados de Luta pela Terra
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EFR	Empreendimento Familiar Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Gera	Grupo Executivo Estadual de Políticas de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Índice de Eficácia da Reorganização Fundiária
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JK	Juscelino Kubitschek
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MO	Mão-de-Obra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento

PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PEA	População Economicamente Ativa
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PQRA	Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda
PRA	Programa de Recuperação de Assentamentos
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronater	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
Provap	Programa de Valorização de Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
QV	Índice de Qualidade de Vida
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPA	Secretaria de Política Agrícola
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária
VTP	Valor Total Produzido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E O ÊXODO RURAL .....</b>	<b>18</b>
1.1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA.....	19
1.1.1. Os Planos de Desenvolvimento nos Anos 1960 e 1970 .....	21
1.1.2. Os Anos 1980 e a Estagnação Econômica.....	24
1.1.3. As Profundas Transformações na Economia: dos Anos 1990 ao Início do Século XXI.....	27
1.2. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 1990: VELHOS E NOVOS PROBLEMAS .....	29
1.3. O ÊXODO RURAL E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	35
1.4. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR RURAL E AS VARIÁVEIS DE OFERTA E DEMANDA.....	42
1.5. AS DIFICULDADES DA AGRICULTURA NO SÉCULO XXI E AS SOLUÇÕES PARA INCENTIVAR A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO .....	44
<b>2. A TECNOLOGIA EMPREGADA NO SETOR RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>46</b>
2.1. A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NO CAMPO.....	48
2.2. AGRICULTURA FAMILIAR .....	49
2.2.1. Características.....	50
2.2.2. O Crédito Rural e o Pronaf .....	56
2.2.2.1. Histórico e diretrizes do Pronaf .....	57
2.2.2.2. Recursos disponíveis X recursos aplicados .....	59
2.3. OS FATORES CONDICIONANTES PARA A ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS .....	69
2.4. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR .....	73
2.5. A AGRICULTURA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PARA REDUZIR A SAÍDA DA POPULAÇÃO DO CAMPO .....	75
<b>3. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: MANTENDO A POPULAÇÃO NO CAMPO.....</b>	<b>77</b>
3.1. DEFINIÇÃO E BREVE HISTÓRICO.....	77
3.1.1. A História Antiga: do Tratado de Tordesilhas à Revolução de 1930.....	78
3.1.2. A História Moderna: da Revolução de 1930 aos Dias Atuais .....	79

3.2. OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO .....	80
3.3. A QUALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	84
3.4. A RENDA E A PRODUTIVIDADE NOS ASSENTAMENTOS .....	86
3.5. A POPULAÇÃO EMPREGADA NOS ASSENTAMENTOS E OS IMPACTOS DA REFORMA AGRÁRIA .....	92
3.5.1. Impactos Econômicos.....	93
3.5.2. Impactos Sociais .....	93
3.5.3. Impactos Políticos .....	94
3.6. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NOS ANOS 1990 E 2000 .....	94
3.7. A OCUPAÇÃO DAS TERRAS NOS ANOS 1990 E 2000.....	97
3.8. A SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR.....	99
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>122</b>
ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14 .....	123

## INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido internacionalmente como fornecedor de produtos de origem agrossilvipastoril, pois a exportação desses produtos ocorre desde os primórdios da colonização. Entretanto, com a Grande Depressão de 1929, foi necessária a adoção de outro modelo de desenvolvimento, uma vez que o fenômeno levou diversos países à recessão econômica, incluindo esse país. Esta situação caótica levou à abrupta queda na venda do café, principal produto de exportação, pois os maiores importadores, os Estados Unidos, entraram em crise, que persistiria ao longo da década de 1930 e encerraria somente com a Segunda Guerra Mundial.

Assim, diante deste contexto, foi adotado no Brasil o modelo de substituição de importações, que foi o primeiro passo para o processo de industrialização. A partir de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do país e investiu fortemente no setor industrial. Devido à necessidade de mão-de-obra especializada para operar máquinas e gerenciar as fábricas, os investimentos ocorriam também para a qualificação destes profissionais. Enquanto isso a crença era de que a agricultura seria capaz de suprir as crescentes demandas do setor industrial por meio do fornecimento de matérias-primas.

Porém, com o enfraquecimento do modelo de substituição de importações no início dos anos 1960, verificou-se que, sem o devido investimento no campo, não seria possível promover o crescimento econômico às taxas desejadas pelo governo. Assim, a agricultura passou a receber maiores investimentos a partir desta década e, em comparação a outros países, a modernização do setor ocorreu tardiamente, pois, entre os séculos XVI e XIX, grande parte da Europa já passava pela chamada revolução agrícola dos tempos modernos por possuir vínculo com a Primeira Revolução Industrial.

No Brasil, a modernização se deu por meio da introdução de máquinas, insumos e fornecimento de crédito. Contudo, foram baixos os investimentos na capacitação dos trabalhadores rurais, tornando o processo “doloroso”. Este termo é utilizado devido aos mais variados impactos negativos causados pela introdução de tecnologias no campo como o maior nível de desemprego, o uso indevido de recursos naturais e o surgimento de terras improdutivas em função da utilização progressiva de agrotóxicos. Por outro lado, deve-se reconhecer os diversos benefícios trazidos pela modernização da área rural como a redução dos esforços do trabalhador no campo, a conservação do solo e a maior produtividade em menor tempo. Portanto, pode-se dizer que a introdução de maquinarias e do pacote

preconizado pela Revolução Verde na agricultura trouxe, simultaneamente, benefícios e prejuízos aos produtores.

É a partir deste período que o campo começa a perder população para as cidades, fenômeno que, apesar de ocorrer desde os anos 1930 durante a Grande Depressão, ocorre com maior intensidade entre 1960 e 1980. Por outro lado, a quantidade de trabalhadores empregados no campo apresentava constantes crescimentos até 1985 e, a partir de então, ocorreram sucessivos declínios, chegando em 2006 a níveis semelhantes àqueles apresentados em 1960, segundo o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, embora o êxodo rural tenha enfraquecido ao longo dos anos, ainda é expressiva a quantidade de pessoas que continuam migrando para as cidades. Diante deste contexto, o presente estudo tem como objetivo responder a seguinte pergunta: Quais os principais fatores que favoreceram a saída da mão-de-obra empregada na zona rural no Brasil entre o final do século XX e início do século XXI?

Para responder a essa questão, parte-se das hipóteses de que essa diminuição ocorre em função das diversas vantagens oferecidas pelas cidades em relação ao campo e que a tecnologia empregada na área rural incentivou o processo migratório. A presente pesquisa também parte da hipótese de que os programas de reforma agrária realizados no Brasil nas últimas décadas foram essenciais para evitar maior saída da população rural.

Para atingir estes objetivos, a metodologia utilizada, com enfoque no comportamento da mão-de-obra rural, compreende:

- ✓ Revisão bibliográfica acerca do processo de redução dos postos de trabalho durante o processo de modernização da agricultura brasileira;
- ✓ Análise dos mercados de trabalho agrícola e não agrícola;
- ✓ Análise do processo de êxodo rural ocorrido no Brasil ao longo dos anos, identificando a região de maior potencial migratório e as causas dessa saída;
- ✓ Análise dos dados divulgados pelo IBGE acerca da quantidade de pessoas ocupadas na agricultura, bem como o número de habitantes no campo;
- ✓ Caracterização do perfil da agricultura familiar por meio de dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006;
- ✓ Análise dos programas de apoio aos agricultores familiares, em especial o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);
- ✓ Análise dos dados disponibilizados pelo Banco Central sobre a quantidade de contratos estabelecidos e de recursos aplicados pelo Pronaf, de 1996 a 2012, regionalizados;



✓ Breve revisão bibliográfica sobre a reforma agrária no Brasil, com ênfase nos projetos de assentamentos realizados a partir dos anos 1980 nos aspectos quantitativos e qualitativos;

✓ Análise de dados disponibilizados pelo Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA) sobre a estrutura fundiária, bem como o número de ocupações realizadas e de famílias assentadas.

Com base nesta metodologia a ser utilizada, o presente estudo está dividido em três capítulos, além dessa introdução e da conclusão. O primeiro capítulo visa analisar as vantagens que a cidade oferece em relação ao campo, servindo como incentivo ao êxodo rural. Por meio dos dados divulgados pelo IBGE, verificou-se que, entre 1950 e 2006, 1985 foi considerado o ápice da mão-de-obra empregada no campo (23,4 milhões) e, com os sucessivos declínios apresentados, a quantidade de pessoas ocupadas na agricultura em 2006 já era semelhante ao apresentado em 1960 (16,4 milhões em 2006 contra 15,6 milhões em 1960).

O segundo capítulo trata da tecnologia empregada no campo e da agricultura familiar, grupo de produtores que merece atenção por representar quase 75% do total da mão-de-obra empregada na área rural. Embora muitos agricultores tenham recebido serviços de ATER e crédito rural para o investimento em tecnologias, ainda há produtores sem acesso ao crédito e à tecnologia. Assim, diante desse contexto de inovação tecnológica e das maiores exigências com relação à padronização da tecnologia, os maiores afetados pela expulsão do campo são os produtores de menor nível de instrução. Assim, levando em consideração o elevado índice de agricultores analfabetos e com ensino fundamental incompleto, são muitos os produtores afetados pelo processo de exclusão social.

Por fim, o terceiro capítulo trata da reforma agrária realizada no Brasil. O objetivo é mostrar que os assentamentos implantados melhoraram a situação das famílias beneficiadas, incentivando a permanência da população no campo. A revisão bibliográfica a respeito deste assunto mostra os problemas existentes quanto à estrutura fundiária do país e os programas realizados pelo governo ao longo dos anos, com enfoque a partir dos anos 1980. Verificou-se que a concentração de terras existe desde o período da colonização e persiste ainda no século XXI e, embora a implantação de assentamentos tenha beneficiado muitas famílias, ainda existe um número considerável de estabelecimentos com dificuldades para produzir alimentos e gerar renda.

## 1. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E O ÊXODO RURAL

Conforme já apontava Paiva (1973), qualquer progresso ou retrocesso ocorrido na agricultura pode causar grandes impactos no restante da economia, comprovando a importância do setor para o desenvolvimento do país. Diante deste contexto, para o autor, é equivocada a crença de que os problemas da agricultura podem ficar para segundo plano. Porém, segundo Paiva (1973), a tendência do setor agrícola é perder a importância conforme ocorre o desenvolvimento da economia global de um país, fenômeno comum para as nações que se encontram nesse processo.

Entre as diversas funções da agricultura, Otero (1989) aponta algumas consideradas básicas: fornecimento de matéria-prima industrial e produtos de exportação, geração de mão-de-obra agrícola para reduzir o processo migratório para as cidades e produção de alimentos e de bens-salários para reduzir a pressão das reivindicações salariais, além da estabilização de suprimentos e preços. Entretanto, ao longo dos anos, o campo vem apresentando reduções na população, fenômeno que ocorre desde os anos 1930 e com maior intensidade entre 1960 e 1980.

Segundo os dados dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, a mão-de-obra empregada no campo cresceu entre 1970 e 1985, ano em que fora registrado o ápice. Entretanto, embora a produtividade tenha aumentado nesse período, houve redução da população residente na área rural. Alves, E. (1989) atribui esses fenômenos a dois fatores: difusão da tecnologia poupa-terra<sup>1</sup> e número bastante elevado de empregos gerados nos centros urbanos. A partir de 1985 até 2006, ano do último censo realizado, ocorreram sucessivos declínios na quantidade de pessoas ocupadas nesse setor.

Internacionalmente, o Brasil é conhecido como fornecedor de produtos agrícolas, ou seja, o agronegócio possui significativa participação na balança comercial. Para tanto, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2012) define o país como o “celeiro do mundo” por apresentar diversas condições favoráveis como a dimensão territorial, a disponibilidade de terras, o clima tropical e o bioma diversificado. Assim, diante deste contexto da maior produção e da menor quantidade de pessoas empregadas no campo, o presente capítulo testará uma das hipóteses dessas causas, que são as vantagens oferecidas pelas cidades, incentivando o fluxo migratório. Para compreender esta perda da população rural para os centros urbanos, deve-se analisar o processo de

---

<sup>1</sup> Segundo Alves, E. (1989), a tecnologia poupa-terra envolve basicamente a utilização de fertilizantes, sementes e técnicas de irrigação, aumentando a produtividade da terra.

modernização da agricultura, bem como as políticas propostas para o desenvolvimento do Brasil, com ênfase no setor agrícola.

### 1.1. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA

A economia do país no século XIX, para Tavares (1975), era basicamente exportadora de produtos primários, assim como os demais países latino-americanos. Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, segundo a autora, entrou em crise após a Grande Depressão de 1929<sup>2</sup> e, devido ao longo período entre esse fenômeno e a recuperação mundial após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se necessário o desenvolvimento de novas atividades, originando, assim, o modelo de substituição de importações. Pode-se dizer que esse foi o início do processo de industrialização do país, com concentração no mercado interno. Porém, esse modelo era fortemente direcionado à industrialização. Isso pode ser observado a partir de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, criando diversas companhias no país, entre elas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo Michellon (2009a), houve a chamada Terceira Revolução Agrícola no período do pós-guerra, fenômeno também conhecido como Revolução Verde. As atividades agrícolas, até então intensivas em mão-de-obra, passaram a ser intensivas em capital por meio do uso de tecnologias, tornando o setor altamente dependente de insumos industriais. Entretanto, os maiores investimentos ainda estavam voltados para o setor industrial, que prosseguiram durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK, 1956-61). Neste período, a economia brasileira apresentava baixo nível de crescimento e, portanto, foi elaborado o Plano de Metas.

O plano, que tinha como lema “50 anos em cinco”, consistia em um conjunto de investimentos planejados para a economia brasileira como forma de compensar o baixo crescimento e tinha como objetivo dar continuidade ao modelo de substituição de importações. Uma das medidas tomadas pelo governo JK foi a abertura da economia para a entrada de capital estrangeiro, favorecendo a instalação de diversas empresas multinacionais no país. Conforme apontava Tavares (1986), 1959 foi um ano importante devido aos diversos acontecimentos que causariam impactos à sociedade e à economia nos próximos anos: crise

---

<sup>2</sup> Também conhecido como “Crise de 1929”, o fenômeno levou à recessão econômica de diversos países, incluindo o Brasil. Neste período, os norte-americanos eram os maiores compradores de café do Brasil e, com a crise, houve queda nas vendas deste produto, causando forte redução dos preços.

decisiva do café e quebra dos esquemas de financiamento que transferiam excedentes do capital destinado ao setor cafeeiro para o industrial; ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial, agravando problemas de financiamento externo; e construção de Brasília. Além disso, a dívida pública do país encontrava-se bastante elevada, consequência negativa causada pelo Plano de Metas. Assim, segundo Lima (2010), o modelo de substituição de importações começava a perder fôlego de maneira progressiva a partir dos anos 1960.

Enquanto os investimentos do governo favoreciam o crescimento acelerado das indústrias, a maior produtividade da agricultura ocorria por meio da modernização da base técnica. Conforme apontava Graziano Neto (1982), costumava-se associar esse processo de modernização apenas à substituição do trabalho manual pelo mecânico. Porém, o conceito não se limita a isso, uma vez que, conforme acontece o progresso técnico da agricultura, a organização da produção também sofre modificações quanto às relações sociais.

A fase mais avançada deste processo de modernização, a industrialização da agricultura, ocorreu somente a partir dos anos 1960. Schuh (1971b) atribui este atraso à negligência sofrida pelo setor agrícola até 1964, uma vez que o foco dos recursos públicos era direcionado às indústrias. Quando comparado ao caso europeu, a modernização do campo ocorreu tardiamente no Brasil, pois, de acordo com Mazoyer e Roudart (2010), a revolução agrícola europeia aconteceu de maneira vinculada à Primeira Revolução Industrial<sup>3</sup> entre os séculos XVI e XIX. Segundo os autores, esse fenômeno foi conhecido como a primeira revolução agrícola dos tempos modernos, embora a Europa já tivesse conhecido três revoluções no cenário agrário no final da Idade Média.

Para Kageyama *et al* (1996) o setor industrial é responsável pelo ritmo da mudança na base técnica agrícola. Segundo esses autores, é durante os anos 1960 que a indústria aumenta o consumo intermediário do campo para elevar a produção de suas mercadorias. Assim, verificou-se que, sem os devidos investimentos no setor rural, não é possível promover o crescimento econômico às taxas desejadas pelo governo.

---

<sup>3</sup> A Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças ocorridas na Europa que promovia a substituição do trabalho artesanal pelo mecânico. A primeira revolução teve início na Inglaterra na transição do século XVIII para XIX e esse modelo se estendeu por outros países europeus.

### 1.1.1. Os Planos de Desenvolvimento nos Anos 1960 e 1970

Durante as décadas de 1960 e 1970, diversos planos foram elaborados visando promover o crescimento econômico de maneira acelerada contendo a inflação. Entretanto, diante de cada contexto, os focos eram diferenciados. Em sua obra, Gonçalves Neto (1997) analisa a proposta de cada um destes planos, com maior atenção para a agricultura:

#### *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*

Com o enfraquecimento do modelo de substituição de importações, foi necessário adotar meios alternativos para que a economia retomasse o crescimento a taxas positivas e, concomitantemente, mantivesse a inflação sob controle. Segundo Gonçalves Neto (1997), entre 1950 e 1960, os preços agrícolas aumentaram de forma mais intensiva que o nível geral de preços devido à maior demanda por produtos primários da industrialização e da urbanização da sociedade.

A estrutura de custos agrícolas sofreu alterações durante a década de 1960, pois a indústria passou a fornecer diversos insumos para a agricultura como tratores e adubos. Assim, a produtividade da mão-de-obra agrícola foi superior à produtividade física da terra e, com base neste contexto, o plano chegou ao cerne da questão apontando que o atraso da agricultura brasileira ocorria em função da deficiente estrutura agrária. Entre as consequências desta defasagem existiam: propriedades agrícolas com terras insuficientes para o cultivo racional, custo do aluguel de terras consumindo parte considerável da renda e rigidez de oferta agrícola.

Com base nesses problemas, para Gonçalves Neto (1997), o plano tinha três objetivos voltados para o desenvolvimento rural<sup>4</sup>: expansão da produção de alimentos, correção das deficiências no setor de produtos de exportação e produção de matérias-primas para o mercado interno. O mecanismo utilizado para atingir tais metas, então, seria: pesquisa para identificar as deficiências e as necessidades, crédito agrícola pela baixa participação dos bancos privados e política de preços mínimos para oferecer maior estabilidade para a renda do agricultor e orientar a sua produção. Verificou-se, assim, maior atenção para a agricultura, pois, até então, as políticas agrícolas resumiam-se basicamente em abertura de estradas para a circulação e entrada de produtos.

---

<sup>4</sup> Para Kageyama (2004), o desenvolvimento rural leva à criação de novos produtos e de novos serviços associados a novos mercados. Além disso, busca reduzir os custos por meio de novas tecnologias e reconstituir a agricultura tanto no aspecto regional quanto na economia rural como um todo.

*Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)*

Conhecido como PAEG, o plano pregava a necessidade de intervenção do governo visando melhor distribuição de renda e da riqueza. Segundo Gonçalves Neto (1997), os objetivos básicos eram: elevar o ritmo de desenvolvimento, controlar a inflação, corrigir os déficits no balanço de pagamentos e melhorar a condição de vida da população. Para o setor agrícola, as observações feitas pelo PAEG eram praticamente iguais aos do Plano Trienal, ou seja, a agricultura era um setor considerado atrasado e de baixa produtividade, causando crises de abastecimento e, desta forma, aumentando os preços.

Conforme mencionado anteriormente, além de fornecer alimentos e matérias-primas para o mercado urbano-industrial, a agricultura é responsável por absorver parte da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho. Devido a tal importância, para desenvolver este setor, são necessárias profundas transformações na agricultura, feitas por meio do processo de inovação tecnológica. Porém, para Gonçalves Neto (1997), existiam fatores considerados obstáculos para atingir esse objetivo como a produtividade estagnada, a dificuldade de comunicação e imitação de procedimentos modernos em função da localização, o baixo nível educacional da população rural e a má distribuição de terras.

Analisando o setor agrícola, o governo tinha como metas a maior produção de alimentos, matérias-primas e produtos exportáveis, além da redução da importação de alguns produtos agrícolas como o trigo. Para atingir tais objetivos, a proposta do governo era oferecer treinamento intensivo à mão-de-obra, feito por meio da combinação de serviços de extensão rural e áreas de demonstração. Quanto à parte prática no meio rural, o plano previu eliminar o controle de preços, facilitar as exportações, aprimorar a política de preços mínimos, expandir o crédito agrícola, aumentar a capacidade de armazenagem, incentivar a utilização de adubos, fertilizantes e sementes melhoradas, além de investir em maquinarias.

*Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)*

Os objetivos deste programa, assim como os demais anteriores, eram promover o acelerado crescimento econômico e conter a inflação. Entre as áreas estratégicas do plano, aquelas que mais interessam à agricultura são a maior produtividade agrícola e a quebra de barreiras de abastecimento. Diante deste contexto, para Gonçalves Neto (1997), a ação estratégica ocorreu em quatro linhas principais na área rural: programas voltados à maior produtividade de alimentos básicos, programas de incentivo ao uso de insumos modernos, fortalecimento e especialização do crédito rural e incentivo à industrialização do campo.

Esse período marca o início do chamado Milagre Econômico, quando a economia brasileira expande de maneira excepcional. O nome se deve às altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) aliadas às baixas taxas de inflação. Porém, de acordo com Graziano da Silva (1981), o Milagre Econômico trouxe como consequência negativa a reconcentração de renda, principalmente entre 1967 e 1972. Além disso, houve maior fluxo migratório da população rural para as cidades e o maior beneficiado por esse acelerado crescimento foi a indústria, que absorvia grande parte da população migrante, pois o setor não exigia conhecimentos específicos nem alto nível de escolaridade.

#### *Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973)*

Com o crescimento acelerado da economia brasileira e os baixos patamares apresentados pela inflação, eram outras as preocupações do governo como o progresso social e a má distribuição de renda. Para o setor agrícola, eram diversos os objetivos propostos, entre eles transformar o país em grande exportador de carne e de outros produtos agrícolas não tradicionais, além de modernizar o sistema de comércio destes produtos. Assim, o plano possuía grandes previsões com relação aos objetivos propostos, como: maiores investimentos e maiores produções agrícolas por meio de incentivos financeiros e fiscais, investimentos do governo em programas que visavam o desenvolvimento da agricultura, além do desenvolvimento tecnológico do setor agrícola.

#### *I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)*

Conhecido como I PND, foi implantado durante o governo Médici em 1971 e tinha como principais objetivos colocar o Brasil como país desenvolvido, duplicar a renda *per capita* e promover o crescimento econômico com taxas por volta de 10% ao ano. Gonçalves Neto (1997) aponta algumas estratégias desse plano para atingir tais metas: desenvolvimento da agricultura nas regiões localizadas no Centro-Sul, viabilização da agricultura nordestina, modernização das estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas.

O término do Milagre Econômico ocorreu a partir de 1974 com o Primeiro Choque do Petróleo, elevando substancialmente o preço do produto. Devido ao fato de o Brasil ser altamente dependente do petróleo para a produção de energia, a balança comercial tornou-se deficitária, aumentando a taxa de inflação. Segundo Graziano da Silva (1998), para reduzir essa dependência, o então presidente Ernesto Geisel realizou grandes investimentos no setor energético, resultando na criação de diversos programas como: Programa Nacional do Alcool (Proálcool), Programa Nuclear e Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Para Teixeira, J. (2005), este passou a ser o novo desafio da agricultura. Além de fornecer alimentos e divisas, o setor também tinha a necessidade de produzir fontes alternativas de energia para diminuir as importações de petróleo e, assim, melhorar o saldo da balança comercial. É importante destacar que, até então, as políticas agrícolas existentes eram direcionadas ao consumidor dos centros urbanos e, por este motivo, a tecnologia na agricultura recebia poucos investimentos. Como conseqüências, a taxa de crescimento deste setor era inferior à dos demais setores da economia e, segundo Araújo *et al* (1974), havia a falta de definição de política agrícola a médio prazo e o elevado nível de incerteza dos produtores.

### *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*

Com os Choques do Petróleo, o cenário econômico mundial sofreu grandes transformações. Afetado pela crise, os objetivos eram diferentes em relação ao I PND, como: reformulação de política para conter a inflação, manter o padrão de crescimento dos anos anteriores, melhorar a distribuição de renda, manter equilibrado o balanço de pagamentos e promover o desenvolvimento sem comprometer a qualidade de vida e esgotar os recursos naturais.

Diante deste contexto, de acordo com Gonçalves Neto (1997), os objetivos de estratégia do governo eram: atender as demandas do mercado de consumo interno e da necessidade de aumentar as exportações, além de estimular a agroindústria. Para que as políticas aplicadas fossem bem sucedidas, seria preciso modernizar a área rural e, para viabilizar esse processo, seria necessário o apoio do governo tanto no aspecto fiscal quanto no financeiro para o emprego de tecnologia moderna no campo.

#### 1.1.2. Os Anos 1980 e a Estagnação Econômica

Até meados dos anos 1960 pouco se investia no setor rural, comprometendo seu desenvolvimento. Contudo, verificou-se que, para atingir o objetivo de promover o crescimento econômico do país, seria inviável continuar destinando grande parte dos investimentos à área industrial, pois, conforme mencionado, a indústria dependia cada vez mais do campo para a produção de suas mercadorias. Assim, para elevar a produtividade do meio rural, foram necessárias profundas mudanças, que foram feitas por meio da modernização do setor. Entretanto, segundo Wanderley (2009), esse processo foi “doloroso” no Brasil por causar conseqüências negativas envolvendo questões sociais (aumento na



quantidade de pessoas desempregadas, levando ao êxodo rural), ambientais (uso indevido dos recursos naturais e uso excessivo de agrotóxicos) e fundiárias (terras improdutivas).

Durante o Milagre Econômico, o setor industrial foi o maior beneficiado. Esse processo de industrialização do país, segundo Alves, E., Contini e Hainzelin (2005), induziu a modernização da agricultura, ou seja, a política econômica do governo entre 1950 e 1970 acelerou a saída das pessoas do campo para as cidades. Foi neste período de maior crescimento da economia que os processos de trabalho de produção sofreram grandes alterações, aumentando a quantidade de empregos ofertados e assegurando o crescimento da população urbana ativa, que crescia aceleradamente. Para Mattoso e Pochmann (1998), o padrão de desenvolvimento brasileiro nos anos 1970 apresentava diversas características, tais como: mercado de trabalho dinâmico e heterogêneo com baixos salários e amplo leque salarial, baixa escolaridade da mão-de-obra, longo período sob ditadura militar, desigualdades regional e pessoal em termos de renda e propriedade e acessos desiguais à educação, à saúde e à infraestrutura básica.

Com a intensificação da agricultura no Brasil e com o acelerado crescimento da população e da renda *per capita*, verificou-se que, sem o devido investimento em ciências agrárias, não seria possível reduzir a diferença entre o crescimento da oferta e da demanda de alimentos. Surgiu, assim, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)<sup>5</sup> no início dos anos 1970, que levaria a agricultura brasileira a um processo intenso de modernização apesar da menor taxa de crescimento em relação aos demais setores da economia.

Porém, o final da década de 1970 foi marcado por indícios de que o Brasil passaria por uma grande crise. Segundo Melo (1989), esses sinais eram: drástica redução de crédito disponível, recessão externa, baixo crescimento da demanda interna, queda nas cotações de inúmeras *commodities*, alta taxa de inflação em função dos Choques do Petróleo e elevado nível de desemprego. Deve-se destacar que é em 1979 que João Figueiredo assumia a presidência, o último do ciclo militar após o golpe de 1964. Para Graziano da Silva (1998), o compromisso do governo era priorizar a agricultura enfatizando as exportações.

O destaque da década de 1980 é a estagnação econômica e o crescimento da taxa de desemprego. Sabóia (1986) justifica esse fenômeno por meio da combinação entre aumento

---

<sup>5</sup> A Lei nº 5.851 foi sancionada em 7 de dezembro de 1972 pelo então presidente da República Emílio Médici, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública sob denominação de Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura. Os estatutos da empresa foram aprovados em 28 de março de 1973 pelo Decreto nº 72.020, determinando a sua instalação em 20 dias. Mais informações em <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>> (acesso em 30 de janeiro de 2013).

constante da população em idade de trabalho e menor oportunidade de emprego. Apesar da estagnação, Graziano da Silva (1994), por meio de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), apontou o saldo positivo com relação à criação dos postos de trabalhos entre os anos 1970 e 1980 (saldo de 13,2 milhões nos anos 1970 contra 12,7 milhões nos anos 1980). Entretanto, o perfil desses empregos gerados é diferente nestes períodos. Segundo Graziano da Silva (1994), o trabalho ofertado anteriormente não exigia alta qualificação da mão-de-obra<sup>6</sup>, enquanto que, nos anos 1980, o perfil já era bastante diferenciado, uma vez que as atividades com maior nível de ocupação envolviam o comércio, serviços públicos, entre outros. Nessa década de 1980, portanto, para Graziano da Silva (1994), exigia-se a flexibilidade que não existia anteriormente, o que não favorecia os migrantes, principalmente aqueles que vinham do campo.

A estagnação da economia brasileira ocorria em função da necessidade de geração de superávits comerciais para efetuar o pagamento de dívidas no exterior. Para isso, tornou-se indispensável proteger a estrutura local em relação à economia internacional, levando ao decréscimo expressivo do PIB durante a recessão. De acordo com Graziano da Silva (1998), a situação era comum a todos os setores da economia, incluindo a agropecuária. A sazonalidade também era outro problema do campo, causando reduções sucessivas do PIB agropecuário até 1983, embora já não fosse muito expressivo. Porém, o impacto da recessão sobre a agricultura, segundo Ferreira Filho (1998), foi bastante inferior em relação à indústria.

É a partir de 1983 que o campo começou a apresentar sinais de recuperação, fenômeno possível, segundo Melo (1989), devido a três fatores principais: melhoria na produtividade, política cambial de incentivo às exportações e formulação e implementação de política agrícola adequada. Conforme apontado por Graziano da Silva (1998) foi neste ano que houve aumento no saldo do comércio agrícola, comprovando o elevado potencial do campo para a geração de excedentes exportáveis.

Com relação ao menor impacto sofrido pela agricultura durante a recessão econômica, Gasques e Villa Verde (1990) atribuem este fato à combinação entre elevada taxa de crescimento entre alguns anos da década de 1980 e menor queda do produto real em comparação aos demais setores. Para tanto, segundo os autores, nesse período, essa taxa de crescimento era superior àquela apresentada pela indústria. Deve-se destacar que houve inversão na situação de ambos os setores, pois, conforme apontam Gasques e Villa Verde

---

<sup>6</sup> Segundo Graziano da Silva (1994), do saldo de 13,2 milhões de empregos gerados, metade pertencia à indústria de transformação e de construção civil, justificando a não exigência da maior qualificação dos trabalhadores.

(1990), a velocidade de crescimento das indústrias durante o Milagre Econômico chegava a ser o dobro daquele apresentado pela agricultura.

O problema do desemprego nos anos 1980 ocorria em todos os setores da economia, embora a agricultura apresentasse maior dinamismo em pleno período de recessão econômica. Analisando de maneira geral, Mattoso e Pochmann (1998) mostram que, apesar desse período de estagnação, o Brasil apresentou o maior crescimento do PIB latino-americano, além da baixa participação da dívida externa no PIB e ainda manteve a posição de maior parque industrial do Terceiro Mundo. Para Graziano da Silva (1997), embora baixa, a taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foi positiva durante os anos 1980. Isto foi possível em função do desempenho favorável nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, uma vez que o Sul e o Sudeste apresentaram taxas negativas neste período.

De acordo com Brumer (2001), o Brasil passou pelo processo de globalização a partir da segunda metade dos anos 1980 com a adoção do modelo econômico neoliberal. Segundo a autora, o processo envolvia a eliminação de barreiras ao comércio internacional e, quando comparado aos países centrais, a globalização no Brasil ocorreu tardiamente. Esse fato foi observado por Melo (1989), que comparou o crescimento econômico do país com o das nações desenvolvidas. Enquanto a economia brasileira permanecia estagnada, os países desenvolvidos registravam crescimentos expressivos consecutivamente feitos por meio da integração entre mercados.

### 1.1.3. As Profundas Transformações na Economia: dos Anos 1990 ao Início do Século XXI

De acordo com Pinheiro, Giambiagi e Gotskorszewicz (1999), a situação econômica no início da década de 1990 é marcada pelas seguintes características: elevada e crescente inflação, déficit fiscal, taxa cambial desvalorizada devido à crise da dívida na década anterior e superávit na conta corrente entre 1991 e 1993. Além disso, é nesse período que ocorreram profundas transformações na economia, exemplificada por Mattoso e Pochmann (1998) pela abertura comercial<sup>7</sup> e pela desregulação financeira, estratégias adotadas pelo país para integrar à economia internacional. Essa combinação, segundo os autores, levou à quebra ou à fragilidade dos bancos e das empresas em função da impossibilidade de ajuste ao novo ambiente competitivo, levando à absorção por grandes grupos econômicos nacionais ou

---

<sup>7</sup> Para Balsadi (2008), a abertura comercial ocorre com a redução unilateral das tarifas de importação e pela forte valorização cambial entre 1994 e início de 1999 para manter a inflação sob controle e regular os preços (a chamada “âncora cambial”).

estrangeiros. Ademais, a balança comercial encontrava-se deficitária, resultado da ocorrência simultânea de dois fatores: baixo crescimento nas exportações e grande aumento das importações.

Essas mudanças elevaram o nível de desemprego em diversos setores da economia brasileira, problema tratado de forma detalhada ainda neste capítulo. Embora a implantação do Plano Real tenha causado, inicialmente, impactos positivos sobre o desempenho da atividade econômica, os efeitos sobre o mercado de trabalho foram negativos, pois, segundo Dedecca (2005), o nível de emprego se deteriorava de maneira contínua.

Para Balsadi (2008), foram diversas as transformações ocorridas nessa década que ampliaram a desestruturação do mercado de trabalho: crescimento de ocupações no setor terciário<sup>8</sup>, principalmente os serviços domésticos, aumento de informalidade nas relações de trabalho, maior quantidade de desempregados, especialmente na segunda metade dos anos 1990, piora na distribuição de renda e dos rendimentos do trabalho, além da maior rotatividade, subcontratação e terceirização. Segundo o autor, o crescimento de ocupações no setor terciário se deve às reduções na quantidade de pessoas empregadas nos setores primário (agricultura) e secundário (indústria de transformação).

O Estado também teve sua função alterada neste período. De acordo com Pinheiro, Giambiagi e Gotskorzewicz (1999), o Estado, que antes promovia o desenvolvimento econômico definindo onde os fatores de produção deveriam ser alocados, passou a desempenhar os papéis regulador e fiscal da economia. Com tais mudanças, segundo os autores, a economia teve sua situação revertida a partir de 1995, apresentando as seguintes características: inflação baixa e declinante, taxa de câmbio apreciada em relação ao período anterior à implantação do Plano Real e deterioração do resultado da conta corrente. Essa segunda metade dos anos 1990 foi marcada pelo aumento dos gastos públicos, que, segundo os autores, ocorreu em função de fatores como: maior número de aposentados, sobretudo dos servidores públicos, aumento no valor do salário mínimo em 1995 e maiores gastos com programas e atividades dos órgãos do governo federal.

Nesta década, o dinamismo permaneceu no setor agropecuário, cujas causas deste sucesso foram abordadas por Gasques e Bastos (2003) entre 1990 e 2001. Os autores verificaram o crescimento na produção de grãos nesse período e isto se deve à maior relação área / homem, resultando em um trabalho mais produtivo. Para Gasques e Bastos (2003), o crescimento da produtividade da mão-de-obra foi superior ao aumento da produtividade da

---

<sup>8</sup> Comércio e serviços.

terra neste período. Ademais, o maior crescimento do produto, de acordo com os autores, ocorreu em função da redução da mão-de-obra rural, com maiores quedas entre 1997 e 2001. Apesar dessa redução na quantidade de pessoas empregadas no campo, o número ainda é bastante significativo, com um total de 17,9 milhões de pessoas ocupadas segundo o Censo Agropecuário de 1995/96. Porém, de acordo com Amadeo (1999), o mercado de trabalho desse setor é altamente informal, pois grande parte não possuía carteira assinada nesse período (menos de 30% dos trabalhadores tinham carteira assinada).

O ano de 1999 foi marcado pela desvalorização cambial e, segundo Gori Maia (2009), com a retomada de crescimento da economia mundial em 2003, o mercado de trabalho apresentou sinais de recuperação. Para o autor, essa retomada fez com que a velocidade de crescimento do emprego fosse superior à PEA brasileira, reduzindo o nível de desemprego no país. Analisando o período entre 1999 e 2006, Gori Maia (2009) observou que a quantidade de pessoas ocupadas aumentou em 17 milhões, com destaque para as ocupações não agrícolas e formais, sendo as maiores exportações e o maior consumo de bens duráveis os responsáveis por este crescimento. Entretanto, o autor também apontou que houve maior quantidade de pessoas desempregadas neste mesmo período, com crescimento de 1,3 milhão. Embora tenha registrado um considerável aumento de pessoas empregadas, a economia brasileira apresentou modesto crescimento entre 2001 e 2003, que, segundo o Dieese (2012), foi semelhante à taxa apresentada durante os anos 1990 (1,3% em 2001, 2,7% em 2002 e 1,1% em 2003).

## 1.2. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 1990: VELHOS E NOVOS PROBLEMAS

Segundo Ramalho Júnior (1992), o final dos anos 1960 foi marcado pela maior quantidade de trabalhadores assalariados, fenômeno intensificado na década de 1970. Nesse período, o autor menciona dois fatos relacionados à modernização do campo: aumento da mão-de-obra temporária e redução do emprego nas unidades familiares. Apesar do período de estagnação econômica durante os anos 1980, o fim dessa década registrou ainda baixos níveis de desemprego. Mattoso e Pochmann (1998) atribuem esse bom desempenho a alguns fatores como: preservação da estrutura industrial, crescimento mais lento da população nos centros urbanos e aumento do emprego no setor público. Porém, conforme mencionado anteriormente, as transformações na economia brasileira nos anos 1990 levaram ao aumento na quantidade de pessoas desempregadas nos diversos setores. Nesse período, o mercado de trabalho

encontrava-se desestruturado, chamado por Pochmann (1998) de “desemprego estrutural”, até então desconhecido no Brasil.

Pochmann (2001) aponta que a estrutura do desemprego sofre alterações nos anos 1990. De acordo com o autor, até a década de 1980, esse fenômeno era mais homogêneo por afetar, principalmente, os jovens e as pessoas com pouca experiência profissional, enquanto que, nos anos 1990, o perfil do desemprego já era bastante heterogêneo, afetando trabalhadores das mais diferentes classes como: pessoas de idade mais avançada que buscam o reemprego e chefes de família. É nessa década que o país enfrentava diversos problemas no mercado de trabalho, chamados por Pochmann (1998) de velhos e novos problemas. Com relação aos antigos, o autor menciona duas dimensões que afetavam o mercado de trabalho e que persistiam até o fim dos anos 1980.

A primeira delas é referente aos problemas tradicionais em economias periféricas como taxas comprimidas de assalariamento, baixos salários e alto nível de informalidade. A explicação dada por Pochmann (1998) a respeito dessa situação se deve ao processo incompleto da estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Apesar da expansão do emprego assalariado no país com carteira assinada entre as décadas de 1930 e 1980, o processo de estruturação no mercado de trabalho não fora concluído nos anos 1980. A outra dimensão é referente ao desemprego estrutural, comum aos países de economia industrializada. De acordo com Pochmann (1998), o elevado excedente de mão-de-obra é mantido conforme ocorrem os processos de industrialização, migração rural e urbanização nacional, incapacitando a plena absorção destes trabalhadores devido à modernização de forças produtivas. Para o autor, o desemprego estrutural foi se generalizando a partir dos anos 1950, quando o Brasil avançava na incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica.

Assim, durante os anos 1970, já eram perceptíveis as diferenças entre as regiões brasileiras nos aspectos sociais, econômicos e locais, além da heterogeneidade apresentada pelo mercado de trabalho, ou seja, alguns segmentos estavam mais avançados enquanto outros eram mais defasados. Segundo Pochmann (1998), houve divergência com relação às medidas adotadas para solucionar estes problemas do desemprego estrutural e da heterogeneidade. Enquanto os países de economia capitalista central resolveram os problemas por meio de reformas básicas (fundiária, tributária, social e relações de trabalho), o Brasil encaminhou o excedente da mão-de-obra para o setor informal. Conseqüentemente, estes trabalhadores, marginalizados pelas proteções do poder público, apresentavam remunerações diferentes tanto em termos regionais quanto nos aspectos setoriais.

Os novos problemas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 são a desestruturação do mercado e o novo desemprego estrutural, associados ao longo período de recessão econômica na década anterior. Segundo Pochmann (1998), o novo modelo econômico implementado no país nesta última década do século XX influenciou decisivamente esses novos problemas. Para o autor, a desestruturação do mercado de trabalho compreende três fenômenos: altas taxas de desemprego aberto, redução do emprego formal (desassalariamento) e geração insuficiente de postos de trabalho.

Já o novo desemprego estrutural possui três características: desemprego recorrente (que atinge principalmente a inserção do jovem), desemprego de reestruturação (que envolve, na maioria das vezes, trabalhadores na fase adulta com experiência) e desemprego de exclusão, afetando geralmente trabalhadores de idade mais avançada, substituídos por empregados mais jovens e com maior nível de escolaridade. Esse fenômeno, para Pochmann (1998), ocorreu em função da instabilidade macroeconômica e da reinserção externa do Brasil.

Os maiores índices de desemprego afetaram todas as regiões brasileiras, justificados pelo crescimento da PEA superior à criação dos postos de trabalho. Esse fenômeno atinge todos os setores da economia, tornando-se uma constante nesse período. Porém, o desemprego não apresentou maiores índices devido ao crescimento do emprego no setor informal, com destaque para o setor de serviços. A variação da população ocupada entre 1992 e 1997 é observada por meio da Tabela 1, conforme as características com relação ao setor de atividade e à posição na ocupação.

A Tabela 1 revela a existência do processo de desassalariamento, ou seja, houve redução de empregos formais (com carteira assinada) e aumento dos informais (sem carteira assinada). Segundo Pochmann (1998), esse fenômeno ocorreu em todas as regiões, porém houve maior impacto no Sul e no Sudeste, pois representavam locais de maior concentração industrial.

Este problema da geração de postos de trabalho, para Amadeo (1999), está associado aos fatores ligados ao funcionamento do mercado de trabalho e não à falta de dinamismo da economia. Como argumento, o autor menciona o acelerado crescimento da produtividade do trabalho em função da introdução de novas tecnologias. Assim, apesar da melhoria na qualidade na produção dos bens e da redução dos custos de produção, a criação dos postos de trabalho foi reduzida.

**Tabela 1** - Variação da População Ocupada (em %) – 1992 a 1997

		1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Posição na Ocupação</b>	Com Carteira	-4,5	-0,2	-0,2	0,6	-1,4	-0,4
	Sem Carteira	6,0	5,1	5,7	4,2	5,3	0,4
	Conta-Própria	4,7	1,3	6,5	3,5	6,1	2,4
	Empregador	-2,3	1,2	-0,5	9,0	5,1	-1,8
	Ignorado	6,6	-4,6	10,9	-0,5	11,4	-8,6
<b>Sector de Atividade</b>	<b>Indústria</b>	-4,9	-1,2	1,2	0,1	-2,1	-3,1
	Ext. Mineral	-1,8	-9,0	16,0	-14,6	-7,7	5,5
	Ind. Transf.	-7,9	-0,2	0,1	1,2	-4,4	-3,8
	S.I.U.P.	0,5	0,3	-4,4	-3,8	-4,8	-4,2
	Const. Civil	3,5	-4,0	4,9	-1,8	4,7	-1,2
	<b>Agropecuária</b>	-1,2	0,2	7,9	-0,4	-13,5	-6,4
	<b>Serviços</b>	1,5	2,3	3,1	3,4	4,1	1,6
	Comércio	-0,1	3,6	3,8	3,5	2,6	1,0
	Serviços	2,0	2,7	4,2	4,9	4,9	1,8
	Adm. Públ.	3,8	1,5	0,5	-0,9	4,6	0,3
	Outros	0,0	-0,5	0,3	1,0	2,6	3,1
	<b>TOTAL</b>	<b>-0,5</b>	<b>1,3</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>0,3</b>

Fonte: Pinheiro, Giambiagi e Gotskorzewicz (1999)

Na análise de Mattoso e Pochmann (1998), ao longo dessas décadas, o Brasil construiu uma estrutura produtiva complexa e diversificada. Entretanto, não foi possível homogeneizar o padrão de uso e remuneração da força de trabalho semelhante aos níveis atingidos pelos países capitalistas centrais. Assim, a conclusão obtida pelos autores é que essa heterogeneidade e a desigualdade do mercado de trabalho trazem como consequências o aumento do desemprego e a geração de empregos informais.

Para Graziano da Silva (1994), o mercado de trabalho para os anos 1990 é visto de maneira negativa em função do maior nível de informalidade. Embora o saldo gerado de postos de trabalho tenha sido positivo nos anos 1970 e 1980, houve grande redução na quantidade de pessoas ocupadas na agricultura durante a década de 1980. Segundo o autor, a proporção da PEA total ocupada em atividades agrícolas apresentou drástica diminuição entre 1970 e 1990, passando de 44,3% para 23%.

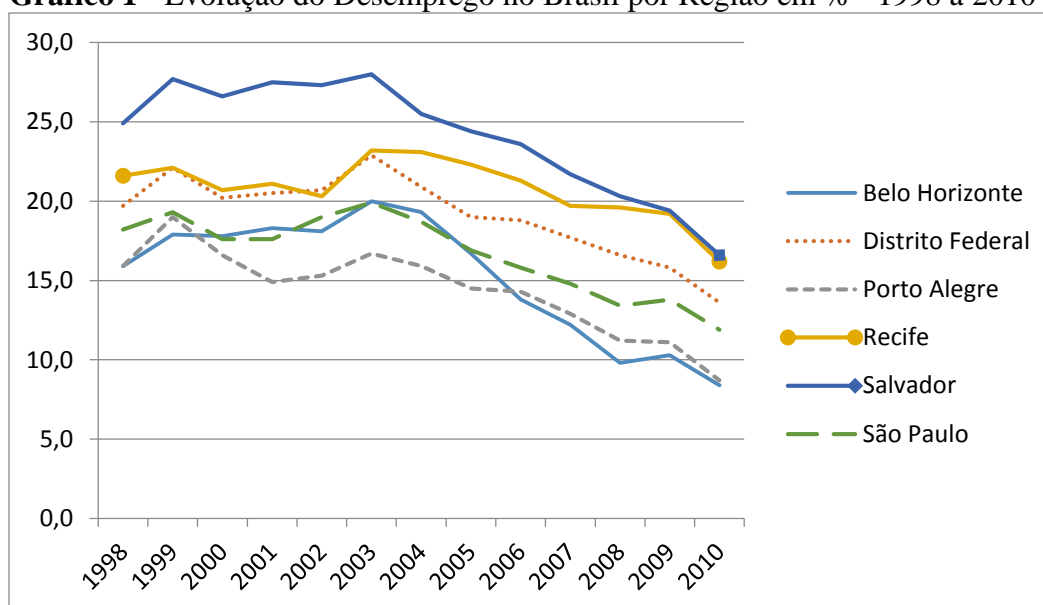
O desemprego atingiu tanto a população urbana quanto a rural. Esse fenômeno, para Graziano da Silva (1994), ocorreu em função do crescente processo de tecnificação das atividades agrícolas. Além disso, houve a tendência à urbanização da PEA agropecuária, processo que teve início já nos anos 1950. Por outro lado, Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzewicz (1999) apontavam que o maior problema do mercado de trabalho não era o



desemprego e sim a qualidade do emprego, apesar da crescente taxa de crescimento durante os anos 1990.

O Gráfico 1 mostra a variação do desemprego em seis grandes regiões brasileiras entre 1998 e 2010. Pode-se observar que, em todas as regiões, aumentou a quantidade de pessoas desempregadas até 2003 e, após este período, a queda ocorreu de maneira geral em função da recuperação da economia mundial, conforme já mencionado por Gori Maia (2009). A Tabela 2, por sua vez, mostra essa variação apresentada no Gráfico 1, porém separado por gênero. Os percentuais destacados em negrito representam o gênero que apresentou maior percentual de desemprego.

**Gráfico 1 - Evolução do Desemprego no Brasil por Região em % - 1998 a 2010**



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Dieese (2012)

Pode-se verificar, por meio da Tabela 2, que o percentual de mulheres desempregadas é superior em todas as regiões em todos os períodos analisados, sendo este outro problema apresentado pelo mercado de trabalho brasileiro.

Os dados apresentados pela Tabela 2 mostram que, de forma geral, o índice de desemprego aumentou entre 1998 e 2003 para ambos os gêneros. Com a retomada do crescimento econômico mundial a partir de 2003, o desemprego apresentou reduções a partir de 2004 em todas as regiões analisadas. Porém, a redução para os homens foi superior à das mulheres. O Dieese (2012) atribui esse fenômeno ao crescimento de setores responsáveis por empregar, na maioria dos casos, mão-de-obra masculina como a indústria e a construção civil.

**Tabela 2 - Evolução do Desemprego no Brasil por Região por Gênero em % (1998-2010)**

Ano	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre		Recife		Salvador		São Paulo	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1998	13,7	<b>18,7</b>	17,4	<b>22,1</b>	13,7	<b>18,6</b>	19,0	<b>24,9</b>	22,9	<b>27,1</b>	16,1	<b>21,1</b>
1999	15,9	<b>20,4</b>	19,2	<b>25,2</b>	16,7	<b>21,9</b>	19,6	<b>25,2</b>	25,8	<b>29,9</b>	17,3	<b>21,7</b>
2000	16,1	<b>19,9</b>	17,7	<b>22,9</b>	14,2	<b>19,6</b>	18,2	<b>23,9</b>	24,1	<b>29,3</b>	15,0	<b>20,9</b>
2001	16,2	<b>20,8</b>	17,6	<b>23,6</b>	12,3	<b>18,2</b>	17,8	<b>25,3</b>	25,0	<b>30,2</b>	14,9	<b>20,8</b>
2002	15,7	<b>20,8</b>	18,0	<b>23,6</b>	13,1	<b>17,9</b>	17,6	<b>23,6</b>	24,9	<b>29,9</b>	16,4	<b>22,2</b>
2003	17,1	<b>23,3</b>	20,2	<b>25,7</b>	13,9	<b>20,2</b>	20,0	<b>27,0</b>	26,1	<b>30,1</b>	17,2	<b>23,1</b>
2004	16,8	<b>21,9</b>	17,9	<b>24,0</b>	13,1	<b>19,1</b>	20,3	<b>26,5</b>	23,2	<b>28,0</b>	16,3	<b>21,5</b>
2005	14,0	<b>19,7</b>	15,9	<b>22,1</b>	11,9	<b>17,6</b>	19,2	<b>26,0</b>	21,3	<b>27,8</b>	14,4	<b>19,7</b>
2006	11,0	<b>16,9</b>	15,9	<b>21,8</b>	12,0	<b>16,9</b>	18,4	<b>24,8</b>	20,4	<b>27,0</b>	13,4	<b>18,6</b>
2007	8,9	<b>15,9</b>	14,7	<b>20,7</b>	10,2	<b>16,0</b>	16,9	<b>23,1</b>	18,4	<b>25,3</b>	12,3	<b>17,8</b>
2008	7,2	<b>12,7</b>	13,4	<b>19,8</b>	8,8	<b>13,9</b>	16,9	<b>22,9</b>	16,5	<b>24,1</b>	10,7	<b>16,5</b>
2009	8,2	<b>12,8</b>	13,0	<b>18,8</b>	9,1	<b>13,5</b>	16,3	<b>22,7</b>	15,9	<b>23,2</b>	11,6	<b>16,2</b>
2010	6,4	<b>10,7</b>	10,7	<b>16,7</b>	7,1	<b>10,6</b>	13,7	<b>19,2</b>	12,9	<b>20,5</b>	9,5	<b>14,7</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Dieese (2012)

Entre os diversos problemas apresentados pelo mercado de trabalho estão o nível de instrução e a desigualdade existente com relação ao gênero e a cor, levando a níveis diferentes de salários para funcionários que desempenham uma mesma função. O estudo empírico realizado por Langoni (1973) já revelava que o maior investimento em educação resultava em maior produtividade<sup>9</sup> dos trabalhadores. Segundo Barros e Mendonça (1995), o Brasil é um dos países com maior desigualdade neste aspecto e, ao comparar com os Estados Unidos, o nível de desigualdade brasileiro é seis vezes superior ao norte-americano. Para Alves, E. (1995), os trabalhadores com maior nível de instrução são mais flexíveis no mercado de trabalho, facilitando sua adaptação.

Com relação à desigualdade existente no mercado de trabalho, Valenzuela (1999) aponta a segmentação por gênero e por cor como responsável por este fenômeno. De acordo com a autora, essa desigualdade é expressa de diversas maneiras, seja por meio da valorização do acesso diferenciado aos cargos nas empresas, seja por meio de salários divergentes para funcionários que ocupam uma mesma posição.

Para Ney e Hoffmann (2008), além da educação, o capital inicial também é necessário para alcançar atividades mais produtivas e mais rentáveis. Analisando as famílias de maior renda, os autores apontam que, por possuírem maior quantidade de recursos financeiros e por serem mais qualificados como mão-de-obra, podem dedicar-se às atividades mais rentáveis.

<sup>9</sup> Neste estudo, Langoni (1973) utilizou métodos econométricos para explicar as diferenças individuais de renda por meio das variáveis educação, idade, gênero, atividade e região, com base nos dados de 1960 e 1970. Os resultados obtidos pelo autor indicaram maior contribuição da educação com relação ao diferencial de renda, variável que, para Langoni (1973), também contribuiu para a maior desigualdade nesse período analisado.

Assim, as famílias de menor renda necessitam superar este problema devido à carência em termos de qualificação e de capital inicial.

A baixa escolaridade de pessoas empregadas no Brasil, para Quadros e Gori Maia (2010), esconde grande diferença entre grupos ocupacionais e estratos sociais. Como exemplo, os autores apontam o tempo médio de estudo entre a classe de trabalhadores denominada “colarinhos-brancos”<sup>10</sup> e os empregados agrícolas, sendo de 11 anos de estudos para os colarinhos-brancos contra apenas quatro para os trabalhadores rurais. Além destes problemas, Quadros e Gori Maia (2010) atribuem a redução do emprego nos setores agrícola e industrial à automação, apesar da contribuição para o aumento da produtividade.

Tanto o processo de automação quanto as melhores oportunidades pelas cidades são considerados fatores de exclusão da população rural. Por este motivo, ao longo das últimas décadas tem-se verificado a migração destas pessoas para as áreas urbanas, ocorrendo com maior intensidade nos anos 1970.

### 1.3. O ÊXODO RURAL E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O processo migratório da área rural para os centros urbanos não é recente, fenômeno que ainda persiste no século XXI. De acordo com Patarra (2003), entre 1890 e 1920, o Brasil registrava grande aumento no estoque de pessoas em função do processo imigratório. Porém, a Grande Depressão e os fortes investimentos no setor industrial causaram a saída da população do campo em direção às cidades. Esse crescimento das indústrias, segundo Patarra (2003), intensificou a urbanização, fortalecendo principalmente as áreas urbanas do Centro-Sul.

Entretanto, o maior fluxo migratório registrado foi entre 1960 e 1980. Para Abramovay e Camarano (1999), cerca de 27 milhões de pessoas abandonaram o campo neste período. Deve-se destacar que a década de 1980, para Filgueiras (2006) foi o período de intensa atividade política, casos da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Diante deste contexto, foi implantado no Brasil o neoliberalismo no início dos anos 1990, durante o governo de Fernando Collor. De acordo com Filgueiras (2006, p. 180), devido à luta de classes nos anos 1980, “o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal”. Essa demora para a imposição do projeto neoliberal, segundo o autor, ocorreu em função da complexa estrutura produtiva do

---

<sup>10</sup> Classe de assalariados de escritórios, comércio e serviços.

país. Assim, para Filgueiras (2006), a abertura comercial ocorrida nos anos 1990 atingia de forma diferenciada os segmentos da indústria e da agroindústria.

Por outro lado, ao longo das últimas décadas (anos 1990 e 2000), tem-se verificado perdas cada vez menores da população rural para as cidades. De acordo com os dados do Censo Demográfico (Tabela 3), entre 1980 e 1991, pouco mais de 2,5 milhões de pessoas abandonaram a área rural e, entre 1991 e 2000, a população rural registrou perda de quase quatro milhões de pessoas. Por sua vez, entre 2000 e 2010, o campo perdeu dois milhões de pessoas, o que aponta uma drástica redução no êxodo rural se comparar com os índices apresentados nos anos 1960.

Deve-se destacar que essa variação da população residente no campo, segundo Del Grossi, Campanhola e Graziano da Silva (2001), também ocorre em função do aumento do perímetro urbano ao longo de cada Censo Demográfico realizado. Desta forma, de acordo com os autores, a população, antes considerada rural, passa a ser classificada como urbana no próximo censo. Por meio destes dados, não é possível dimensionar a quantidade de pessoas que migraram para as cidades, porém, pode-se perceber a dimensão deste fluxo migratório. Embora tenha diminuído na transição do século XX para o início do século XXI, o fenômeno ainda existe e é expressivo no país. Alves, E., Souza, G. e Marra (2011) atribuem essa redução neste período ao desaparecimento das políticas de substituição de importações no país a partir da década de 1990. Assim, de acordo com os autores, a industrialização descentralizou para as médias e pequenas cidades, passando a competir com o campo em busca de mão-de-obra.

Outro problema da agricultura é o envelhecimento, pois parte significativa desta população migrante é composta por jovens. Essa saída em massa dos jovens é explicada por Graziano da Silva (1994) pelo desejo destes em ingressar no mercado de trabalho. Devido à falta de oportunidade de emprego na área rural, a tendência é a migração para as cidades. O motivo que leva à saída do campo para os centros urbanos no Brasil é diferente do apresentado pelos Estados Unidos. De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), nos Estados Unidos, os trabalhadores imigram devido à maior atração pelo setor urbano-industrial e não em função da falta de condições mínimas de sobrevivência no campo. Já no Brasil, os motivos do êxodo rural são outros, envolvendo, por exemplo, as condições precárias na área rural e a introdução de tecnologias na agricultura, que dispensa parte considerável da mão-de-obra empregada.

De acordo com Alves, E., Souza, G. e Marra (2011), o mercado de trabalho na área urbana estava fortalecido e diversificado em função do modelo de substituição de importações.

Com a maior atração da população rural pelas cidades, o processo de êxodo rural foi acelerado, sendo o Sudeste o principal destino destas pessoas. Os dados divulgados pelo IBGE indicam que a década de 1970 é o período em que é registrado o ápice da população rural, com 41 milhões de habitantes.

A partir de então, ocorreram sucessivos declínios populacionais na área rural, chegando a 31,6 milhões<sup>11</sup> em 1996, segundo Michellon (2011), retomando seu crescimento a partir de então, chegando a 32,6 milhões de pessoas em 1999. Segundo o autor, os fluxos migratórios não foram maiores por causa das atividades não agrícolas e das aposentadorias. Porém, apesar desta retomada de crescimento, o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE aponta sucessivas reduções da população residente no campo entre 1970 e 2010. A população urbana, por sua vez, cresce constantemente desde 1950 até 2010, conforme aponta a Tabela 3.

**Tabela 3 - População Residente no Brasil (em milhões) – 1950 a 2010**

Ano	Urbana		Rural		Total
	Pop. Residente	%	Pop. Residente	%	
<b>1950</b>	18,78	36,2	33,16	63,8	51,94
<b>1960</b>	31,30	44,7	38,77	55,3	70,07
<b>1970</b>	52,08	55,9	41,05	44,1	93,14
<b>1980</b>	80,44	67,6	38,57	32,4	119,00
<b>1991</b>	110,99	75,6	35,83	24,4	146,83
<b>2000</b>	137,95	81,2	31,85	18,8	169,80
<b>2010</b>	160,93	84,4	29,83	15,6	190,76

Fonte: Censo Demográfico de 2010.

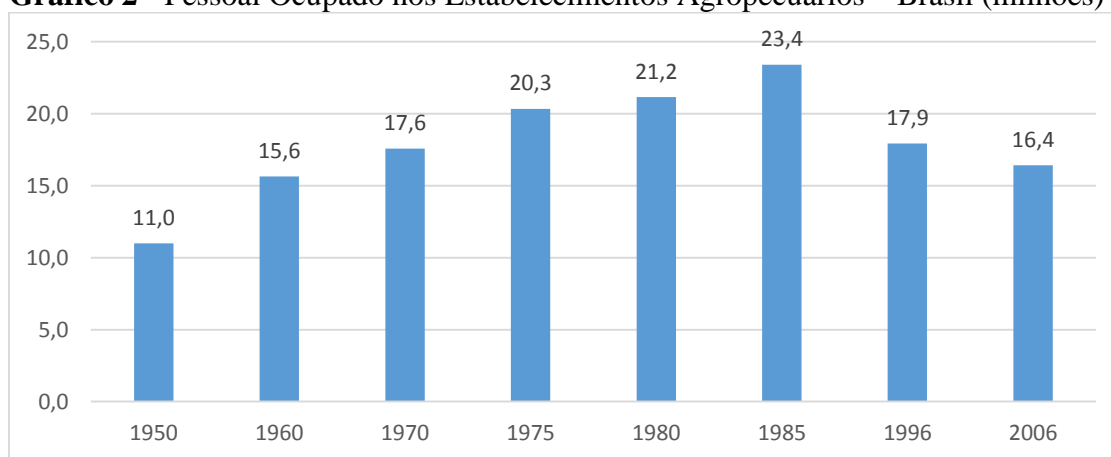
Nesse período de sete décadas, a população aumentou em 138,81 milhões de habitantes. Além disso, a Tabela 3 indica que houve crescimento de pessoas residentes tanto no campo quanto nas cidades até a década de 1970. Porém, a partir deste período, enquanto a área urbana apresentava sucessivos aumentos, o inverso ocorria com a área rural, registrando em 2000 uma população com patamares semelhantes àqueles apresentados em 1950. Deve-se destacar também a drástica redução da participação relativa da população rural ao longo destas décadas (passando de 63,8% em 1950 para apenas 15,6% em 2010).

Com relação à quantidade de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, os dados divulgados pelos Censos Agropecuários registram crescimento entre 1950 e 1985 e, a partir de então, ocorrem sucessivos declínios. Para tanto, o ano de 2006, último censo realizado, registrou 16,4 milhões de pessoas empregadas nestes estabelecimentos, nível

<sup>11</sup> Segundo Michellon (2011), 1996 foi o ano em que a população rural chegou ao fundo do poço.

semelhante ao apresentado nos anos 1960, conforme aponta o Gráfico 2. Conforme será visto, o avanço tecnológico, por um lado, dispensou parte considerável da mão-de-obra empregada no campo, mas, por outro lado, houve aumento na produtividade agrícola nesse período. Assim, verifica-se, por meio da Tabela 3 e do Gráfico 2, que, embora a população residente na área rural tenha diminuído entre as décadas de 1970 e 1980, a quantidade de pessoas empregadas no campo aumentou neste mesmo período. Porém, a partir de então, ocorreram sucessivos declínios da mão-de-obra empregada neste setor e dos moradores da área rural.

**Gráfico 2 - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários – Brasil (milhões)**



**Fonte:** Elaboração do autor conforme os dados de Michellon (2011).

Conforme apontado por Graziano da Silva (1994), esse fenômeno atinge todas as regiões brasileiras, incluindo as áreas mais modernas, casos do Sul e do Sudeste. Os dados estão na Tabela 4, com destaque para o Nordeste, que concentra grande parte da população ocupada nos estabelecimentos agropecuários.

**Tabela 4 - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários – Por Região (milhões)**

Região	1970	%	1975	%	1980	%	1985	%	1995	%	2006	%
Norte	0,9	5,31	1,4	6,94	1,8	8,42	2,5	10,59	1,9	10,47	1,7	10,13
Nordeste	7,6	43,05	8,7	42,95	9,3	44,10	10,4	44,63	8,2	45,79	7,7	46,83
Sudeste	4,0	22,52	4,1	20,38	4,3	20,38	4,7	20,25	3,4	19,19	3,2	19,44
Sul	4,2	23,84	4,8	23,75	4,4	20,75	4,5	19,19	3,4	18,87	2,9	17,57
C. Oeste	0,9	5,28	1,2	5,98	1,3	6,35	1,2	5,33	1,0	5,68	1,0	6,02
<b>BRASIL</b>	<b>17,6</b>		<b>20,3</b>		<b>21,2</b>		<b>23,4</b>		<b>17,9</b>		<b>16,4</b>	

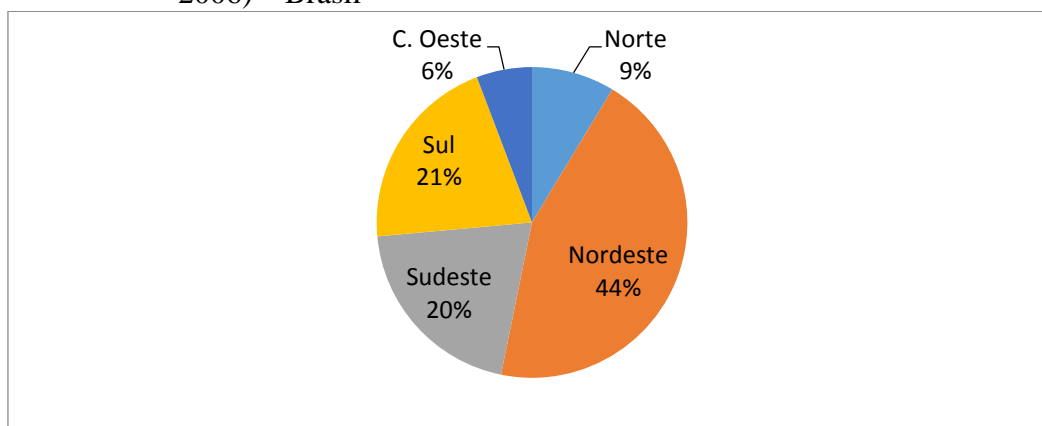
**Fonte:** Elaboração do autor conforme os dados dos Censos Agropecuários. Percentuais calculados pelo autor.

Pode-se observar, por meio do Gráfico 2 e da Tabela 4, que a redução da mão-de-obra agrícola não é exclusividade de determinada região brasileira. Apesar da diminuição, a proporção dessas pessoas ocupadas se manteve constante ao longo deste período analisado, com maior concentração no Nordeste (sempre acima de 40%), seguida pelas regiões Sul e

Sudeste (cada uma concentrando cerca de 20% do total da mão-de-obra empregada) e, em menores proporções, o Norte e o Centro-Oeste. Apesar do mesmo comportamento para todas as regiões, o Norte apresentou excepcional crescimento entre 1970 e 1985, passando de menos de um milhão para 2,5 milhões de pessoas empregadas, devido à mineração.

O Gráfico 3 mostra a distribuição destas pessoas nas diferentes regiões nesse período, porém em números percentuais. Em função da constante participação relativa apresentada ao longo dos anos, com exceção do Norte, foi possível calcular a média aritmética da população empregada nos estabelecimentos agropecuários. Conforme foi visto na Tabela 4, o Norte registrou grande aumento entre 1970 e 1985, alterando o percentual drasticamente (a concentração que era de 5,31% da mão-de-obra empregada em 1970 passou a representar 10% a partir de 1985, percentual que persistiu até 2006), justificando a média de 9% apresentada.

**Gráfico 3** - Distribuição Regional da População Ocupada na Agropecuária (média – 1970 a 2006) – Brasil



**Fonte:** Elaboração do autor conforme os dados dos Censos Agropecuários. Média calculada pelo autor.

Soma-se a estes dados a diferença com relação às técnicas utilizadas no campo nas regiões brasileiras. Este fato já era observado ainda nos anos 1970 por Schuh (1971b) e Paiva (1973). O primeiro autor observava que o Nordeste era a região que empregava técnicas mais primitivas de produção, enquanto o eixo Sul-Sudeste utilizava meios mais modernos. Por sua vez, Paiva (1973) já apontava a existência de dualidade tecnológica nos países em desenvolvimento, ou seja, enquanto certas regiões desfrutavam de técnicas modernas de produção, outras mantinham o padrão tradicional.

Para Mattei e Cazella (2009), essas regiões mais desenvolvidas foram privilegiadas pela trajetória da política agrícola até os anos 1980. Segundo os autores, os produtores mais beneficiados foram os detentores de maiores áreas, facilitando o processo de modernização e

acumulação de capital, uma vez que a política agrícola favorecia os produtos voltados à exportação. Por outro lado, os pequenos produtores, em geral menos capitalizados, ficaram à margem deste processo produtivo.

Outro problema existente, além da concentração de terras, é a má distribuição de renda no Brasil. Segundo Hoffmann (1996), esse problema de renda na agropecuária é agravado pela concentração de terras. O nível de desigualdade é calculado por meio do Índice de Gini<sup>12</sup> e, segundo os cálculos realizados pelo IBGE, houve pequena redução na concentração de terras nos últimos três Censos Agropecuários (1985, 1995/96 e 2006). Porém, o índice ainda está acima de 0,8, o que representa forte concentração de terras ainda no século XXI (em 1985 era de 0,857, reduzindo para 0,856 no Censo de 1995/96 e chegando a 0,854 em 2006).

Para o Dieese (2012), a elevada concentração de terras inibe o desenvolvimento<sup>13</sup>, principalmente para a população rural. Os dados do Censo de 2006 revelam que são muitos os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares (metade do total de estabelecimentos existentes), enquanto há poucos estabelecimentos com áreas acima de 1.000 hectares (menos de 1% do total). A Tabela 5 mostra a participação de cada estrato de área dos estabelecimentos rurais no Brasil, com os dados dos três últimos Censos Agropecuários realizados. As políticas públicas para superar este obstáculo da concentração de terras, segundo o Dieese (2012), andam lentamente e com problemas. Porém, apesar dessa situação, Balsadi (2008) aponta progressos quanto à qualidade do emprego no campo de forma geral durante a transição do século XX para XXI. O avanço, contudo, não ocorreu de forma homogênea. Embora todas as regiões tenham apresentado melhorias, o estudo realizado pelo autor mostra que, em 2004, o Nordeste era a região que detinha os piores índices quanto à participação de trabalhadores com carteira assinada e que contribuía para a Previdência Social.

Existem diversos estudos que apontam o Nordeste como região de origem predominante da população migrante para os demais locais do Brasil. Baeninger (1999) atribui este fenômeno a diversos fatores como a desigualdade da taxa de crescimento econômico, a oferta de empregos, além do nível salarial. Por sua vez, Oliveira, K. e Jannuzzi (2005) destacam alguns fatores conhecidos historicamente, casos da estagnação econômica e da alta taxa de desemprego nos centros urbanos desta região.

---

<sup>12</sup> O Índice de Gini é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição, com variação entre zero e um. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade, ou seja, significa que existe concentração na distribuição.

<sup>13</sup> O desenvolvimento aqui abordado combina crescimento econômico com geração de riqueza, justiça social e cidadania (DIEESE, 2012).



**Tabela 5 - Área dos Estabelecimentos Rurais por Estrato – Brasil (milhões de ha)**

Estrato de Área	1985		1995/96		2006	
	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10 ha	9,99	2,70	7,88	2,20	7,80	2,40
De 10 ha a menos de 100 ha	69,57	18,60	62,69	17,70	62,89	19,10
De 100 ha a menos de 1.000 ha	131,43	35,10	123,54	34,90	112,70	34,20
1.000 ha e mais	163,94	43,70	159,49	45,10	146,55	44,40
<b>TOTAL</b>	<b>374,93</b>		<b>353,61</b>		<b>329,94</b>	

**Fonte:** Censos Agropecuários (1985, 1995/96 e 2006)

**Elaboração:** Dieese

Alguns autores também atribuem os problemas da agricultura e da pobreza nordestina à seca. Entretanto, para Duque e Cirne (1998), trata-se de uma visão errônea, embora reconheçam que o fator climático seja um problema para os agricultores que residem no Nordeste, pois leva à perda de safra e à falta de trabalho, entre outros impactos negativos. Este problema da agricultura acarreta em baixa produtividade, que, para Alves, E. e Marra (2009), torna o Nordeste a região com elevado potencial migratório. Segundo os autores, entre 2000 e 2007, o Nordeste rural perdeu 1,7 milhão de habitantes, sendo a cidade o principal destino dessa população. Embora grande parte migre para o Sudeste e para o Sul devido à expansão da industrialização, o rural do Centro-Oeste também é atrativo para a população por causa da expansão da agricultura.

Apesar do elevado potencial migratório dessa região, a ruralidade, para Balsadi e Silva, A. (2010), é uma característica marcante da PEA ocupada na agricultura nordestina. De acordo com os autores, grande parte da população empregada no Nordeste também reside na área rural, fator que diferencia a região das demais. Analisando o período compreendido entre 2001 e 2008, Balsadi e Silva, A. (2010) verificaram a estabilidade da mão-de-obra ocupada neste setor devido à maior quantidade de empregados permanentes e temporários e ao aumento do número de trabalhadores que produziam para o próprio consumo.

Analisando a saída do campo para as cidades de forma geral, Alves, E. e Marra (2009) apontam que a contribuição é cada vez menor no processo de urbanização. Entretanto, embora o êxodo rural tenha enfraquecido ao longo dos anos, a migração ainda é expressiva no país, com exceção do Centro-Oeste. Os autores atribuem o aumento da população rural nessa região entre 2000 e 2007 ao sucesso da agricultura, pois, apesar dos avanços tecnológicos e da consequente redução da mão-de-obra empregada, existe maior demanda por trabalho quando há expansão da agricultura.

Há diversos fatores que explicam as reduções da mão-de-obra agrícola ao longo do final do século XX e início do século XXI. Para Alves, E. e Marra (2009), os centros urbanos

possuem vantagens que estimulam a saída da população rural como: os maiores salários, educação, saúde, seguro contra o desemprego e facilidade para a aquisição da casa própria. Os dados da PNAD de 2008 mostram que a remuneração na agricultura é inferior a diversos setores da economia e são explicados pela mão-de-obra pouco qualificada no mercado de trabalho agrícola.

Porém, deve destacar que este problema não é exclusivo da agropecuária e sim do mercado de trabalho de maneira geral. A PNAD de 2008 ainda registrou grande diferença entre a quantidade de homens e mulheres empregados no campo, resultado do processo de “masculinização” do campo ocorrido nas décadas anteriores. No período de intenso fluxo migratório, Abramovay e Camarano (1999) destacavam as mulheres e os jovens como os maiores responsáveis pela saída em massa, levando ao processo de “masculinização” e de envelhecimento do campo. Em estudo mais recente, Ferreira e Alves, F. (2009) mostram que, entre 1996 e 2006, houve redução em três milhões de pessoas com idade entre zero e 14 anos residindo no campo. Por outro lado, Ferreira e Alves, F. (2009) apontam aumento no número de pessoas com outras faixas etárias neste mesmo período, fenômeno observado em todas as regiões brasileiras.

#### 1.4. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR RURAL E AS VARIÁVEIS DE OFERTA E DEMANDA

Diversos estudos e dados apontam a grande redução da ocupação agrícola no Brasil. O estudo realizado por Buainain e Dedecca (2008) mostra que, entre 1940 e 2000, o percentual de pessoas ocupadas passou de 70% para apenas 15%, velocidade superior à de países desenvolvidos como França, Estados Unidos e Alemanha. Esta diminuição ainda persiste no século XXI, pois, segundo os dados dos Censos Agropecuários (Tabela 4), o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários reduziu em 1,5 milhão no Censo de 1995/96 para 2006. Apesar desta redução, o saldo da balança comercial do agronegócio apresentou crescimento de 270% entre 2000 e 2009, de acordo com o Dieese. Além disso, devido à difusão de inovações tecnológicas e ao progresso técnico, houve aumento na produtividade no campo.

Entretanto, embora o país seja um dos maiores produtores agrícolas, as condições de trabalho são bastante divergentes. Conforme mencionado, existem regiões que adotam técnicas mais modernas de produção, enquanto há outras que utilizam métodos mais tradicionais. Essas regiões com meios mais avançados de produção são aquelas que

apresentam maior produtividade, havendo, portanto, maior concentração de terra e de renda. Segundo o Dieese (2012), existem ainda indícios de trabalho escravo nessas regiões com técnicas mais primitivas de produção.

Essas divergências regionais com relação aos ritmos de progresso tecnológico dificultam o avanço das políticas de reforma agrária no Brasil. Nesse caso, o Norte e o Nordeste avançam mais lentamente e, devido à falta de oportunidade de emprego nestas regiões, os destinos são as áreas mais desenvolvidas, conforme já mencionado. Contudo, não se deve atribuir o atraso das demais regiões, exclusivamente, à produção de São Paulo.

De acordo com Cano (1997), até 1930, a economia não era integrada e cada região possuía sua história e sua própria trajetória econômica. Este quadro foi revertido após 1930 com o aumento das relações econômicas entre São Paulo e o restante do Brasil. Assim, conforme o desenvolvimento e a industrialização se intensificavam em determinada região, tornaram-se necessárias alterações na estrutura produtiva dos demais locais, que, para Cano (1997), representava um estímulo ao crescimento econômico.

O autor chama este processo de desconcentração produtiva e menciona alguns fatores considerados determinantes para tal fenômeno: integração do mercado nacional comandado pela economia paulista, sobretudo após os anos 1960; políticas de desenvolvimento regional a partir dos anos 1960 por meio do incentivo ao capital com programas como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), intensificando a migração do capital produtivo para estas regiões; políticas de incentivo às exportações a partir da segunda metade da década de 1960, modernizando o setor agrícola; intensificação do processo de urbanização nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estimulando a criação de serviços; incentivos e investimentos para substituir a importação de alguns insumos e contornar os problemas cambiais causados pelos Choques do Petróleo durante os anos 1970; e a crise dos anos 1980.

Para Alves, E. (1995), existem algumas variáveis responsáveis que influenciam a oferta de trabalho na agricultura, como os salários e o nível de instrução dos trabalhadores. Segundo o autor, quanto maior a diferença entre os salários oferecidos no campo e nas cidades, maior o incentivo do trabalhador em migrar para os centros urbanos. Com relação à educação, o menor nível de instrução reduz as opções de emprego tanto no campo quanto nas cidades. Porém, de acordo com Alves, E. (1995), a situação é oposta no meio rural, pois a família que reside nesta região percebe a necessidade de oferecer aos filhos melhor educação e melhor infraestrutura, que seria encontrada nas cidades, favorecendo o êxodo rural. Outra variável apontada por Alves, E. (1995) é a natureza do contrato de trabalho, em que o

emprego ofertado na área urbana fornece mais garantias ao trabalhador, além da maior facilidade de aposentadoria. Além disso, de modo geral, o emprego das cidades exigem menor esforço físico dos trabalhadores, sendo este outro fator de incentivo à migração. Analisando a menor demanda por trabalho na agricultura, Alves, E. (1995) menciona fatores como: desenvolvimento tecnológico, relação salário / produto<sup>14</sup>, leis trabalhistas<sup>15</sup> e estrutura agrária, cujo baixo custo de trabalho<sup>16</sup> leva ao menor nível de mecanização.

Analisando a qualidade do mercado de trabalho entre 1992 e 2004, Balsadi (2008) aponta que houve melhoria tanto para os empregados temporários quanto para os permanentes. Porém, o autor destaca o Nordeste, que, apesar dos progressos apresentados neste período, apresentava os piores índices no mercado de trabalho agrícola, principalmente com relação aos trabalhadores temporários. De acordo com o autor, em 2004, 11,5% dos empregados temporários urbanos e apenas 6,5% dos temporários rurais recebiam mais de um salário mínimo por mês. De maneira geral, Balsadi (2008) aponta que os avanços na qualidade de emprego foram maiores para os trabalhadores permanentes urbanos, além de todas as regiões apresentarem maior participação de empregados alfabetizados neste período analisado.

### 1.5. AS DIFICULDADES DA AGRICULTURA NO SÉCULO XXI E AS SOLUÇÕES PARA INCENTIVAR A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO

Apesar dos avanços na agricultura brasileira, o setor ainda enfrenta diversos problemas na atualidade, alguns deles novos e outros mais antigos. A falta de investimento em educação voltada para a população rural já era vista por Schuh (1971a) e, segundo o autor, o curso normal do desenvolvimento do campo é a transferência cada vez maior da mão-de-obra da agricultura para o setor não agrícola. Conforme mencionado anteriormente, o menor nível de instrução reduz drasticamente as opções de emprego tanto no campo quanto nas cidades. Assim, de acordo com Schuh (1971a), isto leva à redução da contribuição do campo para a expansão geral da economia brasileira. Outro problema apresentado pela agricultura é a menor remuneração do setor em relação aos empregos oferecidos pelas cidades. Segundo Alves, E., Lopes e Contini (1999), essa baixa rentabilidade do setor agropecuário é traduzida

---

<sup>14</sup> Para Alves, E. (1995), a queda maior dos produtos em relação aos salários reduz a demanda por mão-de-obra.

<sup>15</sup> A extensão das leis trabalhistas ao setor rural elevou indiretamente o custo do trabalho, fazendo com que os proprietários recorressem aos boias-frias.

<sup>16</sup> Segundo Alves, E. (1995), o custo é baixo pelo não envolvimento de férias remuneradas, impostos na folha de pagamentos, entre outros.

em processo migratório, ou seja, a população rural muda para as cidades em busca de maiores salários.

Segundo Buainain e Dedecca (2008), a heterogeneidade do mercado de trabalho devido à existência de problemas novos e antigos representa uma particularidade da experiência brasileira. Diversos estudos já apontavam diferenças regionais quanto ao desenvolvimento de produção, em que algumas utilizam meios mais modernos e outras mais tradicionais. As regiões que utilizam métodos mais primitivos são aquelas que concentram maior quantidade de estabelecimentos familiares no país, em especial o Nordeste. Conforme será abordado no próximo capítulo, o trabalho das famílias no campo possui grande importância no cenário agrícola brasileiro, porém a área destinada a elas é bastante inferior quando comparado aos agricultores patronais.

Outro problema existente é o “esquecimento” do mercado de trabalho agrícola. De acordo com Buainain e Dedecca (2008), esse “esquecimento” é traduzido pela ocorrência das lutas por parte dos trabalhadores rurais assalariados. Além disso, segundo os autores, houve a redução no número de trabalhadores empregados no campo e o aumento na quantidade de pessoas ocupadas sem remuneração<sup>17</sup> entre os anos 1990 e 2000, passando de três milhões para 4,1 milhões.

Assim, diante deste contexto de redução da mão-de-obra empregada na área rural, é importante valorizar o trabalho no campo para evitar maior fluxo migratório para as cidades. Portugal e Alves, E. (2002) já apontavam a necessidade de estimular a agricultura, em especial o Nordeste, que concentra grande parte dos estabelecimentos agropecuários e possui elevado potencial migratório. Porém, segundo Zylbersztajn (2011), além da baixa rentabilidade, existem outros obstáculos que limitam o desempenho do setor agropecuário, tais como: acesso aos mercados, financiamento da produção, controle sanitário, conflitos de posse da terra e política socioambiental. Desta forma, entre os diversos desafios para as políticas públicas com a finalidade de evitar maior fluxo migratório estão a melhor distribuição de terras, a valorização do trabalho no campo e o investimento em educação rural.

---

<sup>17</sup> Segundo Neder (2008), este grupo de trabalhadores não remunerados envolve aqueles de conta própria e os que produzem para o autoconsumo.

## 2. A TECNOLOGIA EMPREGADA NO SETOR RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme apontado anteriormente, as cidades possuem grandes vantagens em relação ao campo como os maiores salários, acesso facilitado às escolas e à aposentadoria, além do menor esforço do trabalhador ao executar as atividades no emprego. Essa combinação de fatores, entre outras, incentiva a saída da população do campo em direção às áreas urbanas em busca de melhores oportunidades. Porém, além destas vantagens, o processo de modernização da agricultura por meio da introdução de tecnologias também serviu como catalisador do êxodo rural.

Apesar de produzir fertilizantes a partir dos anos 1950 por meio do modelo de substituição de importação, o Brasil ainda importava o produto em grande quantidade. De acordo com Schuh (1971b), o consumo de adubo no país era bastante inferior quando comparado aos Estados Unidos e à Holanda. O aumento no consumo ocorreu somente a partir de meados dos anos 1960, crescimento possível, para Graziano Neto (1982), devido à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. Ainda, segundo Accarini (1987), o desenvolvimento do campo depende da manipulação de diversos instrumentos como os programas de crédito. Porém, deve-se considerar os efeitos das políticas macroeconômicas (casos das políticas fiscal, monetária e cambial), pois podem influenciar positiva ou negativamente nos resultados esperados para as medidas voltadas para superar os problemas apresentados na área rural.

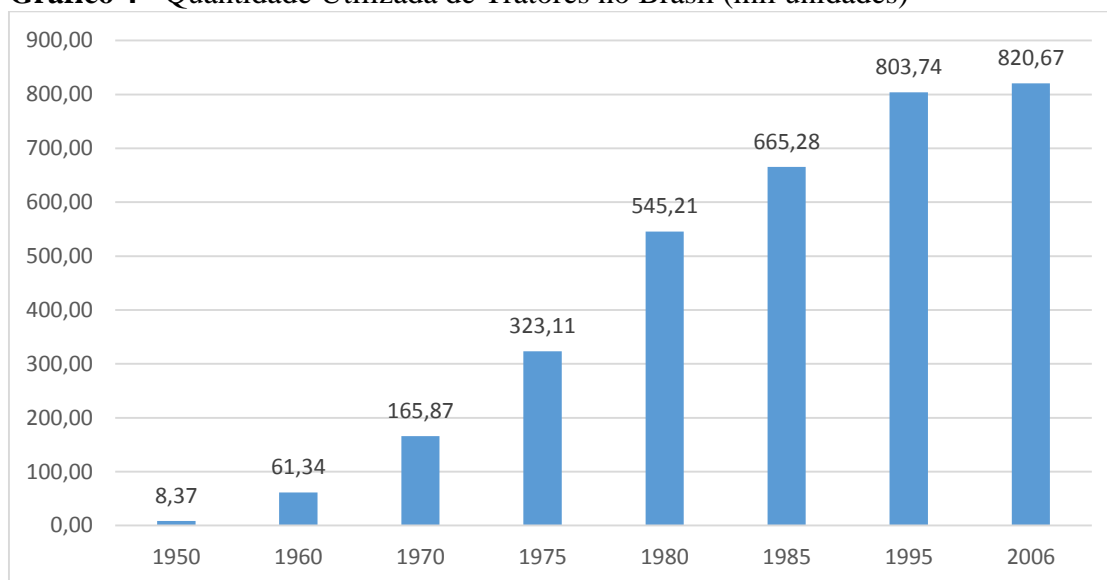
A modernização da agricultura brasileira, para Graziano Neto (1982), representa o processo de transformação capitalista no setor por ocorrer de maneira vinculada às transformações da economia. Esse processo ocorreu por meio da introdução de tratores e de fertilizantes, inicialmente importados. Porém, conforme aponta Graziano Neto (1982), em 1975 já era perceptível a grande desigualdade na distribuição de tratores no país, em que mais de 85% estava alocado nas regiões Sul e Sudeste. Segundo Graziano da Silva (1998), até o início dos anos 1960, a maior parte dos tratores utilizados no Brasil era importada. Essa situação fora revertida em 1964, quando a produção nacional alcançava 90%. O Gráfico 4 aponta a evolução na quantidade de tratores utilizados no país desde 1950 até 2006, ano do último Censo Agropecuário realizado.

Conforme já mencionado, o país é conhecido mundialmente pela exportação de produtos que possuem origem do campo. Comparando com o caso europeu, Abramovay (1992) mostra que o continente, até o início dos anos 1980, era deficitário em grande parte

dos produtos agropecuários e, já na década seguinte, elevou significativamente a exportação destes produtos. Apesar de ter ocorrido o chamado êxodo agrícola<sup>18</sup> desde o período da Primeira Guerra Mundial na Europa, houve aumento na produtividade em função da mecanização agrícola, que, para Abramovay (1992), tratava-se de uma questão estratégica da indústria bélica.

Desta forma, pode-se observar que essa redução na quantidade de pessoas ocupadas no setor agropecuário no Brasil foi diferente ao ocorrido na Europa. Enquanto o continente europeu perdia mão-de-obra empregada no campo durante a Grande Guerra, mas elevava a produção agrícola, o Brasil passou pelo processo de modernização meio século depois. Segundo Alves, E., Contini e Hainzelin (2005), foram diversos os fatores que favoreceram a modernização da agricultura brasileira, entre eles o maior poder de compra e o forte crescimento demográfico entre 1950 e 1990. Além disso, de acordo com os autores, esse processo tornou-se viável devido à adoção de certas políticas consideradas determinantes, casos do crédito subsidiado e do investimento em pesquisa e educação em ciências agrárias por meio da criação da Embrapa e dos cursos de pós-graduação.

**Gráfico 4 - Quantidade Utilizada de Tratores no Brasil (mil unidades)**



**Fonte:** Elaboração do autor conforme dados de Teixeira, J. (2005) até 1960; e Censos Agropecuários de 1970 a 2006.

<sup>18</sup> Segundo Abramovay (1992), êxodo agrícola é a redução da população que desenvolve atividades agropecuárias.

## 2.1. A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A REDUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NO CAMPO

A década de 1980 é marcada pelo estabelecimento de um novo paradigma técnico-econômico, tendo como característica o forte processo de inovação tecnológica. Para Staub (2001) este é o fator responsável pela movimentação da economia contemporânea, sendo a inovação a principal arma estratégica de competição entre as empresas. Segundo Hasenclever e Ferreira, P. (2002), o processo de inovação tecnológica é o resultado obtido pelas empresas ao investir em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D<sup>19</sup>) e a sua consequente incorporação desses resultados em novos produtos, processos e formas de organização.

Esta dinâmica que envolve a inovação tecnológica, para Medeiros, Wilkinson e Lima (2002), pressiona o desenvolvimento e o lançamento de novos produtos no mercado. No setor rural, a tecnologia possui grande contribuição e isto é observado por meio de diversas funções existentes, como a conservação do solo, a maior produtividade da terra e a redução de esforços do trabalhador. Segundo Alves, E. e Marra (2009), as operações de plantio<sup>20</sup> devem ocorrer em curto espaço de tempo e, por este motivo, as técnicas manuais são inviáveis para a realização de todas essas atividades, por exigir alta qualidade em curto espaço de tempo.

Quando o país domina o conhecimento técnico, segundo Staub (2001), o índice de produtividade tende a ser elevado, apresentando maiores rendas e, conseqüentemente, a população tende a apresentar melhores condições de vida. O Brasil, por sua vez, embora tenha avançado nos aspectos tecnológicos, encontra-se aquém neste quesito e isto é observado por meio de regiões que concentram grande parte da população rural e que utilizam técnicas mais tradicionais de cultivo. Para Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), embora a tecnologia esteja disponível para os agricultores familiares, a inovação não ocorre em função da falta de conhecimentos técnicos e de condições financeiras para manter os processos produtivos mais custosos.

Assim, apesar da contribuição da tecnologia, aliada à ciência, para o desenvolvimento do setor agropecuário, ela é transformada em vetor de exclusão social. De acordo com Medeiros, Wilkinson e Lima (2002), em primeira instância, a redução das pessoas ocupadas no campo ocorre devido à substituição do trabalho manual pelo mecânico. Em seguida, os próximos produtores a serem excluídos serão aqueles que não acompanham este processo de

---

<sup>19</sup> Para Hasenclever e Ferreira, P. (2002), estas atividades envolvem: pesquisa básica (trabalhos teóricos e experimentais), pesquisa aplicada (investigações pelo interesse na aquisição de novos conhecimentos e com finalidades práticas) e desenvolvimento experimental (que comprova a viabilidade dos novos produtos, processos, entre outros).

<sup>20</sup> Estas operações envolvem, por exemplo, o combate às pragas e o manejo da lavoura.



inovação e de padronização tecnológica. A padronização é cada vez mais rígida e, para Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), os fornecedores e as indústrias são os maiores responsáveis pela maior exigência. Tendo como objetivo manter a qualidade das matérias-primas e dos produtos agropecuários, é necessário maior rigidez nos padrões tecnológicos, pois ambos estão sujeitos às variações climáticas e das técnicas utilizadas para o cultivo.

Neste caso, os chamados agricultores familiares são os mais afetados pelo processo de exclusão por concentrar a maior quantidade de pessoas no setor rural. Responsáveis por agregar grande parte da população ocupada no campo, estes produtores possuem significativa participação na produção de alimentos e no abastecimento do mercado interno. Em função da importância deste grupo, é necessário maior atenção aos agricultores familiares. Apesar dos progressos ocorridos, principalmente a partir dos anos 1990, ainda existem muitos produtores não atendidos pelos programas voltados ao fortalecimento desses agricultores.

## 2.2. AGRICULTURA FAMILIAR

A categoria e terminologia “agricultura familiar” surgiu bem antes nos países desenvolvidos, especialmente na Europa. A importância e a capacidade de adaptação às mais diversas situações deste grupo de produtores, segundo Carneiro (1997), foram reconhecidas pelo governo, além da contribuição para o desenvolvimento econômico diante de um cenário bastante competitivo. De acordo com Schneider (2003), esse termo emergiu no contexto brasileiro de forma tardia, somente nos anos 1990, ganhando legitimidade nas áreas social, política e acadêmica. Para Navarro (2010), a expressão entrou na área política mais precisamente a partir da primeira metade da década de 1990. Até então, outras expressões eram utilizadas para designar esse grupo de produtores, entre eles: *mini fundiários*, *pequenos produtores*, *agricultores de subsistência* ou *agricultores de baixa renda* (este último era o mais utilizado durante os anos 1970).

De acordo com Perondi e Schneider (2012), o Brasil possui certa tradição na pesquisa rural, mas descobre a importância deste grupo de produtores para o desenvolvimento agrícola somente no final do século XX. É por meio desta forma de reconhecimento que o setor agrícola acaba fortalecido, pois, segundo Michellon (2011), o Brasil passa a ser um dos poucos países a possuir dois ministérios voltados à agricultura: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, mais direcionado ao atendimento das demandas da agricultura familiar e camponesa; e a continuidade do tradicional Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado em 1860, mais voltado para a

agricultura empresarial. Outra mudança na organização rural, segundo o autor, foi a entrada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na chamada agricultura urbana, que atua no entorno dos perímetros urbanos da cidade (agricultura periurbana) ou nos contornos da cidade (agricultura intraurbana) voltado, especialmente, para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.

Para mensurar a importância destes produtores, o Censo Agropecuário de 2006 traz um volume com foco exclusivo na agricultura familiar. O documento, elaborado em parceria entre o MDA e o IBGE, divide os produtores rurais em dois grandes grupos: familiares e não familiares, utilizando como critérios aqueles definidos pela Lei nº 11.326<sup>21</sup>, de 24 de julho de 2006. Porém, apesar das conquistas obtidas, os dados divulgados pelo IBGE revelam a existência de muitos produtores familiares excluídos socialmente.

### 2.2.1. Características

Por meio dos dados disponibilizados pelo IBGE e do estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), em parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma (Incra), verificou-se que, no Censo Agropecuário de 1995/96, eram poucos os estabelecimentos familiares com eletricidade e que utilizam assistência técnica (FAO/INCRA, 2000).

De acordo com a Tabela 6, quase metade utiliza força manual no trabalho e existe grande diversidade regional, em que o Sul possui maior acesso à eletricidade, à assistência técnica e possui trabalho mecanizado, enquanto que o Nordeste e o Norte apresentam um cenário inverso.

Neste período, os dados apontam que, dos 4,85 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes, cerca de 1,9 milhão possuíam algum tipo de energia elétrica. Em 2006, houve aumento na quantidade de estabelecimentos (5,17 milhões) e, segundo o Censo desse ano, 3,52 milhões possuíam eletricidade.

---

<sup>21</sup> Segundo o Artigo Terceiro da Lei nº 11.326, para que o agricultor seja categorizado como familiar, deve atender, simultaneamente, os seguintes requisitos: não deter área, a qualquer título, área acima de quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra familiar; possuir mínimo percentual de renda familiar originada das atividades do estabelecimento; e dirigir o estabelecimento com sua família.

**Tabela 6 - Situação dos Agricultores Familiares em 1995/96 (%)**

Região	Utiliza Assist. Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			Usa Adubos e Corretivos	Faz Conserv. do Solo
			Só Animal	Só Mecânica ou Mecânica + Animal	Manual		
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8	6,3
C. Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	9,0	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1	44,9
<b>BRASIL</b>	<b>16,7</b>	<b>36,6</b>	<b>22,7</b>	<b>27,5</b>	<b>49,8</b>	<b>36,7</b>	<b>17,3</b>

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96

Elaboração: FAO/Incrá (2000).

O destaque foi para o Nordeste, cujo número de estabelecimentos chegou a 1,5 milhão (aumento de 40 pontos percentuais). Esse crescimento é observado na Tabela 7, que mostra o aumento em pontos percentuais nesse período de uma década.

**Tabela 7 - Uso de Energia Elétrica nos Estabelecimentos Agropecuários (%)**

Região	1995/96	2006
Nordeste	19,9	61,5
C. Oeste	45,7	73,1
Norte	10,6	38,0
Sudeste	61,8	82,3
Sul	73,7	84,0
<b>BRASIL</b>	<b>39,0</b>	<b>68,1</b>

Fonte: Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Somam-se a este problema enfrentado pelos agricultores familiares os desafios gerenciais. Para Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), esses desafios são divididos em dois níveis de atuação: gestão do sistema e da propriedade. O primeiro envolve a capacidade de relacionamento entre agricultores familiares e agentes da cadeia agroindustrial ou entre os próprios produtores familiares. Já o segundo nível enfrenta problemas a serem superados como o baixo investimento em P&D, a falta de capital dos pequenos produtores, inviabilizando o acesso à tecnologia de informação, o baixo nível educacional e a falta de capacitação dos técnicos para realizar a assistência técnica aos produtores.

Pode-se dizer que as regiões com poucos estabelecimentos com eletricidade, assistência técnica e trabalho mecânico são consideradas as mais pobres do país. Neste caso são o Norte e o Nordeste por apresentarem os piores índices registrados na Tabela 6 e na Tabela 7. As atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares são mantidas somente por

causa da combinação de outras rendas, chamada por Schneider (1994) de pluriatividade<sup>22</sup>. Apesar da situação desfavorável desses produtores e da importância deste grupo para o desenvolvimento econômico do país, Bittencourt (2002) aponta a necessidade de investimento e de fortalecimento da agricultura familiar, pois é assim que ocorre a modernização da economia regional.

Segundo Buainain *et al* (2005), são nestas regiões mais pobres que a agricultura familiar representa a principal fonte de ocupação no setor rural. Para tanto, o Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006 mostra que esta atividade respondia por um terço das receitas destes estabelecimentos. Porém, embora expressivo, o Censo aponta menor participação desta atividade nas receitas, justificado pelo próprio IBGE em função da declaração de apenas três milhões de produtores a respeito da obtenção de renda por meio da agricultura familiar nesse ano. Os dados revelam que a venda de produtos vegetais representaram a maior parte da renda gerada pelos produtores, seguida da venda de animais e de seus produtos e, em menor expressão, a prestação de serviços às empresas. Para mensurar a importância dos agricultores familiares no setor agropecuário, a Tabela 8 mostra os produtos em ordem decrescente conforme a participação destes produtores em 2006, com destaque para os plantios de mandioca e de feijão de corda, cuja produção encontra-se acima dos 80% do total produzido no país.

**Tabela 8 - Quantidade Produzida em 2006 (mil toneladas)**

Alimento	Agricultura Familiar	%	Não Familiar	%	Total
Mandioca	13.952,61	86,69	2.141,34	13,31	16.093,94
Feijão de Corda	939,93	83,76	182,21	16,24	1.122,14
Feijão-Preto	531,64	76,77	160,90	23,23	692,54
Café Canephora (Robusta, Conilon) em Grão (Verde)	259,18	55,02	211,86	44,98	471,04
Feijão de Cor	697,23	53,87	597,07	46,13	1.294,31
Milho em Grão	19.424,09	45,94	22.857,71	54,06	42.281,80
Café Arábica em Grão (Verde)	645,34	34,15	1.244,38	65,85	1.889,72
Arroz em Casca	3.199,46	33,87	6.247,80	66,13	9.447,26
Trigo	479,27	21,23	1.778,33	78,77	2.257,60
Soja	6.404,49	15,73	34.308,19	84,27	40.712,68

**Fonte:** Dados brutos do Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006.

<sup>22</sup> Segundo Schneider (1994), a pluriatividade é cada vez mais frequente no mercado de trabalho, em que um mesmo agricultor realiza outros serviços além da atividade agrícola, para complementar a renda.

Os produtos apresentados são componentes do chamado Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP)<sup>23</sup>. O estudo realizado pela FAO/Inra (2000) mostra que, na safra de 1995/96, o VBP era de R\$ 47,8 bilhões e, deste total, os agricultores familiares respondiam por R\$ 18,1 bilhões (37,87%). Utilizando a mesma metodologia FAO/Inra, Guanziroli, Buainain e Di Sabbato (2012) verificaram grande aumento na produção do setor agropecuário no país ao longo de uma década. Segundo os autores, neste período, a participação se manteve estável, porém o VBP dos agricultores familiares em 2006 chegou a R\$ 59,2 bilhões, o que corresponde a 36,11% da produção agropecuária total.

Outro fator que comprova a importância dos agricultores familiares é a elevada participação na produção dos alimentos orgânicos no Brasil. De acordo com Niederle e Almeida (2013), em 2012, 80% desses alimentos são produzidos pelos agricultores familiares. Segundo os autores, com relação ao predomínio desses produtores no mercado de produtos orgânicos:

“[...] está associado ao fato de, até recentemente, as empresas e os produtores patronais não vislumbrarem na produção orgânica uma alternativa atraente para direcionar seus investimentos, seja pela inexpressividade da demanda, seja pela carência de tecnologias adaptadas aos sistemas de produção da agricultura orgânica” (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 24).

Os números também são muito expressivos com relação à quantidade da mão-de-obra empregada na agricultura familiar e aos estabelecimentos pertencentes a este grupo de produtores. Do total de 16,4 milhões de pessoas ocupados no campo, 12,3 milhões encontram-se empregadas nos estabelecimentos familiares, representando 74,4% do total. Embora seja elevada a participação na produção nacional, a mão-de-obra empregada na agricultura familiar, de maneira geral, é pouco qualificada apesar dos avanços na educação.

O Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006 mostra que apenas 170 mil pessoas qualificadas encontram-se ocupadas na agricultura familiar, enquanto que 116 mil estão na não familiar. Além disso, há uma relação inversa entre a área destinada para estes produtores e a quantidade de estabelecimentos existentes, conforme aponta a Tabela 9. Dos 12,3 milhões de pessoas empregadas na agricultura familiar, 90% possui parentesco com o produtor, sendo essa a forte característica deste grupo de produtores.

---

<sup>23</sup> Representa o somatório do valor da produção colhida/obtida de todos os produtos animais e vegetais (FAO/Inra, 2000).

**Tabela 9 - Quantidade de Estabelecimentos e Área Destinada em 2006**

<b>Agricultura</b>	<b>Estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
Familiar	4.367.902	84,4	80.250.453	24,3
Não Familiar	807.587	15,6	249.690.940	75,7
<b>TOTAL</b>	<b>5.175.489</b>		<b>329.941.393</b>	

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.

Conforme a Tabela 4 e o Gráfico 3, o Nordeste concentra grande parte do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários. Logo, é também a região que possui a maior quantidade destes estabelecimentos familiares e a maior área disponível no Brasil.

A Tabela 10 mostra a distribuição regional dos estabelecimentos e da área disponibilizada aos agricultores familiares e não familiares. Pode-se observar que o Nordeste é a região que concentra a maior quantidade de estabelecimentos (familiares e não familiares) em 2006. No entanto, deve-se destacar os de caráter familiar, que concentra metade do total existente no Brasil. Analisando apenas os estabelecimentos familiares e comparando com os dados apresentados nos anos 1990, verificou-se aumento na quantidade em todas as regiões, com exceção do Sul.

**Tabela 10 - Estabelecimentos e Área Destinada em 2006 – Brasil (por região)**

<b>Região</b>	<b>Agricultura Familiar</b>				<b>Não Familiar</b>			
	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área (em Mil ha)</b>	<b>%</b>	<b>Estab.</b>	<b>%</b>	<b>Área (em Mil ha)</b>	<b>%</b>
Norte	413.101	9,46	16.647	20,74	62.674	7,76	38.140	15,27
Nordeste	2.187.295	50,08	28.333	35,31	266.711	33,03	47.262	18,93
Sudeste	699.978	16,03	12.789	15,94	222.071	27,5	41.447	16,6
Sul	849.997	19,46	13.067	16,28	156.184	19,34	28.460	11,4
C. Oeste	217.531	4,98	9.415	11,73	99.947	12,38	94.382	37,8
<b>TOTAL</b>	<b>4.367.902</b>		<b>80.250</b>		<b>807.587</b>		<b>249.691</b>	

**Fonte:** Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006.

Apesar deste crescimento, as proporções foram mantidas, com maior concentração no Nordeste. Já a área destinada a estes agricultores reduziu neste período de uma década em todas as regiões, conforme aponta a Tabela 11.

Para Buainain *et al* (2005) a caracterização da agricultura familiar deve ocorrer após a avaliação da importância desses produtores. Segundo os autores, essa relevância vai além das diferenças quantitativas em função da variedade existente de agricultores familiares nas estruturas agrárias. Entre outras divergências, existem as consideráveis diferenças no nível de renda entre os produtores familiares, que, para Buainain, Souza Filho e Silveira (2002b),

também envolvem o acesso ao mercado, a disponibilidade de recursos e a capacidade gerar e acumular renda.

**Tabela 11** - Estabelecimentos Familiares e Área Destinada – Brasil (por região) – 1995/96 e 2006

Região	1995/96*				2006			
	Estab.	%	Área (em Mil ha)	%	Estab.	%	Área (em Mil ha)	%
Norte	380.895	8,72	21.861	27,24	413.101	9,46	16.647	20,74
Nordeste	2.055.157	47,05	34.043	42,42	2.187.295	50,08	28.333	35,31
Sudeste	633.620	14,51	18.745	23,36	699.978	16,03	12.789	15,94
Sul	907.635	20,78	19.428	24,21	849.997	19,46	13.067	16,28
C. Oeste	162.062	3,71	13.691	17,06	217.531	4,98	9.415	11,73
<b>TOTAL</b>	<b>4.139.369</b>		<b>107.768</b>		<b>4.367.902</b>		<b>80.250</b>	

**Fonte:** Censo Agropecuário de 1995/96 e Censo Agropecuário da Agricultura Familiar de 2006. Percentuais calculados pelo autor.

**Elaboração:** \* FAO/Incra (2000)

Tais divergências justificam a heterogeneidade do universo da agricultura familiar. Segundo Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), esse conjunto de diferenças é resultado de diversos fatores que envolvem a formação histórica, as condições ambientais, a formação cultural e as políticas públicas. Assim, para Buainain *et al* (2005), é necessária a adoção de políticas públicas específicas para atender as mais diversas condições dos produtores. Na visão de Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), o principal problema destes agricultores consiste na compreensão do funcionamento dos mercados e não na técnica utilizada, pois a tecnologia encontra-se disponível para muitos deles.

A escassez da mão-de-obra é outro problema enfrentado pelo campo, fenômeno observado desde os anos 1980. Segundo Buainain, Souza Filho e Silveira (2002b), essa redução é compensada em parte pela maior produtividade e pelo uso do trabalho assalariado, o que exige maior volume de investimentos. Todavia, os agricultores familiares possuem certas dificuldades de acesso ao mercado, seja de serviços, seja de créditos. A necessidade de desenvolvimento de novas atividades de adaptação ao sistema de produção cada vez mais exigente pelo mercado é outra dificuldade apresentada pelos agricultores familiares.

Para Vilckas e Nantes (2005), embora alguns destes produtores utilizem técnicas mais modernas de produção, não estão inseridos totalmente no mercado, pois parte produzida é destinada à subsistência. Os autores ainda explicam a perda da força de trabalho na propriedade pelo fato de as famílias serem menores na atualidade e, além disso, são poucos os agricultores que optam por contratações. Quando surge essa necessidade, predominam os

trabalhadores temporários, cujas atividades exercidas não exigem conhecimentos técnicos, ou seja, não se exige maior nível educacional. Porém, de modo geral, os produtores familiares são menos capitalizados, dificultando a contratação de trabalhadores temporários nos períodos de maior demanda.

Segundo Souza, Murilo, Francis e Bernardo (2000), os agricultores familiares foram esquecidos durante o período de desenvolvimento rural brasileiro. A grande quantidade de estabelecimentos e a pouca área disponível para estes produtores (Tabela 9) comprovam este fato. Na visão de Brochi (1999), o Estado não correspondeu por vários anos ao apoio necessário à política agrícola, saúde e educação, imprescindíveis para promover o aumento de produtividade e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Entre outras divergências, verificou-se que o volume de crédito concedido para estes produtores é inferior quando comparado aos agricultores patronais. Assim, diante destas adversidades e da importância que representa esta atividade, surgiram diversos programas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo um dos mais importantes o Pronaf.

### 2.2.2. O Crédito Rural e o Pronaf

Entre 1990 e 1992, segundo Gasques e Villa Verde (1995), houve grande redução na quantia aplicada pelo governo e dos agentes financeiros que operavam o SNCR. Até meados dos anos 1990, de acordo com Buainain, Di Sabbato e Guanzioli (2004), os agricultores familiares eram negligenciados pelas políticas públicas e, para sobreviver nesse contexto, houve pressão por parte destes produtores para a disponibilização de verbas para o setor agropecuário. Além disso, segundo Michellon (2009b), a abertura comercial durante os anos 1990 reduziu a renda do agricultor em função da maior concorrência e dos menores custos operacionais dos países do Mercosul.

Desta forma, por meio da pressão dos agricultores familiares, surgiu o Pronaf, programa responsável pelo fornecimento de crédito a taxas de juros inferiores às aquelas oferecidas pelo mercado aos produtores com o objetivo de promover a produtividade e, assim, elevar a renda. Ao longo dos anos, tem-se verificado a expansão do programa pelo território nacional, atendendo um grande número de agricultores em todas as regiões. Para Petersen (2013, p. 75), foi a partir da criação desse programa “[...] que os governos federais passaram a canalizar volumes crescentes de recursos financeiros para essa categoria social”.



Porém, conforme será visto ainda neste capítulo, ainda são necessárias diversas melhorias para aumentar a quantidade de produtores atendidos, evitando o êxodo rural e, conseqüentemente, reduzindo os problemas das cidades ao absorverem a população migrante.

#### 2.2.2.1. Histórico e diretrizes do Pronaf

As diretrizes do Pronaf, para Carneiro (1997), têm como referência as experiências europeias, em especial as da França, país que elegeu a agricultura familiar como forma de produção. Assim, a modernização do campo ocorre sobre o trabalho familiar. Com relação à agricultura francesa:

[...] a “industrialização” da agricultura francesa constitui-se sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar; ela se faz sem a participação efetiva de capitais privados e sem o desenvolvimento de uma classe operária como foi o caso das indústrias não-agrícolas e para-agrícolas (LAMARCHE, 1993, p. 99).

Ao importar um modelo, Carneiro (1997) destaca a necessidade de considerar o contexto enfrentado pelos países. Na França, a política de modernização da agricultura familiar ocorria quando o chamado “Estado-previdência” se afirmava e, desta forma, a política orçamentária envolvia um sistema de proteção social ao agricultor. Já no Brasil, no período após a Segunda Guerra Mundial, o Estado investe na agricultura voltada para a modernização econômica e tecnológica de grande produção, consolidando os negócios da empresa capitalista no campo com políticas de subsídio, caso do crédito agrícola (CARNEIRO, 1997). Assim, as empresas instaladas no campo foram as maiores beneficiadas e, diante deste novo contexto, tornou-se necessário desenvolver a agricultura do país por meio da assistência aos produtores familiares.

Essa assistência oferecida em forma de crédito para os agricultores, segundo Mundo Neto e Souza Filho (2005), apesar de ter iniciado na segunda metade dos anos 1990, ainda representa o principal instrumento de política agrícola no século XXI. Segundo os autores, os problemas apresentados pelos agricultores familiares estão relacionados aos custos de transação, entre eles a assimetria de informação, a racionalidade limitada<sup>24</sup>, o atendimento das exigências, pouco ou nenhum relacionamento com agentes financeiros, a aversão aos riscos e os custos elevados do seguro agrícola.

---

<sup>24</sup> Trata-se da dificuldade de avaliação das possibilidades, levando em consideração os riscos e as condições de pagamento.

De acordo com Marques (2003), o Pronaf busca oferecer crédito aos produtores a taxas preferenciais para viabilizar o investimento em modernidades e elevar a produtividade, sendo esta a primeira intervenção identificada. O programa surgiu em um período em que a situação dos agricultores familiares era bastante adversa, sendo os principais problemas, para Guanzioli (2007), a escassez de crédito e os custos elevados. No período inicial da criação do Pronaf:

O argumento central era que os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. Pelo menos na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado; seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais (GUANZIROLI, 2007, p. 302).

Em 1994, segundo Michellon (2009b), o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (Provap), que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, devido à disputa dos pequenos produtores por recursos com os grandes proprietários (os maiores tomadores de crédito) em função das normas do Manual de Crédito Rural (MCR) do Ministério da Agricultura<sup>25</sup>, permaneceu a pressão em 1995. Desta forma, houve necessidade de reformulação do Provap, originando o Pronaf, que foi oficializado em 1996.

Para Cazella, Mattei e Schneider (2004), existem quatro objetivos específicos que complementam os propósitos do programa: ajuste de políticas públicas de acordo com a realidade destes agricultores, viabilização de infraestrutura para melhor desempenho produtivo dos produtores familiares, aumento no nível de profissionalização destes agricultores por meio do acesso tecnológico e de gestão social e incentivar estes produtores aos mercados de insumos e produtos. Do ponto de vista operacional, Dantas e Pinto (2006) apontam quatro grandes linhas de atuação do Pronaf: financiamento da produção, financiamento de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e financiamento de pesquisa e extensão rural.

A dinâmica do programa, segundo Guanzioli (2007), é dada pelas condições de pagamento e pela taxa de juros, pois é desta maneira que os produtores podem eleger os investimentos considerados compatíveis com o pagamento de crédito. Esses objetivos constam no Decreto nº 1.946, sendo eles:

---

<sup>25</sup> Segundo Mattei (2005a), esse fenômeno ocorreu em função da categoria em que os pequenos produtores foram incluídos neste Manual: *mini e pequenos produtores*.

[...] melhorar a qualidade de vida, aprimorar as tecnologias produtivas via estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, capacitar visando novos padrões tecnológicos e gerenciais e buscar a participação dos agricultores familiares nas decisões e iniciativas do Programa (MICHELLON, 2011, p. 42).

Entre alguns critérios<sup>26</sup> a serem seguidos para que o agricultor seja enquadrado neste programa, Michellon (2011) menciona: mínimo de 80% da renda gerada com origem na agricultura, renda bruta de até R\$ 110.000,00, mão-de-obra exclusivamente familiar e necessidade de residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo. Entretanto, devido à heterogeneidade da agricultura familiar, o crédito concedido aos produtores deve ocorrer sob diversas condições, ocasionando o surgimento das mais variadas modalidades de financiamento como: Pronaf Agroindústria, Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar, Pronaf Cota Parte, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem, entre outros. Todas as linhas de crédito estão no Anexo A desse estudo.

Conforme será apresentado, houve grande aumento na quantidade de famílias com acesso ao crédito ao longo deste período de uma década, viabilizando a melhoria nas suas condições. Para tanto, Kageyama (2003) comprova a existência de uma forte associação entre esse crédito concedido e o nível tecnológico. Além disso, a autora destaca a relação entre o programa e o aumento da erosão e do uso mais frequente de agrotóxicos e, como resultado, há uma associação pouco significativa entre o Pronaf e a recuperação das áreas degradadas em função do uso destes produtos. Por fim, Kageyama (2003) conclui seu estudo sugerindo maior atenção do programa, pois a difusão da tecnologia aos produtores menores ocorre sem o devido controle aos possíveis danos ambientais. Porém, Melão (2012) aponta que, apesar do maior número de agricultores atendidos e do avanço técnico, esse grupo ainda está marginalizado pelas políticas públicas de forma geral.

#### 2.2.2.2. Recursos disponíveis X recursos aplicados

Ao longo dos anos, tem-se verificado a expansão do Pronaf, fenômeno observado por meio da maior quantia disponibilizada pelo programa ao longo dos anos. O Gráfico 5 mostra este crescimento ocorrido, passando de R\$ 200 milhões na safra de 1995/96 para R\$ 21 bilhões para 2013/14. No entanto, deve-se destacar que este valor é referente apenas ao crédito disponibilizado pelo Pronaf, pois existem outros programas de política de

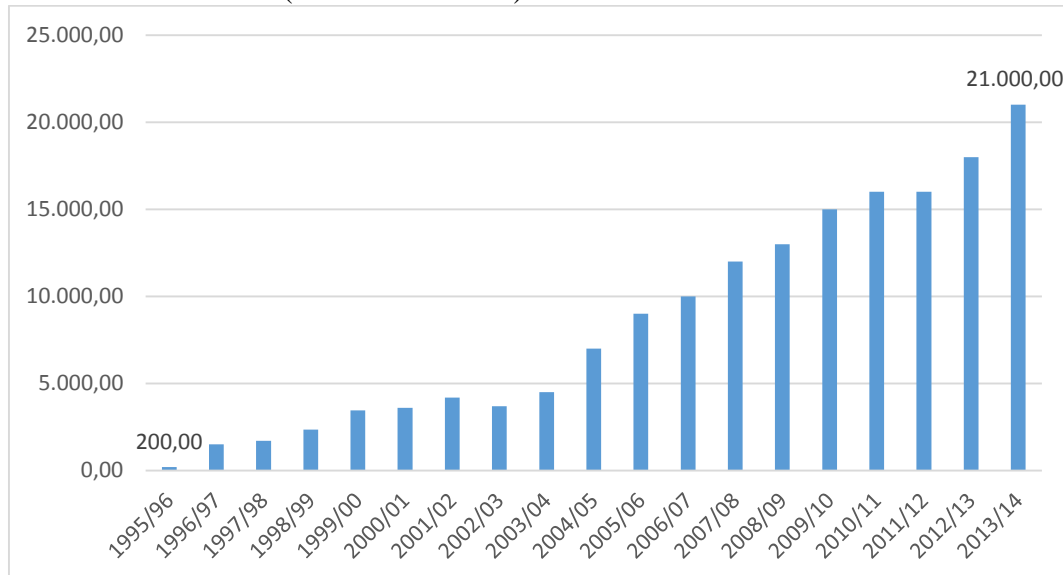
---

<sup>26</sup> Esses critérios apontados devem ser seguidos, uma vez que constam na Lei nº 11.326.

comercialização e renda para a agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Segundo Brasil (2013), o total disponibilizado para a safra 2013/14 chegou a R\$ 39 bilhões, distribuídos da seguinte maneira:

- ✓ Crédito Pronaf: R\$ 21 bilhões
- ✓ ATER: R\$ 830 milhões
- ✓ Garantia-Safra: R\$ 980,3 milhões
- ✓ Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): R\$ 400 milhões
- ✓ Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF): R\$ 33 milhões
- ✓ PAA: R\$ 1,2 bilhão em compras da agricultura familiar (MDA e MDS)
- ✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): R\$ 1,1 bilhão
- ✓ Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): R\$ 200 milhões
- ✓ Outras ações: R\$ 13,3 bilhões

**Gráfico 5** – Recursos Disponibilizados pelo Pronaf para a Agricultura Familiar (R\$ milhões) - Brasil (1995/96-2013/14)



**Fonte:** Elaboração do autor conforme os dados de Michellon (2011) até 2010/11, Brasil (2011) – safra 2011/12, Brasil (2012) – safra 2012/13 – e Brasil (2013) – safra 2013/14.

Conforme será apresentado nas próximas Tabelas e Gráficos, o crescimento também ocorreu na quantidade de contratos estabelecidos no Brasil. Segundo Mattei (2005a), durante a safra de 1995/96, ano de criação do Pronaf, foram estabelecidos apenas 32 mil contratos e, já na safra seguinte, houve aumento para mais de 300 mil. De acordo com o autor, os

produtores encontravam dificuldades em efetuar o pagamento imposto pelos agentes financeiros na safra de 1995/96. Por sua vez, Mattei (2005a) aponta que o abrupto crescimento se deve a uma série de medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, que visava estimular os agentes financeiros para que operassem o programa e reduzissem os encargos financeiros nos créditos de custeio.

A fase inicial do Pronaf também apresentava baixa quantia efetivamente aplicada em relação ao ofertado. Segundo Michellon (2011), nas primeiras safras (1995/96 e 1996/97), menos da metade do total disponibilizado foi, efetivamente, aplicado. Mattei (2005a) atribui o baixo valor aplicado ao investimento fortemente voltado para a manutenção das safras anuais, além da pouca intervenção do programa sobre os problemas estruturais do sistema de produção dos agricultores familiares. Contudo, um dos problemas apresentados pelo programa, principalmente em sua fase inicial, é a má distribuição dos recursos aplicados no Brasil. Mattei (2005a), o Sul foi a região que concentrou a maior quantidade de contratos e de recursos aplicados. Este fato se deve à não diferenciação dos tomadores de crédito quando o Pronaf fora lançado. Para melhor análise da distribuição de recursos, Mattei (2005a) divide o programa em duas fases:

*Primeira Fase: entre 1995 e 1999*

Nesta fase inicial, segundo Carneiro (1997), não há ênfase do governo sobre a necessidade de implementos e pesquisas de tecnologias voltadas à exploração familiar para reduzir custos monetários dos produtos, embora os acessos à inovação tecnológica e ao mercado representem o objetivo e o critério de seleção do público-alvo do Pronaf.

De acordo com Mattei (2005a), os juros praticados nesse período eram elevados, mas, devido às pressões dos agricultores, que exigiam melhores condições de financiamento, apresentaram reduções ao longo dos anos. Inicialmente, a taxa anual de juros era de 16% na safra de 1995/96 e, com esta pressão, a taxa de juros na safra seguinte passou para 12% ao ano, segundo o autor. Outra característica da fase inicial do Pronaf é a forte concentração de contratos estabelecidos e de recursos aplicados na região Sul do país, conforme aponta a Tabela 12.

Entre os possíveis fatores que justificam esse desequilíbrio regional, Mattei (2005a) menciona: peso econômico e pressões das agroindústrias do Sul sobre os agricultores vinculados a elas, maior nível de organização dos agricultores familiares dessa região e da pressão pelo crédito rural e organização mais limitada dos produtores familiares do Nordeste, traduzido em baixo poder reivindicatório.

**Tabela 12 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (1996-98)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	1996				1997				1998			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	8.872	2,67	66,00	10,16	6.337	1,28	23,70	1,45	11.489	1,62	27,40	1,51
Nordeste	44.536	13,38	84,40	12,99	81.871	16,49	166,00	10,14	174.642	24,60	677,10	37,31
Sudeste	16.364	4,92	67,80	10,43	61.338	12,35	290,40	17,74	80.693	11,37	255,20	14,06
Sul	259.134	77,86	420,30	64,68	332.307	66,92	1.048,80	64,05	429.707	60,53	787,80	43,40
C. Oeste	3.922	1,18	11,30	1,74	14.697	2,96	108,50	6,63	13.375	1,88	67,50	3,72
<b>TOTAL</b>	<b>332.828</b>		<b>649,80</b>		<b>496.550</b>		<b>1.637,40</b>		<b>709.906</b>		<b>1.815,00</b>	

**Fonte:** Mattei (2005a). Percentuais calculados pelo autor.

**Nota:** Não estão disponíveis as informações para o ano de 1995 a nível regional (MATTEI, 2005).

### *Segunda Fase: após 1999*

Segundo Dantas e Pinto (2006), a partir de 1999 o Pronaf sofre diversas alterações nos aspectos institucionais. Isto é percebido por meio de dois grandes acontecimentos: incorporação ao MDA<sup>27</sup> e criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em função do espaço conquistado pela agricultura familiar. Nesta fase do programa, os recursos são destinados por grupos desses produtores, conforme o público alvo e suas condições financeiras. Esses grupos estão destacados no Quadro 1 com suas respectivas características.

**Quadro 1 - Classificação dos Agricultores Familiares beneficiados pelo Pronaf por Grupo**

Grupo	Características
A	Assentados da reforma agrária
B*	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil* e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária.
A/C	Egressos do Grupo A
C**	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
D**	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
E**	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária

\* Valores referentes à safra de 2007/08. Os valores apresentados sofrem constantes alterações ao longo das safras e, para tanto, segundo Brasil (2013, p. 14), “a partir da safra 2013/2014, o agricultor familiar com renda bruta anual de até R\$ 10 mil poderá contratar até R\$ 3,5 mil pelo Pronaf B. Na safra passada, esse limite era de R\$ 2,5 mil”.

\*\* A partir da safra de 2008/09, para Brasil (2008a, p. 10), “os grupos C, D e E do crédito rural do Pronaf foram agrupados em uma categoria, chamada de ‘agricultura familiar’”.

**Fonte:** Aquino e Schneider (2010).

Ainda analisando de forma regional, Mattei (2005a) aponta que, apesar da safra de 2004/05 ainda registrar maior quantidade de contratos e recursos no Sul, a concentração foi menor em relação ao apresentado na primeira fase do programa. Ao mesmo tempo em que

<sup>27</sup> Até então o Pronaf fazia parte do Ministério da Agricultura.

reduz a participação do Sul neste período, o Nordeste apresentou crescimento em ambos os aspectos, conforme apontam a Tabela 13 e a Tabela 14.

Os dados apresentados pela Tabela 13 e pela Tabela 14 mostram a expansão do Pronaf pelo território nacional em função da maior participação das demais regiões ao longo dos anos em termos de contratos e de recursos aplicados.

**Tabela 13 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (1999-2001)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	1999				2000				2001			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	20.177	2,51	57,10	3,12	40.439	4,17	137,20	6,27	20.328	2,23	77,30	3,59
Nordeste	178.434	22,23	469,70	25,67	242.633	25,02	501,60	22,92	218.851	24,04	317,80	14,76
Sudeste	93.542	11,65	304,30	16,63	111.315	11,48	373,70	17,07	116.208	12,76	340,30	15,80
Sul	486.565	60,60	896,50	49,00	541.170	55,81	1.003,40	45,85	523.872	57,54	1.220,70	56,69
C. Oeste	24.131	3,01	102,20	5,59	34.033	3,51	172,10	7,86	31.205	3,43	197,20	9,16
NI	0	0,00	0,00	0,00	137	0,01	0,50	0,02	2	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>802.849</b>		<b>1.829,70</b>		<b>969.727</b>		<b>2.188,60</b>		<b>910.466</b>		<b>2.153,40</b>	

**Fonte:** Mattei (2005a). Percentuais calculados pelo autor.

Para Mattei (2005a), o programa representa um marco na política agrícola brasileira por possibilitar a construção de instituições, normas e procedimentos por meio da disponibilização do crédito rural para os municípios de todas as regiões do país.

**Tabela 14 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2002-2004)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	2002				2003				2004			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	31.320	3,29	155,10	6,45	67.404	5,92	450,60	11,84	120.479	7,48	673,30	11,71
Nordeste	299.349	31,40	369,60	15,37	352.630	30,98	592,00	15,55	582.209	36,14	1.048,10	18,24
Sudeste	113.850	11,94	354,70	14,75	167.899	14,75	682,10	17,92	230.264	14,29	979,40	17,04
Sul	479.757	50,33	1.336,70	55,58	496.682	43,64	1.785,30	46,90	622.227	38,62	2.687,40	46,76
C. Oeste	28.970	3,04	188,70	7,85	53.493	4,70	296,90	7,80	55.915	3,47	359,00	6,25
NI	1	0,00	0,01	0,00	4	0,00	0,00	0,00	11	0,00	0,20	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>953.247</b>		<b>2.404,90</b>		<b>1.138.112</b>		<b>3.806,90</b>		<b>1.611.105</b>		<b>5.747,40</b>	

**Fonte:** Mattei (2005a). Percentuais calculados pelo autor.

Apesar da região Sul ainda ser o destino de grande parte dos recursos disponibilizados pelo Pronaf, vem apresentando redução na participação de contratos, principalmente a partir de 2005.

Desde a safra de 2005/06, o Nordeste é a região que concentra a maior parte dos contratos. Analisando o triênio compreendido entre 2005 e 2007 por meio da Tabela 15,

verificou-se que, em termos de contratos, o Nordeste já concentrava a maior quantidade do Brasil.

**Tabela 15 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2005-2007)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	2005				2006				2007			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	52.179	2,36	311,97	5,39	98.425	3,86	562,73	7,85	101.031	5,25	475,34	6,67
Nordeste	1.321.330	59,84	1.432,02	24,75	1.536.115	60,20	1.864,21	26,01	959.186	49,87	1.443,25	20,26
Sudeste	251.874	11,41	1.141,36	19,73	297.649	11,67	1.390,69	19,41	258.003	13,41	1.532,28	21,51
Sul	525.064	23,78	2.482,25	42,90	564.011	22,11	2.920,19	40,75	548.377	28,51	3.235,61	45,43
C. Oeste	57.751	2,62	418,15	7,23	55.297	2,17	428,23	5,98	56.720	2,95	436,46	6,13
<b>TOTAL</b>	<b>2.208.198</b>		<b>5.785,75</b>		<b>2.551.497</b>		<b>7.166,03</b>		<b>1.923.317</b>		<b>7.122,94</b>	

**Fonte:** Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico (2005-2007). Percentuais calculados pelo autor.

Analisando por grupos de produtores em 2006, verificou-se que o Nordeste concentra a maior quantidade de estabelecimentos pertencentes ao grupo B, ou seja, aqueles de menor renda. Já o Sul possui maior número de beneficiários do Pronaf que geram maior renda, caso dos grupos C, D e E, conforme aponta a Tabela 16.

**Tabela 16 - Distribuição dos Estabelecimentos dos Grupos do Pronaf – Brasil (2006)**

Região	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Norte	141.482	26,52	154.318	6,39	79.716	10,18	16.315	5,68	3.841	6,11	<b>395.672</b>	<b>9,69</b>
Nordeste	212.091	39,76	1.567.863	64,89	238.209	30,42	45.698	15,90	11.072	17,60	<b>2.074.933</b>	<b>50,82</b>
Sudeste	38.238	7,17	356.526	14,76	160.803	20,54	59.705	20,77	14.452	22,98	<b>629.724</b>	<b>15,42</b>
Sul	60.982	11,43	269.668	11,16	266.742	34,07	154.223	53,65	31.070	49,40	<b>782.685</b>	<b>19,17</b>
C. Oeste	80.661	15,12	67.752	2,80	37.512	4,79	11.523	4,01	2.464	3,92	<b>199.912</b>	<b>4,90</b>
<b>TOTAL</b>	<b>533.454</b>		<b>2.416.127</b>		<b>782.982</b>		<b>287.464</b>		<b>62.899</b>		<b>4.082.926</b>	

**Fonte:** Aquino *et al* (2013).

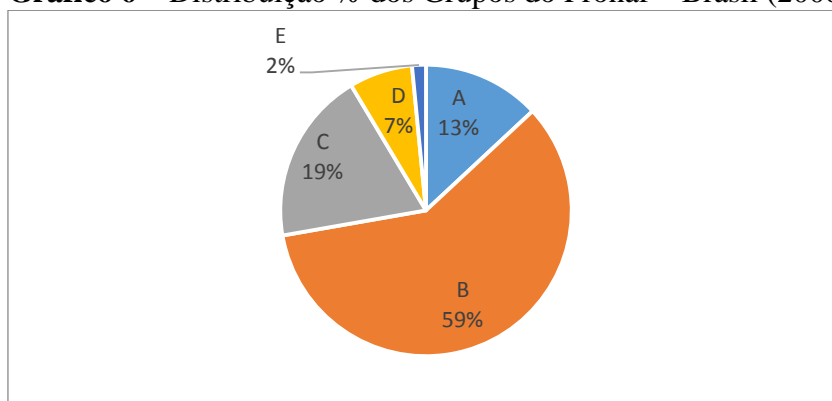
O Gráfico 6 mostra a composição dos grupos do Pronaf. O fato de o grupo B representar a maior parte dos beneficiados pelo programa justifica a maior quantidade de contratos estabelecidos na região Nordeste. Porém, apesar da melhoria na distribuição dos valores aplicados, o Sul ainda é o destino de grande parte desse recurso financeiro. A soma da quantidade de estabelecimentos pertencentes aos grupos C, D e E representa menos da metade do grupo B, comprovando que ainda é persistente a má distribuição da aplicação desses recursos.

A concentração permanece nos próximos anos, com maior quantidade de contratos estabelecidos no Nordeste, porém, a maior parte dos recursos aplicados ainda é destinada ao



Sul. Analisando de forma geral, a quantidade de contratos estabelecidos e o valor aplicado apresentaram grande aumento quando comparado ao início dos anos 2000.

**Gráfico 6 – Distribuição % dos Grupos do Pronaf – Brasil (2006)**



**Fonte:** Aquino *et al* (2013). Percentuais calculados pelo autor a partir da Tabela 16.

Em 2000, a quantidade que era próximo de um milhão passa à proximidade de dois milhões em 2012, número já superado nos anos de 2005 e 2006. Já o valor aplicado também apresentou grande crescimento neste período, passando de pouco mais de R\$ 2 bilhões aplicados em 2000 para quase R\$ 16 bilhões em 2012. Estes dados são observados na Tabela 17 e na Tabela 18.

**Tabela 17 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2008-2010)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	2008				2009				2010			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	75.222	4,85	404,00	4,66	102.150	5,99	798,13	7,11	94.505	5,96	852,33	7,11
Nordeste	626.777	40,42	1.175,37	13,57	643.452	37,74	1.383,57	12,33	643.163	40,57	1.531,69	12,78
Sudeste	255.887	16,50	1.894,51	21,86	272.892	16,01	2.588,30	23,07	266.703	16,82	2.914,07	24,31
Sul	543.777	35,07	4.711,21	54,37	632.523	37,10	5.685,17	50,68	527.893	33,30	5.846,89	48,77
C. Oeste	49.086	3,17	479,63	5,54	53.930	3,16	763,67	6,81	53.222	3,36	843,65	7,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.550.749</b>		<b>8.664,73</b>		<b>1.704.947</b>		<b>11.218,85</b>		<b>1.585.486</b>		<b>11.988,64</b>	

**Fonte:** Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico (2008-2010). Percentuais calculados pelo autor.

Assim, pode-se observar que a tendência do Pronaf é expandir cada vez mais pelo território nacional, uma vez que, ao longo dos anos, aumenta a quantidade de recursos disponíveis, embora apenas cerca de  $\frac{3}{4}$  deste total seja efetivamente aplicado. Conforme os dados apontados pelas Tabelas (de 12 a 18), o crescimento foi bastante significativo quanto aos recursos aplicados, bem como a quantidade de contratos estabelecidos, desde o início do Pronaf até o ano de 2012.

**Tabela 18 - Distribuição dos Contratos e dos Recursos Aplicados pelo Pronaf (2011-2012)**  
(valor em R\$ milhões)

Região	2011				2012			
	Quant.	%	Valor	%	Quant.	%	Valor	%
Norte	75.494	4,90	815,89	6,13	80.776	4,50	1.172,21	7,36
Nordeste	650.984	42,27	1.684,04	12,66	816.019	45,48	2.352,00	14,76
Sudeste	248.314	16,13	3.062,21	23,02	259.724	14,47	3.485,23	21,88
Sul	513.908	33,37	6.811,89	51,20	587.486	32,74	7.907,10	49,63
C. Oeste	51.201	3,32	930,66	6,99	50.417	2,81	1.015,41	6,37
<b>TOTAL</b>	<b>1.539.901</b>		<b>13.304,70</b>		<b>1.794.422</b>		<b>15.931,96</b>	

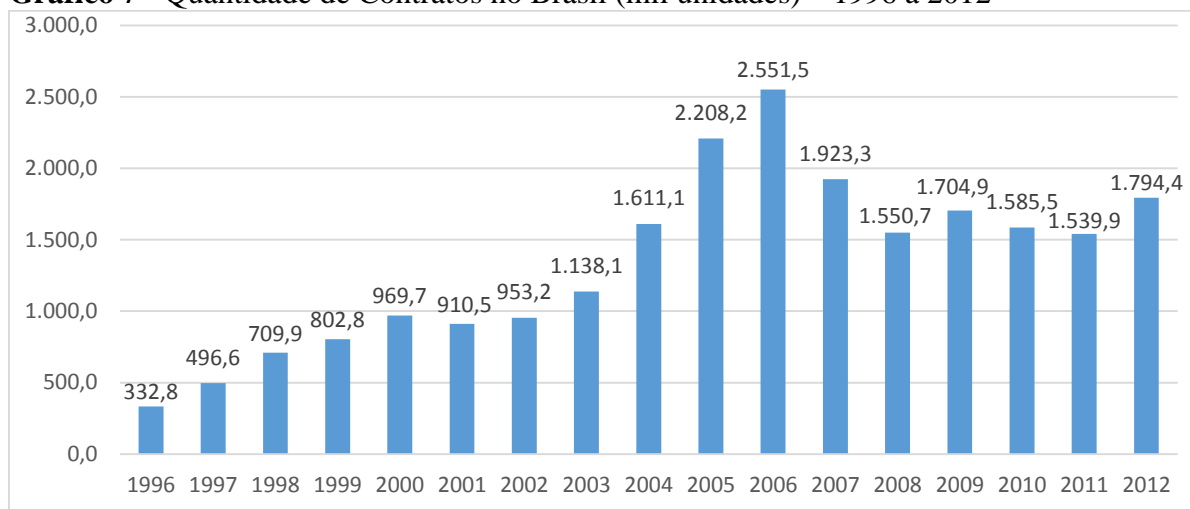
**Fonte:** Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico (2011-2012). Percentuais calculados pelo autor.

Os Gráficos 7 e 8 mostram, respectivamente, a quantidade de contratos e os valores aplicados no país. O Gráfico 7 mostra que houve grande aumento na quantidade de contratos estabelecidos de 2004 para 2005, chegando ao ápice em 2006, com mais de 2,5 milhões. A partir de então, houve sucessivos declínios, chegando em 2012 a um valor próximo de 1,8 milhão de contratos, nível semelhante àquele apresentado em 2004.

A explicação para esse fenômeno observado é a inadimplência do crédito rural, causando a redução de contratos estabelecidos nos próximos anos. Embora possua menor taxa de inadimplência em relação a outras modalidades de crédito, existem fatores considerados determinantes para que o produtor não efetue o pagamento ao contrair o empréstimo.

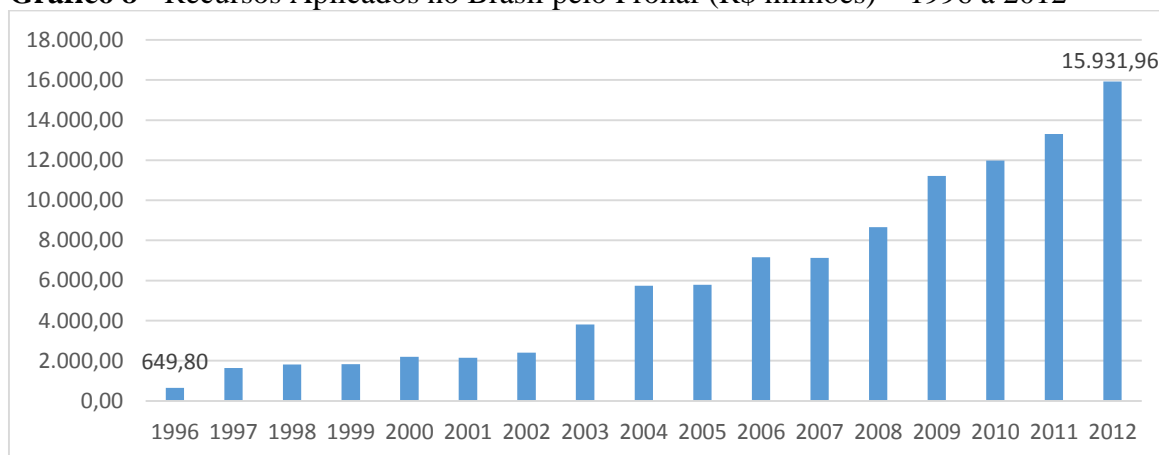
De acordo com o estudo empírico realizado por Costa e Jorge Neto (2011), entre os principais fatores que determinam o nível de inadimplência do produtor familiar estão a baixa renda e o baixo nível de escolaridade. Segundo os autores, o menor nível de escolaridade do produtor dificulta a compreensão e a assimilação de novas técnicas e de novas tecnologias, aumentando a probabilidade de inadimplência.

Com relação aos valores aplicados, verificou-se crescimento exponencial ao longo dos anos, conforme aponta o Gráfico 8, passando de R\$ 650 milhões em 1996 para um valor próximo de R\$ 16 bilhões em 2012. Pode-se observar que a tendência é o crescimento contínuo da quantidade de recursos aplicados pelo Pronaf, comprovando a expansão do programa pelo território nacional.

**Gráfico 7 - Quantidade de Contratos no Brasil (mil unidades) – 1996 a 2012**

**Fonte:** Elaboração do autor, conforme os dados de Mattei (2005a) até 2004 e Banco Central do Brasil (Anuário Estatístico - 2005 a 2012).

Embora a região Sul ainda concentre a maior parte dos recursos aplicados, as demais regiões vêm aumentando as suas participações relativas, com destaque para o Nordeste, que apresentou maior crescimento em comparação às demais regiões ao longo deste período analisado.

**Gráfico 8 - Recursos Aplicados no Brasil pelo Pronaf (R\$ milhões) – 1996 a 2012**

**Fonte:** Elaboração do autor, conforme os dados de Mattei (2005a) até 2004 e Banco Central do Brasil (Anuário Estatístico - 2005 a 2012).

Desta forma, por meio dos dados apresentados e do histórico do Pronaf, Nunes (2007) observa que a maior parte dos esforços realizados pelo programa esteve concentrada no crédito desde o início. Porém deve-se destacar que, ao longo dos anos, houve o desenvolvimento de novas ações por parte do governo federal, principalmente no que se

refere à comercialização, assistência técnica e extensão rural e seguro agrícola (NUNES, 2007).

Por fim, pode-se dizer que o Pronaf apresentou etapas de concentração nos primeiros anos de sua criação, desconcentração e reconcentração. Conforme os dados apresentados, nos primeiros anos, havia grande concentração de recursos aplicados e de contratos estabelecidos no Sul do país, enquanto que a participação relativa dessa região apresentou redução no início dos anos 2000 (etapa de desconcentração) e, finalmente, houve reconcentração, com maior quantidade de contratos estabelecidos no Nordeste e o Sul recebendo ainda a maior quantia dos recursos.

Embora seja importante destacar os aspectos positivos trazidos pelo programa por meio do maior número de produtores atendidos e pelas maiores quantias ofertadas e aplicadas ao longo desses anos, Aquino e Schneider (2010) destacam o agravamento do problema da desigualdade social entre os agricultores familiares. Segundo os autores, o Pronaf tende a privilegiar os produtores de maior renda e as regiões mais ricas do país ao destinar os recursos ofertados, fato comprovado por meio das Tabelas 12 a 18, com maior concentração no eixo Sul-Sudeste.

Aquino e Schneider (2010) ainda enfatizam que, entre os grupos de agricultores familiares existentes, o maior beneficiado pelo Pronaf é o D. Entretanto, a análise por grupos, segundo Corrêa e Silva, F. (2009), é prejudicada a partir de 2008, quando os grupos C, D e E foram agregados em apenas um denominado “agricultura familiar”. Embora este fator tenha dificultado a estudos mais aprofundados com relação aos maiores beneficiados pelo programa, pode-se observar menor participação relativa dos grupos de agricultores que possuem menor renda, revelando a necessidade de melhorias do Pronaf quanto à aplicação dos recursos.

Analisando a trajetória do Pronaf, Feijó (2013) aponta que, apesar do grande crescimento no crédito concedido ao longo desses anos, a expansão do programa já era esperada. Entretanto, segundo o autor, ao verificar a evolução do crédito rural como um todo, ou seja, incluindo a agricultura patronal, o crescimento não foi tão elevado. Realizando a análise dos contratos estabelecidos, Feijó (2013) destaca os números preocupantes pelo fato de não acompanhar a evolução do crédito concedido. Segundo o autor, os agricultores de menor renda (grupo B) aumentaram a participação. Por outro lado, a proporção destes produtores no valor recebido pelo Pronaf ainda é baixa quando comparado aos demais grupos de agricultores. Assim, entre os desafios do programa estão a melhor distribuição do crédito rural nas regiões e maior atenção aos agricultores de menor renda.

### 2.3. OS FATORES CONDICIONANTES PARA A ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS

Tanto a tecnologia quanto o crédito concedido aos agricultores influenciam o desempenho dos estabelecimentos, pois elevam a produtividade e podem determinar a rentabilidade das atividades desenvolvidas. Contudo, de acordo com Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a), o estímulo financeiro como forma de difundir tecnologias mais avançadas leva à modernização parcial e insustentável. Para que a tecnologia seja adotada e difundida existem diversas condicionantes, sendo as mais comuns:

#### *Capital Humano*

Este assunto já era abordado nos anos 1960 por Schultz (1965), que apontava o capital humano como principal fonte de crescimento econômico da agricultura. O autor aponta casos de países bem sucedidos no desenvolvimento deste setor entre o fim do século XIX e meados do século XX em função do forte investimento em educação rural como Japão, Dinamarca e Israel.

Quando o país é mais pobre, segundo Schultz (1965), costuma-se associar o desenvolvimento econômico com industrialização, surgindo, assim, a seguinte sequência: primeiramente, os governos concentram os investimentos em máquinas e instalação de fábricas. Percebendo a necessidade de mão-de-obra e de gerentes especializados, investe-se também em capital humano. Enquanto isso, acredita-se que a agricultura sustenta esse processo de industrialização por meio da transferência de capital e de trabalhadores do setor rural para o industrial e que a quantidade produzida no campo será suficiente para atender a demanda crescente das fábricas.

É apenas depois de todo esse processo que se percebe a necessidade de modernizar a agricultura, feito por meio da introdução de maquinários e de fertilizantes. Schultz (1965) destaca que não há planos de investimento nos trabalhadores para que estes adquiram conhecimentos e especializações necessários para utilizar estes fatores de produção modernos efetivamente. Esta sequência mencionada pelo autor é aplicável ao Brasil, conforme o histórico acerca do processo de modernização da agricultura.

A falta de investimento em capital humano é mostrada no estudo realizado por Martins, J. (1975), pois revela que grande parte das pessoas entre oito e dez anos de idade e que residia no campo não se dedicava exclusivamente aos estudos. Porém, com as grandes transformações da agricultura brasileira ao longo dos anos, as oportunidades de emprego no campo exigem maior nível educacional dos produtores.

Para Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a), o capital humano pode ser um fator importante na adoção de novas tecnologias, pois possui relação com a habilidade de obtenção e processamento de informações e com o uso de técnicas de gestão. Assim, a educação e a experiência dos produtores são características determinantes para a adoção dessas práticas. Entretanto, a falta de investimento em educação rural incentiva a saída dos jovens para as cidades, pois existe a dificuldade de acesso às escolas. Para Alves, E. e Marra (2009), essa é uma das vantagens que a cidade oferece em relação ao campo, favorecendo a saída da mão-de-obra da área rural para os centros urbanos.

### *Informação*

Para Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a), embora a informação esteja disponível para os produtores, a adoção de tecnologia é mediada por meio de fatores como a disponibilidade de capital, terra, crédito, entre outros. Para Souza Filho *et al* (2011), outro fator que determina a tomada de decisão do produtor é o acesso à tecnologia da informação, que facilita o acesso e o armazenamento de informações.

Um estudo empírico realizado por Abdulai, Monnin e Gerber (2008) mostra que a disponibilidade de informações é um pré-requisito para a tomada de decisão inovadora, porém, em grande parte dos países em desenvolvimento, essa difusão de informações sobre novas tecnologias ocorre insatisfatoriamente, como é o caso do Brasil. O estudo ainda aponta que a aquisição e a adoção de novas tecnologias são influenciadas positivamente pelo capital humano e pelo acesso ao crédito, bem como a intensidade em que o produtor adotará tais tecnologias.

Segundo Balsadi (2008), em 2004, eram poucas as famílias de empregados agrícolas que possuíam computador e nenhuma com acesso à rede mundial de computadores (Internet), sendo o Norte e o Nordeste as regiões com os piores índices registrados. Em seu estudo, pouco mais de 13 mil famílias puramente agrícolas possuem computador em suas residências. De acordo com o autor, esse número é muito baixo, pois o total de famílias era de 2,1 milhões, equivalente a menos de 1% do total. Quanto às famílias pluriativas, a participação também é baixa, mas a situação é um pouco melhor, com quase 29 mil famílias de um total de 1,1 milhão. A Tabela 19 mostra essa quantidade de famílias de empregados (temporários e permanentes) que possuem computador e acesso à Internet no Brasil para os anos de 2001 e 2004, separados pelas grandes regiões.

**Tabela 19 - Quantidade de Famílias Agrícolas dos Empregados (2001 e 2004)**

Brasil e Grandes Regiões	Empregado Permanente				Empregado Temporário			
	Computador		Internet		Computador		Internet	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Norte Urbano	386	0	0	0	144	0	0	0
Nordeste	1.996	495	0	0	2.016	505	0	0
Sudeste	4.818	5.619	1.409	2.298	0	0	0	0
Sul	983	4.691	0	1.164	0	0	0	0
C. Oeste	1.967	2.216	640	1.967	0	0	0	0
<b>TOTAL DE BRASIL</b>	<b>10.150</b>	<b>13.021</b>	<b>2.049</b>	<b>4.695</b>	<b>2.160</b>	<b>505</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Balsadi (2008).

Os dados apontam que a grande maioria das famílias com computador pertence aos empregados permanentes, com maior concentração no Sudeste. A Tabela 20 mostra as mesmas informações, porém para as famílias pluriativas. Pode-se observar que a quantidade de computadores e o acesso à Internet por parte dessas famílias é superior ao apresentado pelas famílias agrícolas nos dois anos analisados.

A Tabela 19 e a Tabela 20 mostram que o Norte e o Nordeste são as regiões que apresentaram os piores índices nesse período analisado. Deve-se destacar também que essas mesmas regiões concentram grande parte da população analfabeta, ou seja, são baixos os investimentos em capital humano nessas áreas. Assim, para elevar a produtividade dos empregados agrícolas, é necessário maior atenção das políticas públicas para a inserção dessas famílias, melhorando, assim, a renda gerada por meio das atividades no campo.

**Tabela 20 - Quantidade de Famílias Pluriativas dos Empregados (2001 e 2004)**

Brasil e Grandes Regiões	Empregado Permanente				Empregado Temporário			
	Computador		Internet		Computador		Internet	
	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
Norte Urbano	145	454	145	454	0	0	0	0
Nordeste	957	3.160	0	2.170	730	0	0	0
Sudeste	5.936	8.212	1.700	5.056	843	7.051	0	1.436
Sul	207	5.499	207	1.774	1.159	1.194	570	0
C. Oeste	3.571	3.206	1.920	1.929	519	0	519	0
<b>TOTAL DE BRASIL</b>	<b>10.816</b>	<b>20.531</b>	<b>3.972</b>	<b>11.383</b>	<b>3.251</b>	<b>8.245</b>	<b>1.089</b>	<b>1.436</b>

Fonte: Balsadi (2008).

Esse aumento da renda ocorre por meio do processo de inclusão digital, importante para o desenvolvimento no campo. O acesso à Internet tem como objetivo facilitar a compra e a venda de produtos de origem da área rural para as cidades. Segundo Carneiro e Rocha (2009), um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores e o escoamento da

produção, uma vez que, devido à falta de acesso à tecnologia da informação, dependem do serviço intermediado por atravessadores. Assim, o comércio pela Internet beneficia tanto os produtores quanto os consumidores, em que os agricultores potencializam suas vendas e os consumidores podem adquirir diversos produtores a um preço mais reduzido. Entretanto, este objetivo está aquém de ser realizado, pois ainda existem muitos estabelecimentos agropecuários sem computador nem acesso à Internet.

### *Risco*

Trata-se de uma variável determinante para que o produtor tome sua decisão para a adoção ou não de uma nova técnica de produção. Para Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a), os agricultores familiares são sensíveis ao risco, pois a sobrevivência imediata desses produtores depende do resultado da produção corrente. Os autores apontam que a maioria dos agricultores familiares, até aqueles com maior quantidade de capital, não dispõe de mecanismos de proteção para amortecer os impactos negativos de produção.

Entre outros fatores de risco aos agricultores, Souza Filho *et al* (2011) apontam o clima e a variação dos preços de diversas *commodities*. Nesse caso, os maiores afetados são os pequenos produtores que, de forma geral, possuem menor nível de instrução, menor quantidade de capital, além de possuir menor escala de produção. Para os autores, são essas as características que dificultam o acesso desses agricultores aos mecanismos de redução dessas incertezas, caso dos contratos futuros em bolsas.

### *Propriedade e Solo*

Diversos estudos revelam que os agricultores com propriedade localizada nas regiões com agroindústrias ou mercados desenvolvidos possuem maior probabilidade de adotar as novas tecnologias de produção e exploração de recursos do que aqueles produtores localizados em regiões sem infraestrutura. De acordo com Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a), as grandes propriedades tendem à maior flexibilidade quanto às decisões de produção, uma vez que possuem maior acesso aos recursos, maiores oportunidades de testes das novas técnicas e da maior habilidade em lidar com riscos e incertezas sobre inovações.

Para Souza Filho *et al* (2011), o tamanho da propriedade é fundamental para os agricultores e, no caso dos pequenos produtores, esta adoção de novas técnicas pode envolver custos elevados, pois envolvem despesas com equipamentos e investimentos no treinamento da mão-de-obra contratada. Assim, pode-se dizer que o tamanho da propriedade como forma



de adoção ou não de novas tecnologias depende também de outros aspectos, sejam institucionais ou econômicos.

A qualidade do solo é outro fator considerado determinante para a adoção de tecnologias no campo. De acordo com Souza Filho *et al* (2011), o acesso à terra fértil e com mecanismos de irrigação elevam a produtividade no período entressafra, reduzindo o custo de produção e diminuindo o risco de quebra da produção. As tecnologias envolvidas na propriedade são, basicamente, de bases química e mecânica, casos dos fertilizantes e das colheitadeiras. A introdução dessas tecnologias no meio rural, para Souza Filho *et al* (2011), reduz substancialmente o emprego da mão-de-obra. Analisando o caso de outros países, os autores verificaram que a estrutura do emprego agrícola sofreu alterações com a simultânea redução do trabalho familiar e a intensificação do trabalho temporário. Os autores sugerem como solução para esse problema uma melhor distribuição da mão-de-obra ao longo do tempo, pois, assim, haverá maiores oportunidades para os trabalhadores familiares.

#### 2.4. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), segundo Brasil (2004b), iniciaram no país no final dos anos 1940. Diante do contexto das políticas voltadas para o desenvolvimento, o objetivo da ATER era melhorar a condição de vida da população residente na área rural, além de fornecer apoio à modernização da agricultura. De acordo com Brasil (2008b), este serviço de ATER surgiu no contexto da Guerra Fria<sup>28</sup>, seguindo o modelo norte-americano de expansão do capitalismo no campo. No período inicial, segundo Brasil (2004b), a ATER foi implantada como um serviço privado, mas tinha apoio de órgãos públicos e privados. Com relação a esse serviço:

Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater, coordenado pela Embrater e executado pelas empresas estaduais de ATER nos estados, as Emater (BRASIL, 2004b, p. 04).

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foi extinta em 1990 durante a gestão de Fernando Collor e nesse período houve drástica redução na participação financeira por parte do Governo Federal nos serviços de ATER. De acordo com

---

<sup>28</sup> Período de disputas estratégicas e de conflitos indiretos entre Estados Unidos e a União Soviética, que teve início após o término da Segunda Guerra Mundial e encerraria somente em 1991, com o fim do país soviético.

Brasil (2004b), a ATER passou a ser coordenada pela SAF por meio do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Entre algumas funções destes serviços, Buainain, Souza Filho e Silveira (2002a) apontam a definição das tecnologias consideradas adequadas e o desenvolvimento de atividades agrícolas economicamente viáveis. Porém, segundo os autores, existem projetos implantados de forma inadequada dada às condições estabelecidas pelo mercado ou pelas condições socioeconômicas do próprio produtor. Isso ocorre muitas vezes devido à falta de familiaridade dos técnicos com a realidade de certos segmentos da agricultura e à falta de conhecimento do mercado e de empreendedorismo ao aconselhar os agricultores na produção.

Analisando o papel dos serviços de assistência técnica, Flores (2002) aponta a existência de diversos problemas como: necessidade de apoio tecnológico e de inserção ao mercado, necessidade de apoio às estratégias de desenvolvimento local<sup>29</sup> e apoio às atividades não agrícolas realizadas por integrantes das famílias, constituindo importantes fontes de renda. Além desses problemas apresentados por esses serviços, existem fatores que restringem o acesso dos agricultores familiares à assistência técnica privada.

Segundo Souza Filho *et al* (2011), fatores como nível educacional, capacitação profissional e capitalização por parte destes agricultores são determinantes para tal limitação ao acesso destes serviços privados, fazendo com que os produtores dependam do serviço público, considerado precário. Esse serviço público de extensão rural no Brasil foi reduzido em função da restrição orçamentária e, desta forma, segundo Souza Filho *et al* (2011), o Estado deixou de ser o único fornecedor dos serviços de ATER, dividindo a função com o setor privado.

Para tanto, em 2010, por meio da Lei nº 12.188, foram instituídos a Política Nacional de Assistência Técnica (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Criados e supervisionados pelo MDA, o Pnater tem como princípios: promover o desenvolvimento rural sustentável, garantir a qualidade e o acesso à ATER e contribuir para a segurança alimentar e nutricional. Entre os objetivos estão o aumento da renda do público beneficiado<sup>30</sup> pelo programa, melhorar a qualidade de vida dessa população e promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas adequadas aos beneficiários do programa. O Pronater, por sua vez, representa o principal instrumento de implementação do Pnater e tem como objetivo, segundo o Artigo

---

<sup>29</sup> Trata-se da aliança composta por diversas empresas para incentivar o aumento da produtividade por meio de suportes (financeiro, tecnológico, capacitação de mão-de-obra, distribuição, entre outros), melhorando a qualidade de vida da população local.

<sup>30</sup> Segundo o Artigo Quinto da Lei nº 12.188, os beneficiados são: assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais e aqueles que se encaixam na Lei nº 11.326 da agricultura familiar.

Sexto da Lei nº 12.188, organizar e executar os serviços de ATER ao público beneficiado pelo programa.

Assim, pode-se observar que a conquista obtida pelos agricultores familiares ao longo dos anos, tendo como marco inicial nos anos 1990 e expandindo as mais diversas formas de assistência (sejam técnicas, sejam de crédito) ao longo do século XXI. Entretanto, conforme apontado, ainda existem muitos problemas a serem superados.

## 2.5. A AGRICULTURA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PARA REDUZIR A SAÍDA DA POPULAÇÃO DO CAMPO

De acordo com Wanderley (2009), o agronegócio brasileiro ainda é pouco experiente com relação à aplicação de instrumentos mais modernos. Segundo a autora, isso leva à falta de ajuste destes instrumentos à realidade e, no caso da agricultura familiar, conforme já mencionado, não se deve ignorar os diferentes cenários existentes no Brasil em função do universo heterogêneo.

A primeira década do século XXI, para Zylbersztajn (2011), é marcada por momentos de euforia pela demanda de *commodities* nos mercados internacionais, além da expansão da produção de bioenergia. Analisando os diferentes planos da agricultura, o autor aponta avanços em alguns aspectos, porém existem falhas em outros. Segundo o autor, o progresso ocorre na área gerencial, com a existência de empresas responsáveis pelo aluguel de equipamentos para os produtores. A falha ocorre no plano institucional, que envolve o sistema de controle sanitário e regulamentação do uso de novas tecnologias, além da falta de motivação do governo em investir em áreas vistas por poucos e com baixa geração de dividendos eleitorais. Conforme mencionado anteriormente, são essas falhas que comprometem o desempenho da agricultura brasileira, entre outras já apontadas.

Ao longo de três décadas, segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar brasileira apresentou melhorias. Porém, a modernização do setor trouxe diversos problemas como a pobreza e a exclusão social, que, para Sauer e Souza, Marcos. (2008), estão associados à violência no campo. Segundo os autores, estes conflitos representam um dos principais elementos da questão agrária brasileira. Entre outros problemas, existe o baixo nível educacional dos produtores rurais. Os dados do Censo de 2006 revelam o elevado índice de agricultores analfabetos (39%) e com ensino fundamental incompleto (42%). Assim, os avanços tecnológicos no campo reduzem as oportunidades de emprego para estes produtores, incentivando a saída para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

Devido a esse universo heterogêneo, Olalde e Portugal (2004) reforçam que é equivocado associar os agricultores familiares à ideia de categorias que implicam pobreza ou atraso em relação aos demais produtores. Diante deste contexto de avanço tecnológico e de baixo nível educacional, é necessário maior investimento em educação destas pessoas que residem no campo, causando diversos impactos positivos, entre eles a menor probabilidade de inadimplência dos agricultores com relação ao crédito rural concedido e a capacidade dos produtores lidarem com os padrões tecnológicos exigidos pelo mercado.

É por meio dessa capacitação que surgem maiores oportunidades de emprego tanto na área rural quanto em qualquer setor da economia. Por fim, entre os desafios das políticas públicas para a superação dos problemas do campo estão a melhor distribuição do crédito rural concedido aos agricultores familiares, principalmente com relação aos produtores de menor renda e a inclusão digital para facilitar o processo de compra e de venda por parte dos agricultores. Além disso, apesar da melhoria na distribuição de terras ao longo dos anos, persiste a forte concentração no Brasil, com o Índice de Gini superior a 0,8.

### 3. A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: MANTENDO A POPULAÇÃO NO CAMPO

A posse da terra e o tema da escravidão, segundo Martins, J. (2000), são dois temas pendentes na história brasileira e continuam presentes nas questões políticas e sociais. De acordo com o estudo coordenado por Sparovek (2003), a questão da reforma agrária esteve presente na pauta das políticas de Estado de quase todos os governos desde a independência do país em 1822. Assim, Oliveira, A. (2004) afirma que a desigualdade na distribuição da terra existe desde os primórdios da colonização, com as capitânicas hereditárias.

De acordo com Silva, L. (1996), embora a posse da terra estivesse presente na pauta das políticas desde a independência, a primeira legislação agrária foi elaborada somente em 1850 com a Lei de Terras. Aprovada no mesmo ano que a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro, a Lei de Terras foi a primeira iniciativa em organizar a propriedade privada no Brasil. Porém, segundo Oliveira, A. (2004, p. 55), “[...] o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra / venda com pagamento em dinheiro”, limitando o acesso à terra por parte de alguns grupos, em especial os escravos que eram libertados pela falta de dinheiro para a compra. Para melhor análise da reforma agrária brasileira, é importante verificar a perspectiva histórica. Assim, será feita uma divisão desta história com base na obra de Gomes da Silva (1971) em dois grandes períodos: antigo e moderno.

Segundo Stédile (2005), a questão agrária pode ser interpretada das mais variadas maneiras, envolvendo, por exemplo, questões sobre a concentração de terras, relações sociais na organização da produção agrícola e a evolução das lutas de classes com o objetivo de controlar as terras. Assim, o presente estudo trabalha com o conceito acerca da realidade agrária, demonstrando a existência da forte concentração de terras, além de comprovar que o governo interveio no campo para evitar maiores fluxos migratórios para as cidades.

#### 3.1. DEFINIÇÃO E BREVE HISTÓRICO

A definição de reforma agrária:

[...] é a reivindicação maior de todos aqueles que poderiam ser chamados de “operários / camponeses”, os quais, por terem terra insuficiente e/ou condições precárias de acesso à mesma, são obrigados a se assalariar temporariamente para garantir a sua sobrevivência (GRAZIANO DA SILVA, 1989, p. 92).

Porém, deve-se destacar que os trabalhadores rurais também exigem alterações no campo com relação às estruturas política e social e não apenas a melhor redistribuição de terras. Para os trabalhadores:

A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculca à espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos pequenos produtores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1989, p. 93).

A concentração de terras no país, conforme já mencionado, existe desde o período da colonização e persiste até o presente momento. Para melhor análise acerca do processo de reforma agrária no Brasil, Gomes da Silva (1971) divide em dois grandes períodos: história antiga e história moderna.

### 3.1.1. A História Antiga: do Tratado de Tordesilhas à Revolução de 1930

O antigo período, segundo Gomes da Silva (1971), teve início com o Tratado de Tordesilhas. O acordo, assinado em 1494 entre Portugal e Espanha, tinha como objetivo dividir as terras fora do continente europeu, envolvendo tanto aquelas já descobertas quanto as ainda não descobertas naquele período. A linha de demarcação localizava-se a 370 léguas (equivalente a 1.770 km) a oeste do arquipélago do Cabo Verde e, segundo constituía o Tratado de Tordesilhas, as terras do ocidente ficavam aos cuidados da Espanha, enquanto Portugal ficava com o oriente.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, o sistema colonizador utilizado era de capitânicas hereditárias, que fracassaria poucas décadas após o descobrimento do país. Foi a partir dessa instituição de capitânicas que foi inserido o sistema de sesmarias. Segundo Lígia Silva (1996), este sistema foi criado em Portugal no final do século XIV e tinha como objetivo solucionar as crises de abastecimento. Neste período, Portugal apresentava problemas de terras ociosas, ou seja, não produziam nem arrendavam e, com base nesse contexto, a legislação do país tornava obrigatório o cultivo sob pena de perda do domínio da terra.

Entretanto, para Silva, L. (1996), não se deve atribuir às sesmarias como principal motivo da existência de latifúndio no Brasil, pois envolvem condicionantes históricas acerca da colonização que distanciam os objetivos impostos pelo sistema de sesmarias e a sua prática

na colônia. Com o fracasso do sistema de capitânicas hereditárias algumas décadas após o descobrimento do Brasil, surgiram outras formas de latifúndio no país. O sistema de governo-geral foi estabelecido em Portugal para controlar o domínio no país em solo brasileiro. Assim, em 1549 chegou ao Brasil o primeiro governador-geral Tomé de Sousa, que, segundo Gomes da Silva (1971), concedera terras para construir engenhos de açúcar como nova forma de latifúndio.

Segundo Romeiro (2004), os problemas de posse e do uso da terra existem desde o século XVII, fazendo com que o método para a produção de alimentos ocorra de maneira precária, levando à instabilidade de produção e, conseqüentemente, a problemas de abastecimento. Conforme apontado, estas preocupações eram constantes por parte da coroa portuguesa e utilizavam a legislação como forma de garantia de abastecimento de alimentos. Durante o século XVII, a escravidão encontrava-se em declínio e, de acordo com Romeiro (2004), para evitar que os imigrantes que chegavam em massa se tornassem produtores independentes, as elites tinham como objetivo garantir o controle da terra.

É com base nestes acontecimentos que surge a Lei de Terras de 1850, representando, conforme já apontado, a primeira legislação agrária no Brasil. Porém, com o acesso restrito às terras por parte dos escravos recém libertados, permaneceu a concentração fundiária ao longo dos anos. Já no século XX ocorreu a Revolução de 1930, marcando o término da história antiga e dando início à história moderna.

### 3.1.2. A História Moderna: da Revolução de 1930 aos Dias Atuais

A questão da posse da terra, embora estivesse presente desde o período da colonização, para Mattei (2005b), foi fortemente agravada após a Segunda Guerra Mundial, quando foram adotadas as políticas de modernização da agricultura brasileira. Além da Revolução de 1930, outros acontecimentos perturbaram a tranquilidade dos latifundiários, como o Estatuto da Terra e o Ato Institucional nº 9 (AI-9<sup>31</sup>). Elaborado no dia 30 de novembro de 1964 por meio da Lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, segundo Norder (2004, p. 51), “[...] definia que as desapropriações seriam indenizadas por meio de títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos”. De acordo com o autor, antes da elaboração deste estatuto, as desapropriações ocorriam somente mediante pagamento prévio em dinheiro.

---

<sup>31</sup> Editado em 25 de abril de 1969 durante o governo de Costa e Silva, o AI-9 permitia a desapropriação de imóveis rurais para atender aos interesses sociais.

Para Silva, L. (1997, p. 15), “desde a adoção do Estatuto da Terra, em 1964, ampliou-se o consenso em torno da noção de que fazer reforma agrária significa, antes de mais nada, redistribuir a propriedade da terra”. Segundo Delgado (2005), o debate político foi suspenso a partir desse ano com o golpe militar, fazendo com que a questão agrária fosse pouco discutida nesse período. Além da repressão política, Graziano da Silva (1989) atribui a pouca discussão pelo fato de grande parte acreditar que essa questão fora resolvida com a maior produtividade agrícola durante o Milagre Econômico.

O término do Milagre Econômico e as baixas taxas de crescimento econômico nos anos seguintes fizeram com que a agricultura voltasse a ser discutida no cenário político. Durante o regime militar (1964-84), na visão de Ranieri (2003), os programas de reforma agrária e de colonização foram pouco eficientes com relação à quantidade de famílias assentadas. Segundo Gasques e Villa Verde (2003), até 1980, as despesas com política fundiária ocorriam por meio de ações como cooperativismo e eletrificação rural e somente após este ano a reforma agrária foi vista como prioritária.

Diante desse contexto, o início da década de 1980 é marcado pelo surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem como objetivo pressionar o poder público em busca de reforma agrária e encontra-se em atividade até os dias atuais. Esse assunto sobre a questão agrária, para Olalde e Portugal (2004), voltou à tona nos anos 1990 junto com a agricultura familiar, período em que surgiram políticas como o Pronaf e o MDA.

Conforme já mencionado, a população rural enfrentava várias adversidades, em especial os produtores familiares. Assim, para gerar empregos para esta população que reduzia ao longo das décadas e superar o problema da pobreza, Norder (2004) cita o assentamento<sup>32</sup> de reforma agrária como uma das prioridades das políticas públicas. Para Cunha *et al* (2005), esses projetos de assentamento (PAs) ganham maior importância e são observados por meio de inúmeras pesquisas realizadas tanto na área acadêmica quanto nos órgãos gestores de políticas públicas, que tinham como objetivo avaliar os diversos impactos causados no Brasil, seja de caráter econômico, político ou social.

### 3.2. OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

O Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi aprovado em 1985 durante o governo de José Sarney (1984-89) por meio do Decreto nº 91.766. Para isso foi criado o

---

<sup>32</sup> Para Sauer (2005, p. 59), “o assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária”.



Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) no mesmo ano por meio do Decreto nº 91.214. Também conhecido como I PNRA, o programa tinha como objetivo aplicar o Estatuto da Terra<sup>33</sup> e, para isso, foram criados os PAs.

Conforme apontado por Sandroni (1985), a ênfase desse plano consiste em aliviar tensões sociais para promover a justiça social, sendo essa a preocupação central do I PNRA. Porém, para analisar os PAs, segundo Bergamasco e Ferrante (1994), deve-se reconhecer as diferentes origens deste público, podendo ser boias-frias, migrantes, desempregados, entre outros. De acordo com Norder (2004), a meta do governo Sarney era destinar 15 milhões de hectares a 1,4 milhão de famílias entre 1985 e 1989. Entretanto, nesse período, apenas 82 mil famílias foram assentadas, o que corresponde a menos de 6% do total previsto.

O governo Collor, por sua vez, segundo David, Wenzel e Brustlein (1997, p. 52), havia prometido assentar, inicialmente, 500 mil famílias entre 1990 e 1992, porém, “[...]somente 23 mil famílias receberam o título de propriedade de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente”. De acordo com os autores, o governo de Itamar Franco tinha como objetivo destinar terras a 20 mil famílias em 1993 e mais 60 mil em 1994, beneficiando um total de apenas 12.600.

Conforme apontado por Sparovek *et al* (2003), diversos fatores políticos ocorreram entre 1985 e o final do século XX que influenciaram a reforma agrária, entre eles a Constituição Federal de 1988<sup>34</sup> e as transições de governo (Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - FHC). Visando analisar de maneira qualitativa os assentamentos da reforma agrária nesse período, o estudo intitulado *A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira* divulga os resultados a respeito desses assentamentos em parceria entre o MDA, Incra, Universidade de São Paulo (USP) e IBGE, além do apoio da FAO.

Para Sparovek (2003), apesar da importância das informações quantitativas para revelar a dimensão das políticas públicas, deve-se considerar também os aspectos qualitativos. Segundo o autor, a justificativa para essa necessidade ocorre em função dos dados quantitativos serem complementados com perguntas acerca da eficiência das ações realizadas e dos benefícios reais obtidos pelas famílias favorecidas pelos assentamentos. Assim, Sparovek *et al* (2003) realizaram amplo levantamento sobre os assentamentos realizados entre 1985 e 2001 em todos os Estados brasileiros. A Tabela 21 mostra estes resultados, porém

---

<sup>33</sup> De acordo com o capítulo I, Artigo Dezesseis, da Lei nº 4.504: “a Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1964).

<sup>34</sup> Segundo Brasil (1988), esta Constituição garante a desapropriação do imóvel rural improdutivo para fins públicos.

agrupado por região e com as seguintes informações: quantidade de PAs, capacidade de assentamento, número de famílias assentadas e área total desapropriada neste período.

**Tabela 21** - Total de Projetos de Assentamento (PAs), Capacidade de Assentamento (CA), N° de Famílias e Área Total Desapropriada (ATD) - Brasil – 1985 a 2001

Região	PAs	%	CA (em Mil Unid.)	%	Famílias (em Mil)	%	Área Total (em Mil ha)	%
Norte	884	20,37	197	37,38	150	32,68	11.935	49,32
Nordeste	1.931	44,49	189	35,78	180	39,23	5.615	23,20
Sudeste	400	9,22	27	5,04	29	6,32	997	4,12
Sul	504	11,61	25	4,66	26	5,57	527	2,18
C. Oeste	621	14,31	91	17,14	74	16,20	5.124	21,18
<b>BRASIL</b>	<b>4.340</b>		<b>528</b>		<b>458</b>		<b>24.198</b>	

Fonte: Sparovek *et al* (2003). Percentuais calculados pelo autor.

Nesses 17 anos analisados, verificou-se que o Norte e o Nordeste foram as regiões com a maior quantidade de PAs realizados, concentrando, portanto, a maior quantidade de famílias assentadas. Já o Sul e o Sudeste apresentaram os menores índices neste período. De acordo com Sauer (2005), esses dados são significativos por dois motivos. A primeira razão refere-se à opção do governo em desapropriar as terras com menores preços, ou seja, as regiões com maior estoque de terras, assentando maior quantidade de famílias. O segundo motivo, segundo o autor, se deve aos piores índices de qualidade de vida apresentados nestes PAs das regiões Norte e Nordeste, comprovando que não houve ações complementares após a reforma agrária.

Em 2003, início do primeiro mandato Luiz Inácio Lula da Silva, foi anunciado o II PNRA. Segundo Brasil (2004a), o plano tem como objetivo retomar a trajetória anunciada pelo I PNRA e visa atender grande público, envolvendo os agricultores familiares, a população atingida por barragens, a população ribeirinha, entre outros. Devido à má distribuição de renda no país e à forte concentração de terras, de acordo com Brasil (2004a), o II PNRA estabeleceu diversas metas a serem cumpridas entre 2003 e 2006, entre elas: assentar 400 mil famílias, promover igualdade de gênero na reforma agrária e garantir os serviços de ATER, capacitação e crédito para essas famílias. As informações acerca da quantidade de famílias assentadas e do número de PAs implantados ao longo do início do século XXI são apresentadas no Gráfico 9 e na Tabela 21, respectivamente.

De acordo com Souza Esquerdo e Bergamasco (2011), manteve o crescimento de assentamentos rurais e, conseqüentemente, das famílias assentadas entre 2003 e 2009, embora este último ano analisado tenha apresentado a menor quantidade de PAs implantados neste

período. Conforme apontado na Tabela 22, o Nordeste ainda concentra a maior quantidade de PAs, correspondendo a 47,34% do total implantado neste período. Por sua vez, o Sul foi a região com menor quantidade de projetos implantados, com participação relativa abaixo de 7% ao longo desse período analisado.

**Tabela 22 - Implantação de Projetos de Assentamento (PA) – de 2003 a 2009**

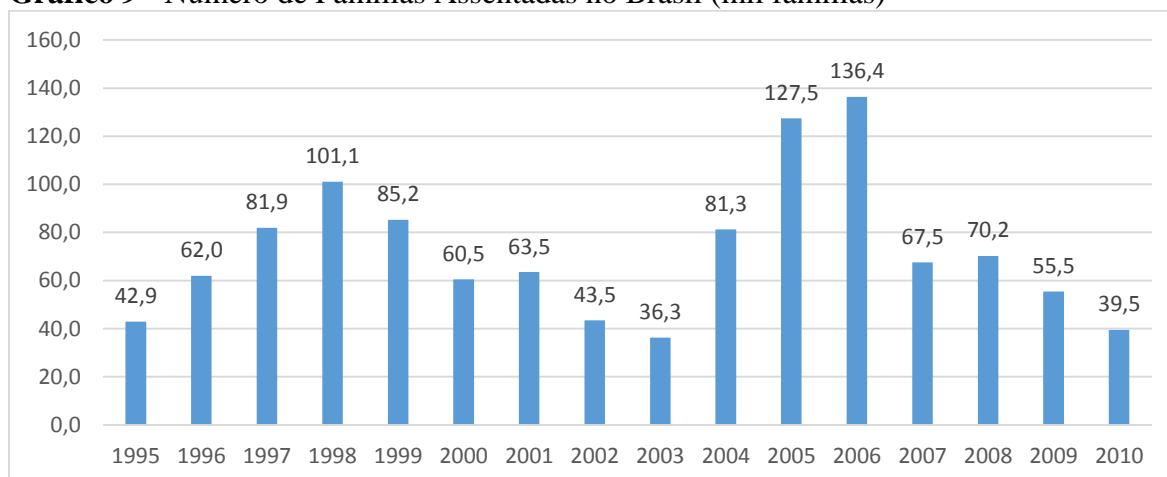
Região	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	PA	%	PA	%	PA	%	PA	%	PA	%	PA	%	PA	%
Norte	71	22,12	61	13,32	220	25,17	306	45,13	75	19,18	110	33,43	85	28,62
Nordeste	151	47,04	293	63,97	430	49,20	259	38,20	177	45,27	156	47,42	119	40,07
Sudeste	20	6,23	32	6,99	98	11,21	38	5,60	37	9,46	21	6,38	39	13,13
Sul	10	3,12	18	3,93	24	2,75	20	2,95	25	6,39	22	6,69	9	3,03
C. Oeste	69	21,50	54	11,79	102	11,67	55	8,11	77	19,69	20	6,08	45	15,15
<b>BRASIL</b>	<b>321</b>		<b>458</b>		<b>874</b>		<b>678</b>		<b>391</b>		<b>329</b>		<b>297</b>	

**Fonte:** Souza Esquerdo e Bergamasco (2011). Percentuais calculados pelo autor.

O Gráfico 9, elaborado pelo Dieese (2011), mostra a evolução do número de famílias assentadas no Brasil entre 1995 e 2010. Entre os anos de 2003 e 2006 pouco mais de 380 mil famílias foram assentadas, quantidade pouco abaixo das 400 mil famílias previstas pelo II PNRA. Além disso, pode-se observar grande oscilação nessa quantidade ao longo deste período analisado, com sucessivas quedas de 2008 a 2010, chegando neste último ano aos patamares de 1995.

Outro objetivo cumprido pelo II PNRA foi a igualdade de gênero na reforma agrária. De acordo com a Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda (PQRA) realizada pelo Incra em 2010, das 804.867 famílias assentadas entre 1985 e 2008, a distribuição apresentada era de 53% homens e de 47% mulheres. Estes dados comprovam o relativo equilíbrio entre os gêneros e, além disso, o perfil analisado destas famílias revelou que cada uma é composta, em média, por quatro pessoas, sendo a maioria jovens com idade abaixo de 20 anos.

A PQRA ainda revelou o alto índice de assentados alfabetizados (mais de 80%). Entretanto, menos de 10% possui acesso aos ensinos médio e superior, sendo este um dos desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas. Entre outros problemas a serem superados estão as condições das estradas e a saúde, uma vez que mais da metade dos entrevistados mostrou descontentamento com o acesso aos hospitais e aos postos de saúde, além da insatisfação com as estradas. Analisando por região, o Norte e o Nordeste foram aquelas que apresentaram o maior número de famílias descontentes de acordo com a pesquisa.

**Gráfico 9** - Número de Famílias Assentadas no Brasil (mil famílias)

**Fonte:** Incra

**Elaboração:** Dieese (2011)

### 3.3. A QUALIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Visando avaliar a qualidade dos assentamentos, Sparovek *et al* (2003) calcularam índices que refletem: qualidade de vida, eficácia por parte do processo de reorganização fundiária, ação operacional, entre outros. O período abordado foi entre 1985 e 2001, porém, visando comparar estatisticamente e minimizar os efeitos de tendência de curto prazo, o período foi dividido em dois blocos: do dia 1º de janeiro de 1985 a 31 de dezembro de 1994 e de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2001. O primeiro bloco (1985-94), aborda os seguintes acontecimentos: I PNRA, Constituição de 1988 e as transições de governo de Fernando Collor e de Itamar Franco. Já o segundo bloco (1995-2001) aborda os dois mandatos de FHC.

A novidade dessa pesquisa envolve o índice de eficácia da reorganização fundiária (IF), que, segundo os autores, mede o impacto do PA durante a conversão do latifúndio improdutivo. O valor do IF, para Dourado Neto *et al* (2003), caracteriza a situação fundiária depois da intervenção do governo. Este índice é cada vez mais elevado conforme aumenta a proximidade do projeto inicial, sendo cem o valor considerado o ideal. Entre os fatores que contribuem positivamente para este cálculo existem a capacidade de assentamento e as famílias assentadas nestes projetos.

Existem também outros parâmetros que compõem o cálculo IF, porém negativamente, casos da área não explorada, aglutinação de lotes e lotes abandonados. Os resultados obtidos revelaram que o Sul e o Sudeste foram as regiões que apresentaram o IF superior a 100, o que representa a superocupação dos assentamentos, ou seja, o número de famílias em ocupações

foi superior à quantidade de famílias assentadas. Dentre as cinco regiões, o Norte foi o que apresentou o menor IF em ambos os blocos (82 no primeiro e 84 no segundo), porém foi a única região a apresentar crescimento no IF, pois as demais apresentaram redução. Segundo esse estudo, o fator explicativo para esta diminuição no IF de grande parte foi a área útil não explorada.

Outro índice calculado no estudo a respeito da qualidade dos assentamentos rurais é o índice de qualidade de vida (QV), que aborda questões acerca das condições de moradia, além dos acessos à educação e à saúde das pessoas que residem nestes projetos. Diferentemente do IF, não há comparação entre o objetivo do governo e o que de fato ocorreu e sim apenas a condição do morador do assentamento. De maneira geral, o QV apresentado neste período foi baixo, com todas as regiões, exceto o Sul, a apresentarem índices abaixo de 70 entre 1985 e 1994. O QV do segundo bloco foi menor em todas as regiões, com o Sul apresentando o maior índice nos dois blocos, enquanto que o Norte apresentou o QV abaixo de 50 em ambos os períodos. Esses dados revelam grande diferença regional no que se refere ao acesso à saúde por parte dos assentados, além das condições de moradia.

Neste caso, apesar das melhorias apresentadas nos PAs, muitas moradias estavam sem acesso à energia elétrica, fator que, além de comprometer a qualidade de vida, para Maule *et al* (2003), reflete também nas formas alternativas de produção. Assim, pode-se dizer que, entre os fatores responsáveis pelo baixo QV apresentado nos PAs no Brasil nesse período, estão os acessos aos postos de saúde, à educação, à água de boa qualidade e ao tratamento de esgoto. Embora o estudo tenha abordado entre 1985 e 2001, alguns problemas ainda persistem nesses assentamentos, uma vez que a PQRA de 2010 apontou significativa quantidade de famílias insatisfeitas com o acesso aos postos de saúde.

O índice de ação operacional (AO), segundo Maule *et al* (2003), revela a eficiência do governo em cumprir os compromissos assumidos ao implantar os PAs. De acordo com os autores, existem três fatores principais que compõem esse índice: infraestrutura, liberação de créditos e titulação e consolidação dos projetos. O resultado obtido pelos autores foi considerado baixo no Brasil e, assim como o QV e o IF, apresentou redução no AO entre 1995 e 2001. O AO regional apresentou grandes divergências, sendo o Sul a região que apresentou o maior índice, enquanto o Norte registrou o menor AO, sendo responsável pelo baixo índice nacional. Assim, segundo Maule *et al* (2003), esses índices são referências acerca da tomada de decisão do órgão público, caso o governo opte por investimentos adicionais ou por consolidação do projeto.

### 3.4. A RENDA E A PRODUTIVIDADE NOS ASSENTAMENTOS

Para verificar se estes assentamentos evitaram o êxodo rural na transição do século XX para século XXI, deve-se analisar a renda obtida pelas famílias que se encontram alojadas nestes assentamentos. De acordo com Norder (2004), aumentou o número de instituições no fim dos anos 1990 que passou a discutir a respeito da geração de emprego e renda no campo. O estudo realizado por Guanziroli (1994), por meio do relatório da FAO de 1992, mostra que a distribuição da renda por família nestes assentamentos já era bastante diferenciada nas cinco regiões, conforme aponta a Tabela 23.

**Tabela 23** - Distribuição de Renda por Família em % por Salário Mínimo (SM) - 1992

Região	Até 1 SM	Entre 1 e 3 SM	Mais de 3 SM
Norte	4,15	41,32	47,11
Nordeste	23,85	50,63	25,52
Sudeste	4,35	39,13	56,52
Sul	5,33	18,67	76,00
C. Oeste	11,57	41,32	47,11
<b>BRASIL</b>	<b>14,69</b>	<b>40,03</b>	<b>45,28</b>

Fonte: Guanziroli (1994)

De acordo com Castro (1994), a renda gerada por família alojada em assentamentos na pesquisa realizada pela FAO neste ano representa um somatório das mais diversas fontes de ganho existentes. Assim, os itens de renda foram agrupados em cinco categorias:

✓ Renda Agrícola Líquida Monetária: de acordo com Castro (1994), trata-se da receita gerada por meio da venda de produtos agrícolas diminuída dos custos variáveis, em que ambos os valores (de venda e de gasto para a produção) são declarados na pesquisa pelos próprios produtores;

✓ Renda Animal Líquida Monetária: para Castro (1994), o critério seguido é o mesmo da Renda Agrícola Líquida Monetária, ou seja, renda gerada por meio da venda de animais e derivados subtraída dos custos variáveis;

✓ Renda de Autoconsumo: representa a renda que o produtor geraria caso vendesse ao invés de consumir aquilo que fora produzido;

✓ Renda de Outros Trabalhos: conforme sugere o nome, trata-se da renda obtida pelos membros da família mediante outros empregos, sejam temporários ou permanentes;

✓ Rendas de Outras Receitas: renda gerada por meio da venda de produtos não agrícolas.

Conforme apontado na Tabela 23, existem grandes diversidades regionais com relação à distribuição de renda. De acordo com Castro (1994), cada região teve diferentes fatores responsáveis pela maior geração de renda. No caso do Sul, o nível de especialização e o crédito tiveram maior peso na variação da renda, enquanto que a renda gerada no Centro-Oeste teve como fatores determinantes a venda de madeira e a mão-de-obra contratada. O Norte, por sua vez, além dos mesmos fatores apresentados pelo Centro-Oeste, a distância e a escolaridade foram os determinantes.

Neste caso, a distância, para Castro (1994), pode impactar tanto positivamente quanto negativamente na renda, pois uma distância maior reduz o valor da renda agrícola obtida em função das intermediações enquanto que, por outro lado, torna-se um incentivo aos agricultores a desenvolverem atividades que levam à produção de produtos de fácil transporte e que não esteja sujeito à perecibilidade. O autor ainda destaca o fato de a escolaridade possuir importante desempenho no Norte, pois existem níveis educacionais muito diferentes por parte das populações migrantes, casos dos nordestinos e dos sulistas, enquanto que essa heterogeneidade não é vista nas demais regiões.

O Nordeste, assim como no Centro-Oeste e no Norte, tem a venda de madeira e a mão-de-obra contratada como fatores explicativos para a geração de renda. Além disso, Castro (1994) aponta mais duas variáveis: capital inicial dos agricultores, que sugere a existência de concentração de renda, e a agricultura familiar nos assentamentos. Já as variáveis que tiveram maior impacto na geração de renda no Sudeste foram: agricultura familiar, assistência técnica e o nível de especialização.

Analisando a safra de 1990/91, Guanziroli (1994) aponta as principais atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias assentadas, conforme a Tabela 24. Segundo o autor, os dados apresentados são referentes a uma amostra composta por 800 famílias que participaram das entrevistas, justificando a baixa quantidade produzida em relação ao total produzido no país de acordo com o posterior Censo de 1995/96. Entretanto, por meio da Tabela 24, deve-se destacar a região Norte, que possuía importante participação relativa no cultivo de alguns produtos, em especial o arroz e o feijão, com produção acima da metade do total produzido no país, analisando apenas essa amostra.

Os produtos apresentados na Tabela 24 representam os principais produzidos nos assentamentos, embora sejam cultivados outros produtos nas lavouras em menores quantidades, mas, juntos, respondem por uma significativa quantidade produzida.

**Tabela 24 - Produção Agrícola por Assentamento (toneladas) – Safra de 1990/91**

Região	Milho	%	Feijão	%	Mandioca	%	Arroz	%	Banana (Cachos)	%
Norte	739,65	39,15	333,54	55,00	742,70	29,30	785,99	58,47	14.549,36	43,76
Nordeste	119,03	6,30	61,88	10,20	556,23	21,94	322,30	23,98	2.328,78	7,00
Sudeste	124,27	6,58	33,19	5,47	613,28	24,19	17,19	1,28	4.607,56	13,86
Sul	671,16	35,52	73,46	12,11	204,13	8,05	31,64	2,35	20,00	0,06
C. Oeste	235,31	12,45	104,33	17,20	418,66	16,52	187,05	13,92	11.742,06	35,32
<b>BRASIL</b>	<b>1.889,42</b>		<b>606,40</b>		<b>2.535,00</b>		<b>1.344,17</b>		<b>33.247,76</b>	

Fonte: Guanziroli (1994)

Conforme apontado por Romeiro (2004), a produção de alimentos para o abastecimento das zonas urbanas e a produção de matérias-primas agrícolas para as indústrias, ao longo dos anos, têm tido participação significativa dos pequenos produtores, embora muitos deles estejam em condições desfavoráveis como o acesso limitado ao crédito, terras em estado precário, entre outros problemas. Para tanto, a Tabela 25 mostra as principais lavouras nos estabelecimentos de forma geral conforme o total produzido no Brasil segundo o Censo de 1995/96.

**Tabela 25 - Produção Agrícola nas Principais Lavouras (mil toneladas) – 1995/96**

	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	C. Oeste	%	BRASIL
<b>Cana-de-Açúcar</b>	182,75	0,07	47.075,81	18,12	173.073,68	66,62	20.197,77	7,77	19.276,69	7,42	<b>259.806,70</b>
<b>Laranja*</b>	602,57	0,77	4.620,03	5,91	69.875,29	89,42	2.626,44	3,36	418,10	0,54	<b>78.142,44</b>
<b>Milho em Grão</b>	397,52	1,56	1.806,86	7,08	5.901,58	23,13	11.788,38	46,21	5.616,17	22,02	<b>25.510,50</b>
<b>Soja</b>	16,53	0,08	877,25	4,07	1.715,38	7,95	10.708,33	49,66	8.246,28	38,24	<b>21.563,77</b>
<b>Mandioca</b>	2.466,18	27,10	2.822,89	31,02	715,12	7,86	2.691,73	29,58	403,30	4,43	<b>9.099,21</b>
<b>Arroz</b>	603,85	7,50	947,11	11,77	259,24	3,22	5.284,94	65,67	952,76	11,84	<b>8.047,90</b>
<b>Maçã*</b>	0,01	0,00	0,00	0,00	23,22	0,67	3.426,02	99,33	0,00	0,00	<b>3.449,26</b>
<b>Café</b>	86,05	3,03	103,96	3,66	2.522,76	88,89	109,75	3,87	15,69	0,55	<b>2.838,20</b>
<b>Tomate</b>	9,24	0,57	365,04	22,36	856,35	52,46	196,42	12,03	205,38	12,58	<b>1.632,43</b>
<b>Feijão (1ª Safra)</b>	83,17	5,73	592,27	40,83	178,47	12,30	581,28	40,07	15,38	1,06	<b>1.450,57</b>
<b>Trigo</b>	0,01	0,00	0,38	0,03	29,94	2,09	1.352,38	94,37	50,40	3,52	<b>1.433,12</b>
<b>Batata Inglesa</b>	0,06	0,01	29,23	2,80	427,01	40,93	581,73	55,76	5,21	0,50	<b>1.043,24</b>
<b>Algodão herbáceo</b>	3,41	0,42	76,23	9,36	197,67	24,28	267,45	32,85	269,44	33,09	<b>814,19</b>
<b>Coco-da-Baía</b>	61,03	12,27	393,20	79,07	41,12	8,27	0,22	0,04	1,70	0,34	<b>497,28</b>
<b>Feijão (2ª Safra)</b>	1,84	0,40	148,87	32,02	141,47	30,42	127,39	27,40	45,43	9,77	<b>465,00</b>
<b>Banana**</b>	38,95	13,27	109,77	37,40	85,59	29,16	38,68	13,18	20,51	6,99	<b>293,49</b>
<b>Uva</b>	0,01	0,00	56,94	20,77	159,35	58,11	57,71	21,05	0,20	0,07	<b>274,21</b>
<b>Cacau</b>	19,73	8,15	215,50	89,01	6,37	2,63	0,03	0,01	0,47	0,19	<b>242,10</b>
<b>Pimenta-do-Reino</b>	12,55	75,06	0,65	3,90	3,49	20,88	0,02	0,10	0,01	0,07	<b>16,72</b>
<b>Algodão Arbóreo</b>	0,00	0,04	2,54	99,33	0,01	0,23	0,01	0,39	0,00	0,00	<b>2,56</b>

\* Em milhões de frutos.

\*\* Em milhões de cachos.

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96. Percentuais calculados pelo autor.



Analisando as produções das diferentes lavouras de forma regional, pode-se observar que cada região se destaca no cultivo de determinados produtos. No caso do Sudeste, o destaque vai para a produção de laranja e para o café, que respondiam por quase 90% do total produzido no país neste período. O Nordeste, por sua vez, é responsável por, praticamente, toda a produção de algodão arbóreo no país, embora seja o produto com menor quantidade produzida dentre estes mencionados na Tabela 25. Além disso, a região se destaca na produção de cacau, com quase 90% do total produzido. Já o Norte se destaca na produção de pimenta-do-reino, enquanto que o Sul é responsável pela produção de trigo e maçã (mais de 90% do total produzido). O Centro-Oeste, entretanto, apesar de possuir significativa participação na produção nacional de soja, algodão herbáceo e milho, não responde por uma produtividade acima da metade do total produzido no país, a exemplo do que ocorre nas demais regiões com determinados produtos.

Deve-se destacar também que grande parte destes estabelecimentos responsáveis pela maior produção de produtos agrícolas possui pouca área disponível, muitos com área abaixo de 10 hectares. Além do Censo Agropecuário, existe o estudo intitulado *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*, elaborado por meio de um convênio entre o Incra, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e a Universidade de Brasília (UnB). Embora já existissem dados acerca das famílias assentadas como o relatório elaborado pela FAO em 1992, esse Censo da Reforma Agrária surgiu apenas em 1996.

Entretanto, Bergamasco (1997) aponta que muitos projetos foram excluídos<sup>35</sup> desse censo por apresentar dados das famílias assentadas somente até o dia 31 de outubro de 1996, além de enquadrar somente aquelas sob proteção do Incra. Assim, o *I Censo da Reforma Agrária* registrou 161.556 famílias beneficiadas no Brasil e, segundo David, Waniez e Brustlein (1997), os dados apontaram uma renda média nacional da amostra superior a dois salários mínimos, com maior concentração de renda nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Com relação à produtividade agrícola, David, Waniez e Brustlein (1997) destacaram diversos produtos cultivados nos assentamentos, casos do milho, do feijão, do arroz, da cana-de-açúcar e do café e têm como destino principal os intermediários, atacadistas e varejistas. Quanto à produtividade animal, destacam-se as aves, enquanto que os bovinos são menos predominantes nos assentamentos. Segundo os autores, nos anos 1990, poucas famílias

---

<sup>35</sup> Bergamasco (1997) cita como exemplo o Estado de São Paulo, em que foram registrados assentamentos que estão sob coordenação do governo estadual apesar de terem sido implantados em áreas resgatadas pelo governo federal.

assentadas estavam inseridas no mercado, em função das dificuldades de escoamento da produção, além da falta de financiamento.

Analisando o Censo de 2006, Marques, Del Grossi e França (2012) aponta que os estabelecimentos dos produtores beneficiados pela reforma agrária apresentaram um valor total produzido (VTP<sup>36</sup>) de, aproximadamente, R\$ 9,4 bilhões, equivalente a cerca de 6% do VTP nacional, dados apresentados na Tabela 26.

**Tabela 26 - Valor Total Produzido (VTP) nos Estabelecimentos Beneficiados pela Reforma Agrária - 2006**

Região	Estab.	%	Área Total (Mil ha)	%	VTP (R\$ Milhões)	%
Norte	159.690	26,71	12.802	43,43	2.125,78	22,50
Nordeste	235.255	39,35	5.783	19,62	2.417,00	25,59
Sudeste	44.229	7,40	1.898	6,44	1.455,33	15,41
Sul	68.079	11,39	2.173	7,37	1.570,39	16,62
C. Oeste	90.673	15,16	6.818	23,13	1.878,15	19,88
<b>BRASIL</b>	<b>597.926</b>		<b>29.474</b>		<b>9.446,66</b>	

**OBS:** Os dados apontados abrangem apenas os estabelecimentos que declararam valor de produção.

**Fonte:** Marques, Del Grossi e França (2012). Percentuais calculados pelo autor.

A Tabela 26 mostra que as regiões que concentram a maior quantidade de estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária (Norte e Nordeste) são aquelas que apresentaram os maiores VTPs, enquanto que o Sul e o Sudeste apresentaram uma situação oposta, com menos estabelecimentos e, conseqüentemente, menores VTPs. Segundo Marques, Del Grossi e França (2012), embora a maior área ocupada desses estabelecimentos seja pelas pastagens, a maior parte do VTP é gerada pela produção vegetal, cerca de R\$ 6,5 bilhões do total. Os autores ainda destacam a falta de equilíbrio das regiões, com exceção do Norte, quanto à origem da renda gerada pelos estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária, com grande parte apresentando maior renda por meio da produção vegetal. No caso do Nordeste, por exemplo, foi apontado que 85% da renda gerada tem origem da produção vegetal, enquanto que no Centro-Oeste, o percentual apresentado era de 60% em 2006.

Apesar dos problemas existentes da reforma agrária que impedem as famílias assentadas de gerar renda e, assim, superar a pobreza, pode-se dizer que existem muitos casos bem sucedidos dessa reforma. Conforme apontado por Marques, Del Grossi e França (2012), as produções de arroz e de feijão nos estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária

<sup>36</sup> Para Marques, Del Grossi e França (2012, p. 71), “o VTP inclui a produção, comercializada ou não, de animais, [...] venda de húmus, de esterco e de pescado, lavouras (permanentes e temporárias), horticultura, floricultura, silvicultura, extração vegetal e o valor agregado da agroindústria”.

representaram, em 2006, uma participação bastante significativa em relação ao total produzido no país.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, esses estabelecimentos foram responsáveis pela produção de 857,5 mil toneladas de arroz e 302,1 mil toneladas de feijão, equivalente a cerca de 9% do total produzido no Brasil tanto do arroz quanto do feijão, se considerar suas mais diferentes espécies. Além disso, deve-se destacar que houve concentração regional com relação ao cultivo de determinados produtos, com o destaque para o Nordeste, que, entre os estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária, é responsável pela maior produção de arroz e de feijão-fradinho (40% e 80% do total nacional, respectivamente).

Para resolver essa questão da concentração de renda, o professor Miguel Carter, da American University (EUA), em entrevista à revista *Carta Capital* no dia 5 de abril de 2010 pelo repórter Martins, R. (2010), aponta a reforma agrária como fundamental para reduzir estas desigualdades. Em sua visão, a reforma pode contribuir para redistribuir a riqueza, evitar o êxodo rural e estimular o desenvolvimento local.

Porém, pode-se observar a existência de famílias beneficiadas pela reforma agrária com dificuldades em gerar renda. Embora a PQRA de 2010 tenha apontado melhoria na renda gerada das famílias assentadas, além do elevado índice de aprovação da qualidade da terra (81,87%), existem muitas ainda insatisfeitas com o assentamento onde estão alocadas. Além dos descontentamentos já mencionados acerca do acesso aos postos de saúde e das más condições das estradas, existem também a má qualidade da terra e do tamanho das propriedades.

No caso da terra, existem assentamentos realizados em locais em que o solo já estava esgotado em função da utilização em excesso, enquanto que a propriedade dos assentados é considerada pequena, com a maioria possuindo menos de 10 hectares de área. A Tabela 27 mostra a evolução da estrutura fundiária entre 1992 e 2010, de acordo com as classes de área dos imóveis. Por meio dos dados apresentados, pode-se observar o grande crescimento na quantidade de imóveis neste período e com predomínio do estrato de área entre dez e menos de cem hectares, seguido pelos imóveis abaixo de dez hectares de área.

**Tabela 27** - Estrutura Fundiária por Classe de Área – Brasil (imóveis em mil unidades e área total – AT – em milhões de ha)

Estrato de Área	1992		1998		2003		2010									
	Im.	%	AT	%	Im.	%	AT	%	Im.	%	AT	%	Im.	%	AT	%
Menos de 10 ha	908	31,0	4,4	1,4	1.144	31,9	5,4	1,3	1.410	32,9	6,6	1,6	1.745	33,7	8,2	1,4
De 10 ha a menos de 100 ha	1.601	54,8	52,0	16,8	1.916	53,4	63,2	15,2	2.289	53,4	75,8	18,1	2.709	52,3	90,0	15,7
De 100 ha a menos de 1.000 ha	374	12,8	101,0	32,6	469	13,1	127,1	30,6	523	12,2	140,4	33,5	649	12,5	175,5	30,7
1.000 ha e mais	41	1,4	152,6	49,2	58	1,6	219,8	52,9	68	1,6	195,7	46,8	79	1,5	298,1	52,1
<b>TOTAL</b>	<b>2.924</b>		<b>310,0</b>		<b>3.587</b>		<b>415,5</b>		<b>4.291</b>		<b>418,5</b>		<b>5.182</b>		<b>571,7</b>	

Fonte: DATALUTA (2012).

### 3.5. A POPULAÇÃO EMPREGADA NOS ASSENTAMENTOS E OS IMPACTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Conforme já mencionado, é importante conhecer as diferentes origens da população que compõe o assentamento. Para Leite (2000), esta necessidade se deve à dinâmica da relação política com estes assentados, pois é neste aspecto que haverá a diferenciação. De acordo com David (2000), o Nordeste (tanto rural quanto urbano) já apontava maior índice de pobreza durante os anos 1980 e 1990, enquanto o Sul e o Estado de São Paulo registraram os menores índices neste mesmo período. É diante deste contexto que existe maior concentração de estabelecimentos e de pessoas ocupadas no Nordeste, que persiste ainda no século XXI. Do total de 16,4 milhões de pessoas empregadas no campo em 2006, Marques, Del Grossi e França (2012) apontaram no estudo quase 1,9 milhão de pessoas empregadas nos estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária. A distribuição nas regiões é apresentada na Tabela 28, com maiores concentrações no Norte e no Nordeste.

**Tabela 28** - Pessoas Ocupadas em Estabelecimentos Beneficiados pela Reforma Agrária – 2006

Região	Estab.	%	Área Total (Mil ha)	%	Pessoas Ocupadas (Mil)	%
Norte	159.690	26,71	12.802	43,43	520,02	27,64
Nordeste	235.255	39,35	5.783	19,62	777,87	41,34
Sudeste	44.229	7,40	1.898	6,44	135,71	7,21
Sul	68.079	11,39	2.173	7,37	202,33	10,75
C. Oeste	90.673	15,16	6.818	23,13	245,82	13,06
<b>BRASIL</b>	<b>597.926</b>		<b>29.474</b>		<b>1.881,74</b>	

Fonte: Marques, Del Grossi e França (2012). Percentuais calculados pelo autor.

Para superar o problema da pobreza, portanto, é necessária a reforma agrária e isto é feito por meio da geração de emprego para a população assentada. Segundo Leite (2000) e

Ranieri (2003), esta reforma causou impactos nos aspectos econômico, social e político do país. Leite (2000) define estes impactos ocorridos como as mudanças ocorridas nos arredores dos PAs.

### 3.5.1. Impactos Econômicos

Entre os diversos impactos econômicos causados pela reforma agrária, Ranieri (2003) menciona a geração direta e indireta de empregos com custo inferior se comparado ao custo para criar um emprego no setor industrial. Além disso, existe também o potencial aumento no consumo de insumos e maquinarias, possibilitando também o consumo de bens duráveis como a geladeira e o fogão em função da maior renda gerada.

Outro impacto econômico trazido pela reforma agrária é o aumento na oferta de alimentos e de matérias-primas, beneficiando a população como um todo, em especial aquelas mais pobres, pois grande parcela da renda gerada tem como destino a alimentação. Analisando uma amostra de PAs implantadas em distintas regiões, Leite *et al* (2007) verificaram as seguintes alterações: redistribuição fundiária, maior diversidade na produção, acesso às políticas públicas, melhores condições de vida, além da criação de emprego. Segundo os autores, os PAs também geraram oportunidades de emprego para as áreas não agrícolas como a construção de casas, escolas, estradas e a contratação de professores.

### 3.5.2. Impactos Sociais

Quanto aos impactos sociais causados pelas instalações de assentamentos, Leite (2000) destaca as alterações demográficas, em que um aumento na população do município ocasiona a geração de emprego e eleva o consumo dessas pessoas. Ranieri (2003) acrescenta a redução tanto do êxodo rural quanto dos problemas urbanos.

Segundo Ranieri (2003), além de incentivar a permanência da população no campo, a geração de emprego dinamiza a atividade econômica por meio da interação com as cidades próximas dos assentamentos. Para a autora, a população rural migrante causa impactos negativos para a área urbana, pois a cidade perde qualidade de vida ao oferecer toda a infraestrutura necessária a este público, tais como energia elétrica, esgoto, redes de telefonia, moradia, entre outros. Esta teoria é corroborada por Romeiro (2004) ao destacar a necessidade

da reforma agrária para reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado urbano-industrial por meio da geração de empregos no campo.

### 3.5.3. Impactos Políticos

A área política também sofre impactos quando são implantados os assentamentos. Para Leite (2000), a constituição de um assentamento altera as relações de poder, uma vez que passam a existir novos agentes. Neste caso, quando surgem conflitos envolvendo ocupação de terras ou resistência, torna-se necessária a intervenção do Estado para a desapropriação e, conseqüentemente, a redistribuição de terras. A desconcentração fundiária é um fenômeno observado por Mazzini (2009), que realizou um estudo de caso analisando os impactos causados pelos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP). Segundo a autora, essa desconcentração foi baixa, ocorrendo aumento na quantidade de pequenos imóveis rurais nos 14 municípios desta região. A implantação de assentamentos, para Mazzini (2009), promove o desenvolvimento regional porque reduz a concentração de terras.

### 3.6. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NOS ANOS 1990 E 2000

Conforme apontado anteriormente, a concentração de terras é uma constante no Brasil ainda no século XXI, apesar da elaboração dos programas de reforma agrária ocorrida ao longo dos anos. Os dados apresentados pelo Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA), publicado em 2012, mostram o crescimento na quantidade de imóveis para os anos de 1992, 1998, 2003 e 2010 e estão na Tabela 29, separados por região.

**Tabela 29 - Estrutura Fundiária por Região (quantidade de imóveis em mil unidades)**

Região	1992		1998		2003		2010	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Norte	131,17	4,49	225,52	6,29	345,34	8,05	409,07	7,89
Nordeste	780,80	26,70	1.007,82	28,10	1.207,06	28,13	1.441,79	27,82
Sudeste	766,27	26,20	945,96	26,38	1.158,04	26,99	1.410,50	27,22
Sul	1.039,23	35,54	1.131,32	31,54	1.244,99	29,02	1.502,43	29,00
C. Oeste	206,72	7,07	275,91	7,69	335,10	7,81	417,86	8,06
<b>BRASIL</b>	<b>2.924,20</b>		<b>3.586,53</b>		<b>4.290,53</b>		<b>5.181,65</b>	

Fonte: DATALUTA (2012).

Conforme apontado na Tabela 29, a quantidade de imóveis rurais apresentou constante crescimento entre 1992 e 2010. Nesse período, todas as regiões ganharam imóveis, com maior concentração nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste, registrando quantidades semelhantes em 2010.

Pode-se observar o constante crescimento na quantidade de imóveis rurais em todas as regiões ao longo deste período analisado, com maiores concentrações nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Ainda analisando a estrutura fundiária nesse mesmo período, porém, com os dados referentes à área (Tabela 30), destacam-se o Norte e o Centro-Oeste, regiões de maior área cadastrada.

**Tabela 30 - Estrutura Fundiária por Região (área em mil ha)**

Região	1992		1998		2003		2010	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Norte	59.684,75	19,25	93.013,66	22,38	90.156,77	21,54	171.600,90	30,01
Nordeste	60.487,58	19,51	79.723,55	19,19	84.632,10	20,22	110.137,30	19,26
Sudeste	55.291,99	17,83	66.361,01	15,97	68.856,37	16,45	80.331,54	14,05
Sul	39.804,90	12,84	43.718,38	10,52	41.719,43	9,97	51.655,35	9,03
C. Oeste	94.761,94	30,57	132.732,29	31,94	133.118,67	31,81	158.015,83	27,64
<b>BRASIL</b>	<b>310.031,15</b>		<b>415.548,89</b>		<b>418.483,33</b>		<b>571.740,92</b>	

Fonte: DATALUTA (2012).

Analisando este processo de territorialização dos imóveis rurais entre 1992 e 2003, Fernandes (2005) destaca aqueles estabelecimentos abaixo de 100 hectares de área, que contaram com as políticas de assentamento, sendo a ocupação de terras o fator determinante. Com relação ao tamanho das propriedades cadastradas pelo Incra nos anos de 2003 e 2010 por região, Teixeira, G. (2011) observa que, conforme já apontado na Tabela 29 e na Tabela 30, houve aumento tanto na área cadastrada quanto na quantidade de imóveis rurais em todas as regiões.

Com relação ao Nordeste, o autor aponta maior aumento quanto aos imóveis de média e de grande propriedade e menor variação no aumento nos chamados minifúndios e de pequena propriedade. A Tabela 31 e a Tabela 32 mostram estas distribuições a respeito do tamanho das propriedades nas regiões brasileiras para os anos de 2003 e 2010, respectivamente. Pode-se observar que os minifúndios compõem grande parte dos imóveis rurais, com exceção do Centro-Oeste, que possui relativo equilíbrio entre o minifúndio e a pequena propriedade.

**Tabela 31 - Imóveis Rurais – Brasil - 2003 (mil unidades)**

Categoria	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C. Oeste		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Minifúndio	194,85	56,48	925,58	76,69	690,94	59,69	794,49	63,84	130,20	38,90	<b>2.736,05</b>	<b>63,80</b>
Peq. Prop.	109,57	31,76	210,74	17,46	340,75	29,44	377,05	30,30	104,82	31,32	<b>1.142,94</b>	<b>26,65</b>
Média Prop.	25,07	7,27	53,95	4,47	99,59	8,60	55,53	4,46	63,08	18,84	<b>297,22</b>	<b>6,93</b>
Grande Prop.	15,50	4,49	16,66	1,38	26,20	2,26	17,49	1,40	36,63	10,94	<b>112,46</b>	<b>2,62</b>
<b>Total</b>	<b>344,99</b>		<b>1.206,94</b>		<b>1.157,48</b>		<b>1.244,55</b>		<b>334,72</b>		<b>4.288,67</b>	

Fonte: Teixeira, G. (2011). Percentuais calculados pelo autor.

Porém, ao comparar os dados apresentados na Tabela 31, pode-se observar esse crescimento na quantidade de imóveis rurais em todas as regiões, independentemente do tamanho da propriedade. Entretanto, apesar deste aumento, pode-se observar que a proporção permaneceu inalterada, com maior participação dos minifúndios, enquanto que as grandes propriedades possuem a menor participação, sendo mais significativa no Centro-Oeste, com aproximadamente 10%.

**Tabela 32 - Imóveis Rurais – Brasil - 2010 (mil unidades)**

Categoria	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C. Oeste		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Minifúndio	228,56	55,95	1.095,65	76,07	861,48	61,30	962,49	64,29	169,89	40,83	<b>3.318,08</b>	<b>77,37</b>
Peq. Prop.	126,76	31,03	251,74	17,48	393,51	28,00	437,64	29,23	128,65	30,92	<b>1.338,30</b>	<b>31,21</b>
Média Prop.	32,94	8,06	73,01	5,07	121,95	8,68	75,03	5,01	77,65	18,66	<b>380,58</b>	<b>8,87</b>
Grande Prop.	20,23	4,95	20,00	1,39	28,42	2,02	22,01	1,47	39,86	9,58	<b>130,52</b>	<b>3,04</b>
<b>Total</b>	<b>408,48</b>		<b>1.440,40</b>		<b>1.405,37</b>		<b>1.497,17</b>		<b>416,06</b>		<b>5.167,48</b>	

Fonte: Teixeira, G. (2011). Percentuais calculados pelo autor.

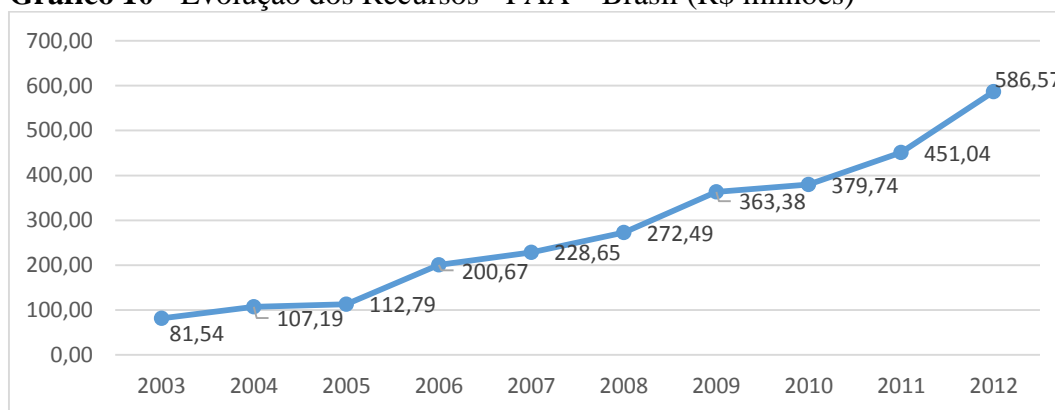
Segundo o estudo realizado por Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), o Nordeste concentra grande parte dos agricultores familiares vivendo em extrema pobreza, o que possivelmente justifica a maior concentração de minifúndios. Apesar das condições adversas, tais como a falta de tecnologia, de recursos e de terras, esses produtores são responsáveis por grande parcela na produção de arroz, feijão, mandioca e milho e, de acordo com os autores, são responsáveis pela segurança alimentar do país.

Para tanto, desde 2003 existe o PAA, que tem como finalidade reduzir o problema da insegurança alimentar de muitas pessoas. A intenção é incentivar a maior produtividade dos agricultores familiares e, assim, distribuir produtos agropecuários e formar estoques estratégicos. O PAA é gerido por diversos ministérios, entre eles: MDS, MDA, Ministério do Planejamento, entre outros, além da Companhia de Abastecimento (Conab). O MDS e o MDA representam o orçamento do PAA, pois enquanto o MDS compra alimentos para a doação, o MDA compra alimentos para a venda. A quantidade de recursos aplicados para esse



programa vem apresentando constante crescimento neste período de uma década, passando de, aproximadamente, R\$ 81 milhões em 2003 para mais de R\$ 585 milhões em 2012, conforme aponta o Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Evolução dos Recursos - PAA – Brasil (R\$ milhões)**

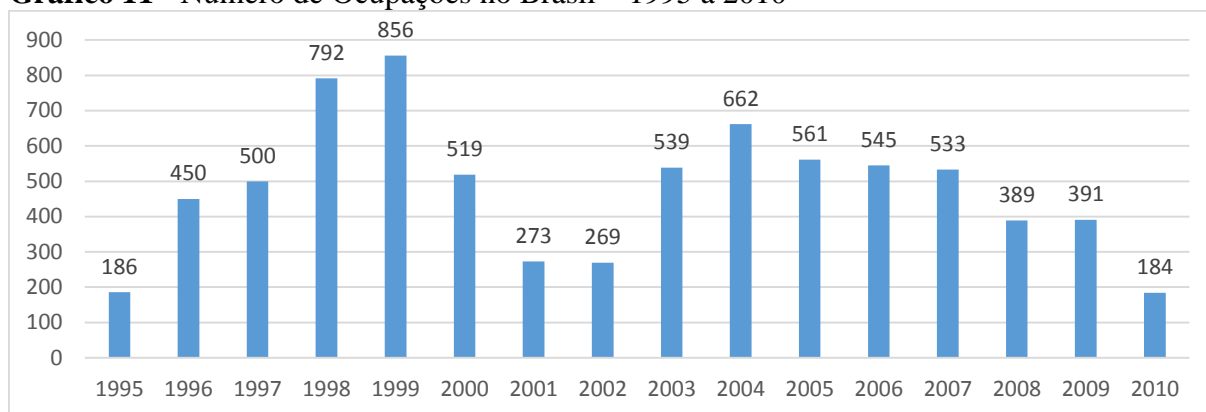


**Fonte:** Conab

### 3.7. A OCUPAÇÃO DAS TERRAS NOS ANOS 1990 E 2000

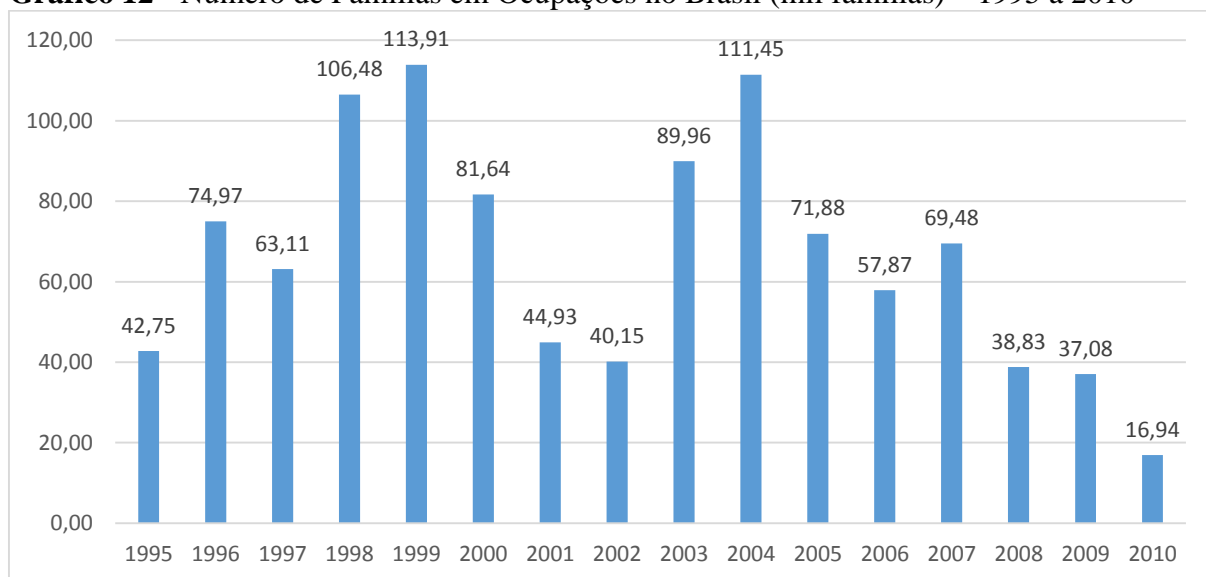
A evolução na quantidade de ocupações e das famílias é mostrada no Gráfico 11 e no Gráfico 12, no período entre 1995 e 2010, períodos que abordam os mandatos FHC (de 1995 a 2002) e Lula (de 2003 a 2010). Por meio do Gráfico 11, pode-se observar que, no primeiro mandato FHC (de 1995 a 1998), houve grande aumento na quantidade de ocupações no Brasil. Porém, a partir de seu segundo mandato (de 1999 a 2002), apesar do aumento entre 1998 e 1999, houve sucessivos declínios até o término de seu mandato.

Segundo Fernandes (2005), este primeiro mandato foi o período com o maior número de famílias assentadas na história do Brasil e a grande redução ocorrida entre 1999 e 2002 se deve à Medida Provisória 2.109-52 de 2001, que criminalizava aqueles que ocupassem as terras e privilegiassem os latifundiários. Outro motivo que justifica a diminuição tanto para o número de ocupações quanto para a quantidade de famílias alocadas nestas ocupações, para Sobreiro Filho (2011), foi o processo eleitoral, cujos movimentos camponeses favoreceram a eleição de Lula. O crescimento é retomado a partir de seu primeiro mandato (de 2003 a 2006), aumento que aconteceria até 2004.

**Gráfico 11 - Número de Ocupações no Brasil – 1995 a 2010**

Fonte: DATALUTA (2012)

Para Sobreiro Filho (2011), o diferencial de seu governo foi a proximidade com estes movimentos camponeses. Comparando os números apresentados nos governos Lula e FHC, verificou-se que a quantidade de ocupações durante o governo Lula foi inferior ao apresentado em 1998 e 1999, porém houve regularidade entre 2003 e 2007, o que não ocorria durante os governos de FHC.

**Gráfico 12 - Número de Famílias em Ocupações no Brasil (mil famílias) – 1995 a 2010**

Fonte: DATALUTA (2012).

Solange Engelmann e Gil (2012) atribuem as reduções apresentadas nos últimos anos analisados à não adoção de uma política de criminalização do Estado, optando pelo diálogo. Para os autores, este fator justifica a menor intensidade das mobilizações dos movimentos sociais quando comparados aos governos FHC. Esta menor quantidade de famílias em ocupações e das ocupações, segundo Oliveira, A. (2009) e Sobreiro Filho (2011), mostra que

o governo Lula não priorizou a reforma agrária e isto é justificado por meio do Gráfico 11 e do Gráfico 12, que mostra sucessivos declínios quanto ao número de ocupações e de famílias alocadas nessas ocupações. Assim, houve redução na quantidade de pessoas nessas ocupações e, por outro lado, a economia encontrava-se mais aquecida.

Entretanto, de acordo com Sobreira Filho (2011), apesar da redução, o governo Lula alterou a dinâmica a respeito da luta pela terra e das suas conseqüentes ocupações com o surgimento de novos elementos, entre eles: programa Bolsa Família, maior tempo para a conquista da terra em função da menor quantidade de assentamentos criados e redução no número de acampados. Segundo Sobreira Filho (2011), existe uma parcela de acampados que vive atualmente nas cidades, comparecendo nos acampamentos somente nos finais de semana, o que explica a menor quantidade de acampados.

### 3.8. A SITUAÇÃO DOS ASSENTADOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR

Embora exista um considerável número de famílias assentadas que sofre com a falta de recursos básicos, além dos indícios de superocupação em algumas regiões do país, Meliczek (2005) mostra que grande parte dos beneficiados pelos programas de reforma agrária encontra-se em condições melhores do que anteriormente. Segundo o autor, o acesso à terra foi o fator determinante para que muitos produtores superassem a linha da pobreza e, de acordo com os assentados, a obtenção da terra é mais importante que o acesso a outros serviços como a saúde, a educação e até mesmo o crédito.

A reforma agrária, além de viabilizar a geração de emprego e de renda, tem como objetivo garantir a segurança alimentar<sup>37</sup> das pessoas assentadas nestes estabelecimentos. Porém, conforme apontado anteriormente, apesar da maior produção de alimentos ao longo dos anos, ainda existem muitas famílias que enfrentam o problema da fome. Desta forma, pode-se observar que esta questão da segurança alimentar é um problema referente ao acesso aos alimentos e não pela falta destes produtos. Para Dombek (2006), a insegurança alimentar compromete a qualidade de vida não apenas do produtor, mas também das gerações futuras, além de reduzir a capacidade e o potencial de trabalho das pessoas. Para superar esse problema, é importante a produção para autoconsumo, uma vez que a baixa renda inviabiliza o acesso aos alimentos.

---

<sup>37</sup> Segundo Dombek (2006, p. 08), esse termo passou a ser utilizado após a Primeira Guerra Mundial, “[...] quando se verificou a possibilidade de um país dominar o outro controlando o fornecimento de alimentos”.

Conforme apontado por Dombek (2006), os assentamentos beneficiaram a segurança alimentar, pois viabiliza o acesso aos alimentos por meio da geração de emprego e renda e possibilita os agricultores a produzirem seus próprios alimentos para consumo. Para garantir essa segurança para as famílias assentadas, o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates), do Incra, vem aumentando o número de atendimentos ao longo dos anos. Segundo o Incra (2010a), o Ates beneficiou cerca de 95 mil famílias em 2003 e apresentou um significativo crescimento, atendendo quase 300 mil famílias em 2010.

Os dados apresentados pelo IBGE acerca da produção de alimentos nos anos 1990 (Tabela 25) mostraram as produções agrícolas nas principais lavouras. A Tabela 33 apresenta a variação na produção de alguns dos produtos mencionados anteriormente, com destaque para a produção de algodão herbáceo e para a soja, que apresentaram grande aumento em uma década. Por outro lado, houve redução na produção de laranja e cacau nesse mesmo período, ocorrendo de maneira significativa.

**Tabela 33** - Variação na Produção Agrícola nas Principais Lavouras (mil toneladas) – Brasil – 1995/96 e 2006

	1995/96	2006	Varição (%)
<b>Algodão Herbáceo</b>	814,19	2.350,13	<b>188,65</b>
<b>Soja</b>	21.563,77	40.712,68	<b>88,80</b>
<b>Mandioca</b>	9.099,21	16.093,94	<b>76,87</b>
<b>Milho em Grão</b>	25.510,50	42.281,80	<b>65,74</b>
<b>Trigo</b>	1.433,12	2.257,60	<b>57,53</b>
<b>Feijão em Grão*</b>	2.063,72	3.108,98	<b>50,65</b>
<b>Cana-de-Açúcar</b>	259.806,70	384.165,16	<b>47,87</b>
<b>Uva</b>	653,28	828,89	<b>26,88</b>
<b>Café em Grão</b>	1.873,19	2.360,76	<b>26,03</b>
<b>Arroz</b>	8.047,90	9.447,26	<b>17,39</b>
<b>Cacau</b>	242,10	199,17	<b>-17,73</b>
<b>Laranja**</b>	15.628,49	11.690,72	<b>-25,20</b>

\* Na Tabela 25 foram considerados apenas os feijões de 1ª e 2ª safra, enquanto que, na Tabela 33 são consideradas todas as safras, o que justifica a diferença no valor apresentado no Censo de 1995/96.

\*\* Com a mudança na metodologia do IBGE, a produção da laranja passa de milhões de frutos (1995/96) para mil toneladas (2006).

**Fonte:** Censo Agropecuário de 2006.

Embora tenha aumentado de forma geral a produção de diversos alimentos neste período, a distribuição do cultivo desses produtos é bastante desigual no país. Além disso, conforme já mencionado no capítulo anterior, existe uma participação bastante significativa dos agricultores familiares na produção desses alimentos, o que garante o emprego, a geração

de renda e a segurança alimentar destas famílias. De acordo com o relatório da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan<sup>38</sup>) de 2011, houve grandes progressos com relação à alimentação em domicílios particulares entre 2004 e 2009, porém, é na área rural onde a população vivencia esta insegurança de maneira mais intensa.

Este fato comprova que o problema é referente à aquisição de alimentos e não à falta deles. Das muitas famílias atendidas pelos programas de reforma agrária ao longo dos anos, grande parcela apresentou melhorias na qualidade de vida em relação ao período anterior ao assentamento. Todavia, existem famílias que, embora beneficiadas pelos programas, ainda sofrem com a insegurança alimentar, a dificuldade de acesso aos postos de saúde e a má qualidade da terra, inviabilizando a produção de alimentos. Assim, entre os diversos desafios a serem superados pelas políticas públicas estão o aumento na quantidade de famílias beneficiadas pelos PAs e a melhoria na qualidade dos assentamentos já existentes.

Desta forma, é proporcionando terras produtivas para as famílias que reduzirá ainda mais o fluxo migratório para as cidades, que, apesar de ter reduzido a partir dos anos 2000, ainda é expressivo no país. Deve-se também promover o treinamento aos trabalhadores rurais para melhor qualificação no mercado de trabalho, uma vez que a tecnologia é utilizada no campo com uma frequência cada vez maior. Assim, além de promover o desenvolvimento local, reduz os problemas das áreas urbanas, que perde qualidade de vida absorvendo a população migrante, sendo na maioria das vezes pessoas desprovidas de qualificação para atuar no mercado de trabalho urbano-industrial, deixando de ser um desempregado rural e passando a ser um desempregado urbano.

Apesar de muitas famílias beneficiadas pelas políticas públicas terem garantido a segurança alimentar, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nacional (Plansan) da Caisan possui diversos objetivos, entre eles: consolidar e expandir as conquistas obtidas com relação às condições sociais da população, garantir a produção e o abastecimento alimentar, fortalecer a agricultura familiar e o acesso à terra e à água. Para promover o desenvolvimento do país, o Nordeste merece maior atenção por concentrar grande parte dos agricultores familiares e por possuir essa atividade como principal fonte de renda. Com tais melhorias, tende a reduzir o êxodo rural no Brasil, pois essa é a região de origem de grande parte da população migrante.

Por meio dos dados apresentados acerca da contribuição dos estabelecimentos beneficiados pelos programas de reforma agrária na produção de alimentos e na quantidade de

---

<sup>38</sup> A Caisan surgiu em 2007 por meio do decreto nº 6.273 e uma de suas funções é a monitoração e a avaliação do destino e aplicação dos recursos para os programas de segurança alimentar.

peessoas empregadas nesses estabelecimentos, pode-se dizer que esses programas evitaram que uma quantidade maior de pessoas residentes no campo migrassem para as cidades. Entretanto, apesar da melhoria na qualidade de vida de muitas famílias, existem outras que, embora beneficiadas pela reforma agrária, possuem dificuldades de gerar renda em função da má qualidade da terra. Assim, sugere-se melhoria na qualidade dos assentamentos realizados no passado, além da continuidade na implantação desses projetos.

## CONCLUSÕES

À luz do referencial teórico revisado e dos dados apresentados, foi possível confirmar as hipóteses propostas para o desenvolvimento deste estudo, ou seja, que a redução da mão-de-obra empregada no campo na transição do final do século XX para início do século XXI ocorreu devido às melhores oportunidades oferecidas pelas cidades e à introdução de novas tecnologias na área rural. Além disso, o trabalho comprovou que a perda da população rural para as cidades neste período foi menor devido aos programas de reforma agrária realizados pelo governo, beneficiando muitos habitantes do campo. Entre os benefícios obtidos estão a produção de alimentos para o autoconsumo e a geração de emprego e de renda na área rural, incentivando a permanência dos indivíduos no campo.

Dentre as vantagens oferecidas pela área urbana estão os maiores salários, os menores esforços exigidos pelo trabalhador, a proteção contra o desemprego e as facilidades de acesso às escolas e aos postos de saúde. Essa combinação de fatores favorece a saída para as cidades, fenômeno que ocorreu com maior intensidade entre os anos 1960 e 1980. Com a forte redução do estoque de pessoas no campo nesse período e com a implantação de projetos de assentamento principalmente a partir de meados dos anos 1980, houve drástica redução na quantidade de pessoas que migram para as cidades.

Apesar da menor perda da população rural no século XXI, o fluxo ainda é expressivo no país. Com exceção do Centro-Oeste, que aumentou o número de pessoas residindo no campo no início dos anos 2000, todas as regiões perderam moradores do campo para as cidades. O estudo também mostrou que o Nordeste é a região de origem de grande parte da população que migra para as demais regiões. O destino é, na maioria das vezes o Sudeste, porém o Sul e o Centro-Oeste também são regiões atrativas para os nordestinos, embora sejam por diferentes razões. Enquanto o eixo Sul-Sudeste é atrativo por causa da expansão da industrialização, o Centro-Oeste se destaca pela expansão da agricultura, o que justifica o aumento da população rural.

Outro fator responsável pela redução da população rural foi o processo de inovação e de padronização tecnológica no campo. No Brasil, a modernização da agricultura ocorreu de forma tardia e “dolorosa”: tardia porque o campo passou a receber maiores investimentos do governo somente a partir dos anos 1960; e “dolorosa”, por causar impactos negativos nos aspectos social, ambiental e fundiário. Em primeira instância, a tecnologia aumenta o desemprego em função da substituição do trabalho manual pelo mecânico e, a partir de então,

são excluídos do campo os produtores que não acompanham o processo de inovação e de padronização tecnológica.

Entretanto, deve-se reconhecer que, apesar de dispensar parte da população da área rural, a tecnologia trouxe diversas contribuições para o desenvolvimento do campo como a maior produtividade, a conservação do solo e a redução dos esforços do trabalhador. Assim, pode-se dizer que o processo de inovação tecnológica atuou, simultaneamente, a favor e contra os produtores. Neste caso, os maiores afetados pela exclusão foram os agricultores familiares por representar quase 75% do total da mão-de-obra ocupada no campo.

Responsáveis pela produção de diversos alimentos no país, os agricultores familiares, em geral, possuem pouca área disponível e existem muitos estabelecimentos instalados, com maior concentração no Nordeste. Esse universo da agricultura familiar é bastante heterogêneo, pois a situação desses produtores é muito variável em diversos aspectos, seja no método de produção utilizado, seja no acesso à tecnologia. De acordo com os dados apresentados ao longo deste estudo, o Norte e o Nordeste são as regiões que utilizam os meios mais tradicionais de produção. Além disso, são estas as regiões consideradas mais pobres, pois grande parte destes estabelecimentos não possuía, nos anos 1990, energia elétrica nem acesso aos serviços de assistência técnica. Entretanto, a situação melhorou em uma década em todas as regiões, com destaque para o Nordeste.

Outro problema enfrentado pelos agricultores familiares é o acesso ao crédito. Até meados dos anos 1990, era baixo o volume de crédito disponível para esses produtores e, diante da pressão deste povo, surgiu o Pronaf. Um dos objetivos do programa é o fornecimento de crédito rural a taxas de juros preferenciais aos agricultores familiares para o investimento em modernidades, elevando, assim, a produtividade e a renda do estabelecimento. Contudo, devido aos mais variados níveis de renda destes produtores, esse fornecimento deve ocorrer sob as mais diversas condições, ocasionando o surgimento de várias modalidades do Pronaf.

Na fase inicial do programa, era baixa a quantia efetivamente aplicada e grande parte dos contratos estabelecidos e dos recursos era destinada à região Sul. Entretanto, o Pronaf apresentou melhorias em todos os aspectos ao longo dos anos, aumentando a participação relativa das demais regiões, comprovando a expansão do programa em território nacional. Para tanto, o fornecimento de crédito foi destinado aos mais diversos grupos de agricultores familiares conforme as suas condições financeiras. Conforme apontado no segundo capítulo, o grupo B, os produtores que possuem menor renda, é predominante no Brasil e está concentrado no Nordeste, enquanto que os outros grupos detentores de maiores rendimentos



(C, D e E) representam a maioria no Sul do país, região que recebe a maior quantia de crédito disponibilizado pelo programa.

Contudo, apesar do grande aumento no volume de crédito disponível aos agricultores familiares, o crescimento não foi tão elevado quando comparado à evolução do crédito rural como um todo, incluindo o grupo de produtores patronais. Por outro lado, houve maior participação dos “pronafricanos” pertencentes ao grupo B, embora ainda possua baixa proporção em relação à aquisição de crédito por parte dos demais grupos de produtores. Assim, pode-se dizer que essa assistência em forma de crédito ainda representa o principal instrumento de política agrícola no século XXI e entre os desafios a serem superados pelo programa estão a melhor distribuição deste tipo de financiamento e maior atenção aos agricultores de menor renda.

Tanto o crédito concedido quanto a tecnologia influenciam o desempenho dos estabelecimentos agropecuários, pois elevam a produtividade e determinam o nível de rentabilidade das atividades desenvolvidas. E para que a tecnologia seja adotada pelo agricultor, existem diversas condicionantes, entre elas o investimento em capital humano, o acesso à informação, a análise do risco e a qualidade do solo. Entre as variáveis apresentadas, o capital humano merece maior atenção, pois existem muitos agricultores com baixo nível de escolaridade, sugerindo maior atenção das políticas públicas na área educacional da população rural.

O investimento em capital humano traz diversos benefícios como a capacitação para lidar com as tecnologias em constante progresso e a menor probabilidade de inadimplência ao adquirir o crédito rural. Além disso, a qualificação da mão-de-obra aumenta a flexibilidade dos empregados no mercado de trabalho, pois permite a atuação do trabalhador em outros setores da economia, não sendo necessariamente agrícola.

Visando melhorar a condição de vida dos agricultores e apoiar a modernização do setor agrícola, os serviços de ATER iniciaram as atividades no país no final dos anos 1940. Entre as funções destes serviços estão a definição das tecnologias consideradas adequadas e o desenvolvimento de atividades agrícolas economicamente viáveis. Entretanto, existem projetos implantados inadequadamente, muitas vezes devido à falta de familiaridade dos técnicos com a realidade de certos segmentos da agricultura. O acesso dos produtores à assistência técnica privada é restrito em função de fatores como o baixo nível educacional, a capitalização e a baixa qualificação. Assim, estes agricultores se tornam dependentes do serviço público, considerado precário, pois houve redução dos serviços públicos de extensão rural no Brasil devido à restrição orçamentária.

Embora a agricultura familiar tenha apresentado melhorias ao longo das três últimas décadas, ainda existem diversos problemas a serem superados. Além da pobreza e da exclusão social, a posse da terra e a escravidão ainda persistem no Brasil no século XXI. A concentração de terras no país existe desde o período da colonização, porém a primeira legislação agrária surgiu apenas em 1850 com a Lei de Terras. Porém, foi apenas em 1964 que surgiu o Estatuto da Terra, que tinha como objetivo eliminar gradualmente o latifúndio e o minifúndio por meio de desapropriações via indenização de títulos de dívida pública.

Após a adoção deste estatuto, a prioridade era promover a melhor distribuição de terras. Porém, os programas de reforma agrária adotados durante o regime militar (1964-84) foram pouco eficientes se considerarmos a quantidade de famílias assentadas. Assim, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nos anos 1980, que pressiona o poder público em busca de reforma agrária e continua em atividade no momento. Desta forma, para aliviar as tensões sociais e promover a justiça social, foi elaborado no governo de José Sarney o I Programa Nacional de Reforma Agrária e tinha como objetivo aplicar o Estatuto da Terra por meio da criação de projetos de assentamento.

Esses assentamentos de reforma agrária foram criados diante de um cenário adverso por parte dos agricultores, como a pobreza e o êxodo rural. A questão a respeito da reforma agrária voltou nos anos 1990 junto com a agricultura familiar. Analisando a quantidade de ocupações realizadas entre os anos 1990 e 2010, verificou-se maiores quantidades de famílias assentadas e de ocupações em 1998 e 1999, com maior concentração no Norte e no Nordeste.

Contudo, existem muitas famílias descontentes com os assentamentos onde vivem, com maior índice de insatisfação no Norte e no Nordeste, principalmente com relação ao acesso à saúde e à qualidade das estradas. Apesar de alguns estabelecimentos ainda não apresentarem boas condições de moradia, deve-se destacar a participação no Valor Total Produzido por estes estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária, com maior participação do Norte e do Nordeste devido à maior concentração de estabelecimentos nessas regiões.

Embora tenham sido apontados casos de famílias assentadas que não conseguiram superar o problema da pobreza, existem casos bem sucedidos. Segundo o Censo de 2006, quase 1,9 milhão de pessoas estão empregadas nos estabelecimentos beneficiados pela reforma agrária, comprovando sua importância para superar o problema da pobreza por meio da geração de emprego e renda. Entre outras contribuições da reforma agrária, existem: redistribuição da riqueza, menor custo de criação de emprego em relação à área industrial, maior oferta de alimentos e de matéria-prima, retenção da população rural e redução dos

problemas das cidades. Assim, além de beneficiar muitas famílias, a reforma agrária evitou maior êxodo rural.

Entre as medidas a serem tomadas pelas políticas públicas, sugere-se maior investimento em educação rural para melhor qualificação dos trabalhadores, valorização do emprego no campo, distribuição mais equitativa dos recursos para os agricultores e melhoria de qualidade dos assentamentos já existentes, além da inclusão digital aos agricultores familiares. Neste último caso, o acesso à Internet facilita o processo de compra e venda dos produtos do campo, evitando despesas com serviços intermediados por atravessadores e o escoamento destes produtos. Por fim, deve-se manter o jovem no campo, pois, com o processo de envelhecimento, surge a preocupação com a geração responsável pela produção e fornecimento de alimentos para a população urbana nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULAI, A.; MONNIN, P.; GERBER, J. Joint Estimation of Information Acquisition and Adoption of New Technologies Under Uncertainty. **Journal of International Development**, v. 20, p. 437-451, 2008.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23 p.

ACCARINI, J. H. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões sobre o Caso Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.

ALVES, E. Transformações da Agricultura no Brasil. In: PAULINELLI, A. *et al.* **Os Desafios da Agricultura Brasileira nos Anos 90: Da Crise Macroeconômica ao Crescimento Setorial Autossustentado**. Brasília: IICA, 1989. p. 37-76.

ALVES, E. Migração Rural-Urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano IV, n. 4, p. 15-29, out. - dez. 1995. Trimestral.

ALVES, E.; LOPES, M. R.; CONTINI, E. O Empobrecimento da Agricultura Brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano VIII, n. 03, p. 05-19, jul. - set. 1999. Trimestral.

ALVES, E.; CONTINI, E.; HAINZELIN, É. Transformações da Agricultura Brasileira e Pesquisa Agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 01, p. 37-51, jan. - abr. 2005. Trimestral.

ALVES, E.; MARRA, R. A Persistente Migração Rural-Urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XVIII, n. 04, p. 05-17, out. - dez. 2009. Trimestral.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; MARRA, R. Êxodo e sua Contribuição à Urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XX, n. 02, p. 80-88, abr. - jun. 2011. Trimestral.

AMADEO, E. Mercado de Trabalho Brasileiro: Rumos, Desafios e o Papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, A. C (Org.). **Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: Políticas para Conciliar os Desafios de Emprego e Competitividade**. São Paulo: OIT e MTE, 1999. Cap. 01, p. 35-61.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. **(Des) Caminhos da Política de Crédito do Pronaf na Luta contra a Pobreza e a Desigualdade Social no Brasil Rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal. 2010.

AQUINO, J. R. de *et al.* **Caracterização do Público Potencial do Pronaf “B” na Região Nordeste e no Estado de Minas Gerais:** uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006 – Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013. 62 p.

ARAÚJO, P. F. C. de *et al.* Crescimento e Desenvolvimento da Agricultura Paulista. In: ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura:** Estudos de Casos. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974. p. 279-303.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes - Brasil, 1980-1996.** 1999. 243 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BALSADI, O. V. **O Mercado de Trabalho Assalariado na Agricultura Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2008. 291 p.

BALSADI, O.; SILVA, A. R. da. **Trabalho Assalariado na Agricultura Nordestina no Período 2001-08.** VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural.** Brasília, 2005-2012.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar.** São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Cap. 2, p. 43-65.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos Rurais: Caminhos e Desafios de Pesquisa. In: ROMEIRO, A. R. *et al* (Org.). **Reforma Agrária:** Produção, Emprego e Renda – O Relatório da FAO em Debate. Rio de Janeiro: Vozes / IBASE / FAO, 1994, p. 181-191.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A Realidade dos Assentamentos Rurais por Detrás dos Números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, set. - dez. 1997. Quadrimestral.

BITTENCOURT, G. Agricultura Familiar e Agronegócio – Questões para Pesquisa. In: LIMA, D. M. D. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar.** Brasília: CNPq, 2002. Cap. 4, p. 85-94.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária:** Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília: MDA, 2004a.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004b, 22 p.

BRASIL. **Mais Alimentos: um Plano da Agricultura Familiar para o Brasil**. Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/09. Brasília: MDA, 2008a, 22 p.

BRASIL. **Resultado do Seminário Nacional de ATER**. Brasília: MDA, 2008b, 129 p.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012: a Agricultura Familiar Alimenta o Brasil que Cresce**. Brasília: MDA, 2011. 33 p.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**. Brasília: MDA, 2012. 35 p.

BRASIL. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014: Transformando Vidas, Plantando o Futuro**. Brasília: MDA, 2013. 21 p.

BROCHI, A. E. Pronaf: fortalecendo a agricultura familiar. **Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, v. 04, n. 11, outubro, 1999, p. 15-17.

BRUMER, A. Qual a "Vocação" Produtiva da Agricultura Familiar? Globalização, Produção Familiar e Trabalho na Agricultura Gaúcha. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001. Cap. 6, p. 223-254.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de; SILVEIRA, J. M. da. Agricultura Familiar e Condicionantes da Adoção de Tecnologias Agrícolas. In: LIMA, D. M. D. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq, 2002a. Cap. 21, p. 331-345.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de; SILVEIRA, J. M. da. Inovação Tecnológica na Agricultura e a Agricultura Familiar. In: LIMA, D. M. D. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq, 2002b. Cap. 3, p. 47-81.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 05, n.10, p. 312-347, jul. - dez. 2003. Semestral.

BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; GUANZIROLI, C. E. **Agricultura Familiar: Um estudo de Focalização Regional**. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá. 2004.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Cap. 1, p. 13-41.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília: IICA, 2008. p. 19-61.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília: CAISAN, 2011. 132 p.

CANO, W. Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 08, p. 101-141, jun. 1997.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: Uma Leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 08, abril, 1997, p. 70-82.

CARNEIRO, M. J.; ROCHA, B. N. Limites e Possibilidades da Construção de “Territórios de Desenvolvimento” na Região Serrana do Rio de Janeiro. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Cap. 11, p. 271-290.

CASTRO, M. H. M. A Mensuração da Renda nos Assentamentos Rurais: Contribuição ao Debate. In: ROMEIRO, A. R. *et al* (Org.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda – O Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes / IBASE / FAO, 1994, p. 71-86.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004. p. 21-50.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. **Perfil das Liberações dos Recursos do Pronaf entre 1999-2006: Ocorreu Alguma Modificação a Partir da Incorporação dos Grupos A e B?** XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009.

COSTA, C. J. P. da; JORGE NETO, P. de M. Fatores Determinantes da Inadimplência do Crédito Rural Pronaf em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária no Nordeste do Estado do Pará. **Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 10, n. 01, p. 101-130, jan. - jun. 2011. Semestral.

CUNHA, L. H. *et al*. A Construção de Índices como Instrumentos para Retratar a Realidade Social: uma Análise Crítica. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 40-56.

DANTAS, I.; PINTO, J. R. L. (Org.). **Relatório Pronaf: Resultados da Etapa Paraná**. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. 169 p.

DAVID, M. B. de A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos Beneficiários da Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 51-68, set. - dez. 1997. Quadrimestral.

DAVID, M. B. de A. Demandas por Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. In: LEITE, P. S. *et al* (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: NEAD, 2000, p. 67-84.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 01, p. 94-111, jan. - mar. 2005. Trimestral.

DEL GROSSI, M. E.; CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O Fim do Êxodo Rural?** XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Recife. 2001.

DELGADO, G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE, NEAD e MDA, 2011. 292 p.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012. 404 p.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DOURADO NETO, D. *et al*. Métodos para a Definição da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: SPAROVEK, G (Coord.). **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 55-88.

DUQUE, G.; CIRNE, M. N. R. Pobreza Rural no Nordeste Semiárido: Cidadania ou Exclusão Social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org). **Para Pensar: Outra Agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 131-146.

EMBRAPA. **História da Embrapa**. Disponível em:  
<<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A Questão Agrária no Brasil: a Política Agrária do Governo Lula e a Relação com o MST. **Revista Eletrônica do Cemop**, São Paulo, n. 02, p. 01-09, set. 2012.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, 2000.

FEIJÓ, R. L. C. **A Maioridade do Pronaf: uma Avaliação Crítica do Programa de Apoio à Agricultura Familiar em seus 18 Anos de Vida**. Ribeirão Preto: FEARP-USP, 2013.



- FERNANDES, B. M. Impactos Sócio territoriais da Luta pela Terra e a Questão da Reforma Agrária: uma Contribuição Crítica à Publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 113-132.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas Fundiárias no Brasil: uma Análise Geo-Histórica da Governança da Terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012. 63 p.
- FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: Alguns Impasses e sua Importância para a Agricultura Familiar. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Cap. 10, p. 245-258.
- FERREIRA FILHO, J. B. de S. Ajustamento Estrutural e Crescimento Agrícola na Década de 80: Notas Adicionais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 18, n.4, p. 84-95, out. - dez. 1998. Trimestral.
- FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do Modelo Econômico. In: MASUALDO, B.; ARCEO, E. (Org.) **Neoliberalismo y Sectores Dominantes: Tendências Globales y Experiências Nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.
- FLORES, M. Assistência Técnica e Agricultura Familiar. In: LIMA, D. M. D. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq, 2002. Cap. 22, p. 347-360.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da Agricultura Brasileira e Política Agrícola nos Anos Oitenta**. Brasília: IPEA, 1990.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Prioridades e Orientação dos Gastos Públicos em Agricultura no Brasil**. Brasília: IPEA, 1995.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E.T. Crescimento da Agricultura. **Boletim de Conjuntura**, Brasília, n. 60, p. 85-93, mar. 2003.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Gastos Públicos na Agricultura, Evolução e Mudanças**. Brasília: IPEA, 2003.
- GOMES DA SILVA, J. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 284 p.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. 245 p.
- GORI MAIA, A. Perfil e Dinâmica do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 20, n. 02, p. 259-273, 2009.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 114 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução do Emprego Rural na Década de Oitenta. In: OLIVEIRA, C. A. de *et al.* **O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século**. Campinas: Página Aberta, 1994, Cap. 21, p. 619-640.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, v. 07, n.01, p. 43-81, mai. 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998. 211 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GUANZIROLI, C. E. Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. In: ROMEIRO, A. R. *et al* (Org.). **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda – O Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes / IBASE / FAO, 1994, p. 13-68.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf: Dez Anos Depois: Resultados e Perspectivas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 301-328, abr. - jun. 2007. Trimestral.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 02, p. 351-370, abr. - jun. 2012. Trimestral.

HASENCLEVER, L.; FERREIRA, P. M. Estrutura de Mercado e Inovação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 7, p. 129-147.

HOFFMANN, R. Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira. In: GASQUES, J. G.; DELGADO, G. C.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996. Cap. 1, p. 03-111.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2009a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades de Federação. Rio de Janeiro, 2009b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa Confirma que Reforma Agrária é um Instrumento de Combate à Pobreza**. Jornal Publicação Especial do Incra, ano 01, n. 02, 2010a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil**. MDA/Incra. Dez., 2010b.

KAGEYAMA, A. *et al.* (Coord.). O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Industriais. In: GASQUES, J. G.; DELGADO, G. C.; VILLA VERDE, C. M. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996. Cap. 2, p. 113-223.

KAGEYAMA, A. Produtividade e Renda na Agricultura Familiar: Efeitos do Pronaf-Crédito. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 02, p. 01-13, 2003.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 03, p. 379-408, set. - dez. 2004. Trimestral.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Campinas: Unicamp, 1993. 334 p.

LANGONI, C. G. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 315 p.

LEITE, S. P. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais. In: LEITE, P. S. *et al* (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: NEAD, 2000, p. 37-53.

LEITE, S. P. *et al.* Impactos Econômicos dos Assentamentos Rurais no Brasil: Análise das Suas Dimensões Regionais. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 22, n. 01, p.41-60, jan. - jun. 2007. Semestral.

LIMA, S. de C. Da Substituição de Importações ao Brasil Potência: Concepções do Desenvolvimento 1964-1979. **Revista Aurora**, Marília, v. 04, n. 01, p. 34-44, jul. - dez. 2010. Semestral.

MARQUES, P. E. M. Concepções Concorrentes em Torno das Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar: uma Releitura Sobre a Construção do Pronaf. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 02, p. 16-28, jul. - dez. 2003. Semestral.

MARQUES, V. P. M. de A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **O Censo 2006 e a Reforma Agrária: Aspectos Metodológicos e Primeiros Resultados**. Brasília: NEAD, 2012. 108 p.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. 161 p.

MARTINS, J. de S. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: USP, 2000. 176 p.

MARTINS, R. Democracia Agrária. **Carta Capital**, São Paulo, n. 590, p. 24-27, 5 abr. 2010. Semanal.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores**. Brasília: NEAD, 2005a. 136 p.

MATTEI, L. Reforma Agrária e Programas de Assentamentos Rurais: O Dilema Atual da Questão Agrária Brasileira. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005b, p. 168-183.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Planejamento e Gestão do Pronaf Infraestrutura e Serviços: Evidências a Partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 175-199.

MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças Estruturais e Trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.10, p. 213-243, jun. 1998.

MAULE, R. F. *et al.* A Qualidade dos Projetos de Assentamento. In: SPAROVEK, G. (Coord.). **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 89-139.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010. 568 p.

MAZZINI, E. de J. T. **Impactos Sociais, Políticos, Econômicos e Ambientais dos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema – SP**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo. 2009.

MDA/SAF. **Pronaf: Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14**. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Cr%C3%A9dito\\_2013-2014.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2013.

MEDEIROS, J. X. de; WILKINSON, J.; LIMA, D. M. de A. O Desenvolvimento Científico-Tecnológico e a Agricultura Familiar. In: LIMA, D. M. D. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas Tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq, 2002. Cap. 1, p. 23-38.

MELÃO, I. B. Produtos Sustentáveis na Alimentação Escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**, Curitiba, v. 02, n. 02, p. 87-105, jul. - dez. 2012. Semestral.

MELICZEK, H. Comentários sobre A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 199-205.

MELO, F. H. de. O Crescimento Agrícola Brasileiro dos Anos 80 e as Perspectivas para os Anos 90. In: PAULINELLI, A. *et al.* **Os Desafios da Agricultura Brasileira nos Anos 90: Da Crise Macroeconômica ao Crescimento Setorial Autossustentado**. Brasília: IICA, 1989. p. 27-36.

MICHELLON, E. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e o Novo Rural**. Maringá: NEAD, 2009a. 63 p.

MICHELLON, E. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Multifuncionalidade. In: GODOY, A. M. G.; DIAS, M. H. A (Org.). **Teoria Econômica Contemporânea: Debates e Reflexões**. Cascavel: Coluna do Saber, 2009b. p. 213-236.

MICHELLON, E. **Agricultura Familiar e o Agronegócio**. Maringá: Cesumar, 2011. 74 p.

MUNDO NETO, M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Recursos Financeiros para a Agricultura Familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Cap. 10, p. 293-333.

NAVARRO, Z. A Agricultura Familiar no Brasil: entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 7, p. 185-212.

NEDER, H. D. Estrutura do Mercado de Trabalho Agrícola no Brasil: Uma Análise Descritiva da Evolução de Suas Categorias entre 1995 e 2006. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília: IICA, 2008. p. 156-181.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A Contribuição das Atividades Agrícolas e Não-Agrícolas para a Desigualdade de Renda no Brasil Rural. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 365-393, 2008.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de. A Nova Arquitetura dos Mercados para Produtos Orgânicos: o Debate da Convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamento e Localidade: Os Desafios da Reconstituição do Trabalho Rural no Brasil**. Wageningen: Wageningen University, 2004. 313 p.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA.  
**Relatório DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra – Relatório Brasil 2011.**  
Presidente Prudente. NERA. 2012.

NUNES, S. P. O Crédito Rural do Pronaf e os Recentes Instrumentos de Política Agrícola para a Agricultura Familiar. **Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – Boletim Eletrônico**, n. 156, p. 01-10, 2007.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua Inserção no Enfoque Territorial no Brasil.** XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá. 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A Questão Agrária na Década de 90.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 45-67.

OLIVEIRA, A. U. de. A Política de Reforma Agrária no Brasil. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2009.** 1ª ed. São Paulo - SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009, v. 2009, p. 27-37.

OLIVEIRA, K. F. de; JANNUZZI, P. de M. Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: Padrões Etários, por Sexo e Origem / Destino. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 04, p. 134-143, out. - dez. 2005. Trimestral.

OTERO, M. Introdução. In: PAULINELLI, A. *et al.* **Os Desafios da Agricultura Brasileira nos Anos 90: Da Crise Macroeconômica ao Crescimento Setorial Autossustentado.** Brasília: IICA, 1989. p. 11-26.

PAIVA, R. M. Apreciação Geral sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira. In: ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura: Estudos de Casos.** São Paulo: Livraria Pioneira, 1973. p. 155-212.

PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios no Brasil: Tempo e Espaços.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003, n. 07, p. 01-55.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 02, p. 117-1135, mai. - ago. 2012. Quadrimestral.

PETERSEN, P. Agroecologia e a Superação do Paradigma da Modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-103.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Org.). **A Economia Brasileira nos Anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41.

POCHMANN, M. Velhos e Novos Problemas do Mercado de Trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 02, p. 119-139, 1998.

- POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização: A Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.
- PORTUGAL, A. D.; ALVES, E. O Impacto da Agricultura nos Setores Indústria e Serviços dos Municípios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano X, n. 05, p. 09-20, jan. - mar. 2002. Trimestral.
- QUADROS, W. J. de; GORI MAIA, A. Estrutura Sócio Ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.14, n. 03, p. 443-468, 2010.
- RAMALHO JÚNIOR, A. Aspectos sobre Mercado de Trabalho Rural no Brasil: Notas Comparativas com o Caso Europeu. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 07, n. 01, p. 28-41, jan. - abr. 1992. Trimestral.
- RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no Mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G (Coord.). **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira.** São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 05-38.
- ROMEIRO, A. R. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A Questão Agrária na Década de 90.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 105-136.
- SABÓIA, J. L. M. Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 6, n.3, p.82-106, jul. - set. 1986. Trimestral.
- SANDRONI, P. O PNRA ou o Reformismo Conservador. In: LEAL, L. (Org.). **Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas.** São Paulo: Cortez Editora, 1985, p. 19-26.
- SAUER, S. O Significado dos Assentamentos de Reforma Agrária o Brasil. In: FRANÇA, C. G. da; SPAROVEK, G. (Coord.). **Assentamentos em Debate.** Brasília: NEAD, 2005, p. 57-74.
- SAUER, S.; SOUZA, M. R. de. Movimentos Sociais na Luta pela Terra: Conflitos no Campo e Disputas Políticas. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais.** Brasília: NEAD, 2008. p. 53-87.
- SCHNEIDER, S. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: A Pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 03, p. 106-132, 1994.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.
- SCHUH, G. E. **O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil.** Rio de Janeiro: APEC, 1971a. 369 p.

SCHUH, G. E. **Pesquisa sobre Desenvolvimento Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas S.A., 1971b. 225 p.

SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. 207 p.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996. 373 p.

SILVA, L. O. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 02, p. 15-25, abr. - jun. 1997. Trimestral.

SOBREIRO FILHO, J. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): uma Leitura Geográfica e a Conjuntura Política da Luta pela Terra. **GeoGraphos**, Alicante, v. 02, n. 14, p. 01-26, 2011.

SOUZA, M. M. O.; FRANCIS, D. G.; BERNARDO, L. T. **The Importance of Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) in the Implementation of Brazil Rural Development**. XXXVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 2000. p. 01-15.

SOUZA ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: Perspectivas e Desafios**. V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Campinas. 2011.

SOUZA FILHO, H. M. de *et al.* Condicionantes da Adoção de Inovações Tecnológicas na Agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 01, p. 223-255, jan. - abr. 2011. Trimestral.

SPAROVEK, G. Premissas para a Definição da Qualidade dos Projetos de Assentamento. In: SPAROVEK, G (Coord.). **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 01-04.

SPAROVEK, G. *et al.* Fundamentos para a Definição da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: SPAROVEK, G (Coord.). **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p. 40-54.

STAUB, E. **Desafios Estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação**. II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília. 2001.

TAVARES, M. da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaio sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 263 p.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986. 160 p.

TEIXEIRA, G. Agravamento do Quadro de Concentração da Terra no Brasil? In: **Boletim DATALUTA**. Presidente Prudente. NERA, jul. 2011.



TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação Dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 02, n. 02, p. 21-42, set. 2005.

VALENZUELA, M. E. Igualdade de Oportunidades e Discriminação de Raça e Gênero no Mercado de Trabalho no Brasil. In: POSTHUMA, A. C. **Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil**: Políticas para Conciliar os Desafios de Emprego e Competitividade. São Paulo: OIT e MTE, 1999. p. 149-178.

VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. Planejamento das Atividades Produtivas na Agricultura Familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Cap. 5, p. 131-165.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a Propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 330 p.

ZYLBERSZTAJN, D. **Caminhos da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2011. 124 p.

## **ANEXO**

## ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14

Linha	Público	Modalidade	Finalidade	Crédito / Teto	Juros	Bônus de Adimplência (2)	Prazo	Carência
MCR 10-4	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 360 mil (exceto Grupos A e A/C)	Custeio	Atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 10 mil</li> <li>• Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil</li> <li>• Acima de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1,5% a.a.</li> <li>• 3,0% a.a.</li> <li>• 3,5% a.a.</li> </ul>	Não se aplica	3 anos para Açafrão e Palmeira Real 2 anos para culturas bianuais e aquicultura 1 ano para as demais culturas e atividades pecuárias	Não se aplica
MCR 10-5	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 360 mil.	Investimento		Individual: <ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 10 mil</li> <li>• Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil ou até R\$ 300 mil</li> </ul> Coletivo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 750 mil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1% a.a.</li> <li>• 2% a.a.</li> <li>• 1 ou 2% a.a.</li> </ul>	Não se aplica	10 anos (15 anos para armazenagem)	Até 3 anos
Pronaf Agroindústria MCR 10-6	Produtores familiares, empreendimento familiar rural – pessoa jurídica, cooperativas singulares e centrais e associações	Investimento	Atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do Pronaf	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Individual até R\$ 150 mil</li> <li>• Empreendimento Familiar Rural (EFR) até R\$ 300 mil, com R\$ 150 mil/sócio</li> <li>• Cooperativa e associação R\$ 35 milhões, com R\$ 45 mil por associado/cooperado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 % a.a. até R\$ 10 mil individual e EFR e até R\$ 1 milhão p/ associações e cooperativas, com R\$ 10 mil/associado ativo</li> <li>• 2 % a.a. acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil individual e acima de R\$ 10 mil até R\$ 300 mil para EFR e acima de R\$ 1 milhão até R\$ 35 milhões p/ associações e cooperativas com até R\$ 45 mil/associado</li> </ul>	Não se aplica	10 anos (15 anos para armazenagem)	Até 3 anos
Pronaf Floresta MCR 10-7	Todos os Agricultores familiares beneficiários do Pronaf	Investimento	Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 15 mil para SAF – A, B, A/C</li> <li>• R\$ 35 mil, para SAF V</li> <li>• R\$ 25 mil demais finalidades (Até duas operações)</li> </ul>	1% a.a.	Não contempla	SAF 20 anos Demais 12 anos	12 anos. 8 anos

**ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14 – cont.**

<b>Linha</b>	<b>Público</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Crédito / Teto</b>	<b>Juros</b>	<b>Bônus de Adimplência (2)</b>	<b>Prazo</b>	<b>Carência</b>
Pronaf Semiárido MCR 10-8	Todos os Agricultores familiares beneficiários do Pronaf	Investimento	Investimento em infraestrutura hídrica (50% do valor) e demais infraestruturas de produção agropecuária.	R\$ 18 mil (Até duas operações)	1% a.a.	Não contempla	10 anos	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico
Pronaf Mulher MCR 10-9	Mulheres agricultoras, independente do estado civil.	Investimento	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora.	Grupos A, A/C e B: • R\$ 2,5 mil	0,5% a.a.	25% sobre cada parcela (até a soma das operações alcançar R\$ 7,5 mil)	2 anos	Não se aplica
				Grupo V (até 2 operações “em ser”) • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil	• 1% a.a. • 2% a.a.	Não se aplica	10 anos	Até 3 anos
Pronaf Jovem MCR 10-10	Jovens filhos de agricultores familiares, entre 16 e 29 anos.	Investimento	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural e outras atividades no meio rural.	R\$ 15 mil (única operação)	1% a.a.	Não contempla	10 anos	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico
Pronaf Custeio Agroindústrias Familiares e de Comercialização MCR 10-11	Produtores familiares, empreendimento familiar rural que desejam beneficiar ou industrializar a produção.	Custeio	Custeio do beneficiamento, da industrialização e da comercialização da produção.	Individual - R\$ 10 mil. EFR - R\$210 mil Associações - R\$ 4 milhões*  Coop. Sing. - R\$ 10 milhões*  Coop. Central - até R\$ 30 milhões*  * R\$ 10 mil/sócio	4% a.a.	Não se aplica	12 meses	Não se aplica

**ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14 – cont.**

<b>Linha</b>	<b>Público</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Crédito / Teto</b>	<b>Juros</b>	<b>Bônus de Adimplência (2)</b>	<b>Prazo</b>
Pronaf Cota-Parte MCR 10-12	Agricultores familiares filiados a cooperativas de produção: - 60% com DAP - Patrimônio Líquido mínimo de R\$ 25 mil - 1 ano funcionamento	Integralização de cota-parte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Integralização de cota-parte;</li> <li>Aplicação em Custeio, Investimento e capital de giro.</li> </ul>	Individual R\$ 20 mil Cooperativas R\$ 20 milhões (excepcional - R\$ 30 milhões)	4% a.a.	Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> <li>6 anos para investimento fixo</li> <li>3 anos nos demais casos.</li> </ul>
Pronaf B MCR 10-13	Agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 20 mil.	Investimento	Investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias	R\$ 2,5 mil por operação (R\$ 3,5 mil, quando com a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO)	0,5% a.a.	25% aplicados em cada operação até o valor acumulado de R\$ 7,5 mil (R\$ 10,5 mil com PNMPPO)	2 anos
Pronaf Agroecologia MCR 10-14	Agricultores familiares	Investimento	Investimento para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos.	Individual: • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil Coletivo: • R\$ 750 mil	<ul style="list-style-type: none"> <li>1% a.a.</li> <li>2% a.a.</li> <li>1 ou 2% a.a.</li> </ul>	Não se aplica	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico

## ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14 – cont.

Linha	Público	Modalidade	Finalidade	Crédito / Teto	Juros	Bônus de Adimplência (2)	Prazo	Carência
Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental MCR 10-16	Agricultores familiares	Investimento	Mini usinas de biocombustíveis	Individual: • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil  Coletivo: R\$ 750 mil	• 1% a.a. • 2% a.a.  1 ou 2% a.a.	Não se aplica	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico	
			Geração de energia, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, hidroenergia	Individual: • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil  Coletivo: R\$ 750 mil	• 1% a.a. • 2% a.a.  1 ou 2% a.a.	Não se aplica	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico	
			Silvicultura	Individual: • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil  Coletivo: R\$ 750 mil	• 1% a.a. • 2% a.a.  1 ou 2% a.a.	Não se aplica	Até 8 anos	
			Conservação, correção, recuperação de solos.	Individual: • R\$ 10 mil • Acima de R\$ 10 mil até R\$ 150 mil  Coletivo: R\$ 750 mil	• 1% a.a. • 2% a.a.  1 ou 2% a.a.	Não se aplica	5 anos	Até 2 anos
			Dendê	R\$ 80 mil, limitado a R\$ 8 mil/ha  ATER R\$ 50/ha/ano  MO R\$ 1.800	• 1 % a.a. até R\$ 10 mil. • 2% a.a acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil.	Não se aplica	14 anos	Até 6 anos
			Seringueira	R\$ 80 mil, limitado a R\$ 15 mil/ha  ATER R\$ 50/ha/ano  MO R\$ 1.800	• 1 % a.a. até R\$ 10 mil. • 2% a.a acima de R\$ 10 mil e até R\$ 80 mil.	Não se aplica	20 anos	Até 8 anos

**ANEXO A – Pronaf – Condições do Crédito Rural – Plano de Safra 2013/14 – cont.**

Linha	Público	Modalidade	Finalidade	Crédito / Teto	Juros	Bônus de Adimplência (2)	Prazo	Carência
Pronaf A MCR 10-17	Produtores beneficiários do PNRA e do PNCF.	Investimento	Estruturação dos lotes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• R\$ 20 mil (em no mínimo 3 operações, de valor máximo de R\$ 7,5 mil por operação) (1)</li> <li>• ATER - R\$ 1,5 mil</li> </ul>	0,5% a.a.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 44,186% c/ ATER</li> <li>• 40% s/ ATER.</li> </ul>	10 anos	Até 3 anos podendo ser ampliado para até 5 anos, dependendo do projeto técnico
Pronaf A Complementar MCR 10-17	Produtores beneficiários do PNRA e do PNCF e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos (PRA) do Incra	Investimento	Recuperação da estrutura produtiva dos lotes	R\$ 6 mil.	1% a.a.	Não contempla	10 anos	Até 3 anos
Pronaf A/C MCR 10-17	Produtores egressos do Grupo A, do PROCERA ou do “A Complementar”.	Custeio	Custeio de atividades agropecuárias.	R\$ 5 mil (até 3 operações).	1,5% a.a.	Não se aplica	2 anos	Não se aplica

(1) O limite poderá ser concedido em operação única, desde que respaldado pelo respectivo Grupo Executivo Estadual de Políticas de Reforma Agrária (Gera) ou outra instância que o substitua, com base em justificativa técnica que demonstre a necessidade e viabilidade da operação.

(2) O produtor somente fará jus ao bônus se pagar as parcelas do financiamento em dia.

**Observações Gerais:**

- Quanto às garantias – consulte o Banco, pois há casos em que não são exigidas garantias, apenas garantia pessoal do produtor (a);
- Todos os financiamentos da modalidade investimento permitem destinar até 35% do valor do projeto para atividades de custeio, desde que estas estejam associadas ao projeto. Lembrar que neste caso o valor referente a esse custeio só terá SEAF e o PGPAF de acordo com as regras de investimento.

**Fonte:** MDA / SAF. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Cr%C3%A9dito\\_2013-2014.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/pronaf/arquivos-tecnicos-plano-safra-13-14/Condi%C3%A7%C3%B5es_do_Cr%C3%A9dito_2013-2014.pdf)>. Acesso em 01 de agosto de 2013.